

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

TAINÁGUIMARÃES VALENÇA

**Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, um olhar
geográfico sobre a expansão da comercialização de
alimentos orgânicos na cidade do Rio de Janeiro**

RIO DE JANEIRO
2016

TAINÁ GUIMARÃES VALENÇA

Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, um olhar geográfico sobre a expansão da comercialização de alimentos orgânicos na cidade do Rio de Janeiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Geografia (Organização e Gestão do Território).

Orientadora: Prof^ª . Dr^ª . Ana Maria de Souza Mello Bicalho

RIO DE JANEIRO
2016

TAINÁ GUIMARÃES VALENÇA

Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, um olhar geográfico sobre a expansão da comercialização de alimentos orgânicos na cidade do Rio de Janeiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Geografia (Organização e Gestão do Território).

Prof^a . Dr^a . Ana Maria de Souza Mello Bicalho (Orientadora)

Prof^a . Dr^a . Prof. Nilton Abranches Junior

Prof^a . Dr^a . Prof. Rebeca Steiman

Prof^a . Dr^a . Ana Paula Correia de Araújo

Valença, Tainá

Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, um olhar geográfico sobre a expansão da comercialização de alimentos orgânicos na cidade do Rio de Janeiro

Tainá Guimarães Valença. - - Rio de Janeiro: UFRJ / IGEO, 2016.

X, 111 f. : Il. ; 31 cm.

Orientador: Ana Maria de Souza Mello Bicalho.

Dissertação (mestrado) – UFRJ, IGEO, PPGG, 2016.

Referências bibliográficas: f. 106-11

1. Agricultura Orgânica.
2. Comercialização
3. Circuitos curtos.
4. Feiras Orgânicas.
5. Produtor Rural Orgânico.
6. Circuito Carioca de Feiras Orgânicas.
7. Rio de Janeiro. - Tese. I. Bicalho, Ana Maria de Souza Mello. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Programa de Pós-graduação em Geografia. III. Título.

DEDICATÓRIA

Dedico à comunidade geográfica e todos aqueles envolvidos no movimento de produção e propagação da agricultura natural ou orgânica ou agroecológica.

E principalmente dedico aos agricultores rurais.

AGRADECIMENTOS

“Quando apanho uma folha seca caída no chão,
Sinto nela a indiscutível Lei do Ciclo da Vida”

(Mokitio Okada, 1932)

À Deus, Meishu-Sama e aos meus antepassados

À Luiz e Luana que são minha base

Ao Luizinho, Rebeca e Renan meus companheiros

À Ignez pela dedicação e amor, Edna pelas orações e amor

Ao Manoel pela proteção

À minha orientadora Ana Maria Bicalho que muito me ensinou, aprimorou, lapidou e perdoou meus atrasos. Aos amigos do laboratório de geografia agrária que ajudaram na construção dessa pesquisa.

À Associação dos Agricultores Biológicos do Rio de Janeiro, à Essencial Vital, AS-PTA, à Associação Universitária Latino Americana, à Rede Carioca de Agricultura Urbana.

Aos meus companheiros Filipe, Jardel, Rodolfo, Ana Paula, Mariana e Ana Paula.

Aos agricultores que trabalham de baixo do sol produzindo nossos alimentos.

Muito Obrigada.

RESUMO

A agricultura de alimentos orgânicos é um tema que vem atraindo cada vez mais adeptos por ser um modelo alternativo à agricultura industrial. O interesse do estudo sobre o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas é despertado pela importância econômica e social que o produto orgânico e as feiras orgânicas vêm adquirindo na sociedade e na cidade do Rio de Janeiro.

O Circuito Carioca de Feiras Orgânicas nasceu da necessidade de novos canais de venda direta de produtos orgânicos, e chama atenção por viabilizar e dinamizar a economia dos produtores orgânicos. O circuito tem como seus objetivos principais a ampliação da produção da agricultura orgânica no estado do Rio de Janeiro, como também o aumento do acesso da população em geral aos alimentos orgânicos, dinamizando a comercialização dos produtos orgânicos através de uma comercialização direta por circuito curto.

A pesquisa tem como objetivo analisar se e como o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas tem favorecido o processo de comercialização direta da produção orgânica na cidade do Rio de Janeiro, contribuindo para a expansão da produção orgânica no estado Rio de Janeiro e beneficiando o produtor rural, em sua maioria agricultores familiares. Para o entendimento do circuito e sua relação com a produção, foi analisado o processo de formação do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas como resultado das estratégias dos produtores orgânicos junto a agentes do poder público municipal, viabilizando a criação de feiras de alimentos orgânicos na cidade do Rio de Janeiro juntamente com o estabelecimento de normas para sua criação e seu funcionamento.

Para a construção desse trabalho foi realizado trabalho de campo em todas as feiras que compõem o circuito, dezanove no total, com o intuito de inquirir todos os feirantes que comercializam nas feiras orgânicas. Foram realizadas entrevistas junto à Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, as gestoras das feiras orgânicas e associações de moradores dos bairros de localização das feiras.

Nos resultados, foi confirmada a importância das feiras livres para o estímulo e a dinamização da produção orgânica do estado do Rio de Janeiro, principalmente na Região Serrana Fluminense. Mas também se observa a inclusão de produtores típicos de agricultura urbana e a presença de feirantes com produção doméstica e artesanal de alimentos diversificando os atores das feiras do circuito. Os

feirantes e produtores de origem urbana têm perfil diferenciado dos produtores rurais, têm nível de escolaridade bem elevado, de nível superior, frente aos produtores rurais com nível fundamental e médio, e não dependem exclusivamente de renda das atividades das feiras orgânicas uma vez que têm outras atividades profissionais. A relação entre os atores diretamente envolvidos nas feiras, reconhecidos como os produtores, as gestoras das feiras, as associações de moradores e a SEDES (Secretaria de Desenvolvimento Solidário da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro) é fundamental na forma e no processo de expansão das feiras orgânicas na cidade, pois depende do conjunto de suas ações a criação e o funcionamento de novas feiras.

Palavras Chaves: Agricultura Orgânica, Comercialização, Circuitos curtos, Feiras Orgânicas, Produtor Rural Orgânico, Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, Rio de Janeiro.

LISTA DE FIGURAS

Número e nome	Página
Figura 1: Localização dos bairros do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas na cidade do Rio de Janeiro sediados pelo Trabalho de Campo.....	7
Figura 02: Estruturas e canais de distribuição na comercialização de produtos Agrícolas.....	23
Figura 3: Os atores que movimentam o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas....	48
Figura 4: Distribuição das feiras do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas por gestora.....	57
Figura 5: Feira da Praça do Ó, na Barra da Tijuca.....	69
Figura 6: Feira da Freguesia, em Jacarepaguá.....	70
Figura 7: Mapa da Localização dos Produtores do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas.....	79
Figura 8: Tipologia dos feirantes do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas.....	80
Figura 9: Gênero dos Produtores Rurais do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas.....	83
Figura 10: Idade dos Produtores Rurais do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas.....	84
Figura 11: Escolaridade dos Produtores do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas.....	85
Figura 12: Sustento Exclusivo com a Agricultura Orgânica.....	86
Figura 13: Logística de Transporte dos Produtores Rurais do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas.....	87
Figura 14: Tempo de participação no Circuito Carioca de Feiras Orgânicas....	92
Figura 15: Formas de escoamento da Produção antes do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas.....	93
Figura 16: Crescimento da Produção Orgânica.....	94
Figura 17: Controle de venda pelos produtores.....	95
Figura 18: Vantagens de participar no Circuito Carioca de Feira Orgânica.....	98
Figura 19: Desvantagens em Trabalhar nas feiras do Circuito.....	99

LISTA DE QUADROS

Número e nome	Página
Quadro 1: Formas de organizações de Circuitos Curtos.....	28
Quadro 2: Características Estabelecidas pela Minuta do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas.....	51

LISTA DE TABELAS

Número e nome	Página
Tabela 1: Principais características das correntes de agricultura orgânica do país.....	15
Tabela 2: O Circuito Carioca de Feiras Orgânicas.....	47
Tabela 3: Relação das Associações de Moradores envolvidas no Circuito Carioca de Feiras Orgânicas.....	58
Tabela 4: As Estratégias dos Produtores Orgânicos do Circuito.....	62
Tabela 5: Número de Barracas que cada feira orgânica possui.....	71
Tabela 6: Organização de grupos de feirantes e atuação nas feiras do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas.....	72
Tabela 7: Localização dos estabelecimentos de produção orgânica de feirantes/produtores Circuito de Feiras Orgânico Carioca/ Por região.....	77
Tabela 8: Indicadores sobre às percepções do impacto do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas na produção agrícola.....	97

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABIO - Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro

AMS - Serviço de Comercialização Agrícola

AULA - Associação Universitária Latino Americana

COBAL – Companhia Brasileira de Alimentação

COONATURA – Associação Harmonia Ambiental COONATURA

DO - Denominação de Origem

EBAAs - Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativas

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FMO – Fundação Mokitio Okada

IDEC - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumido

IFOAM - Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica

INPI - Instituto Nacional de Propriedade Industrial

IP - Indicação de Procedência

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

NOP - Programa Nacional de Orgânicos

OCS – Organização de Controle Social

OMS - Organização Mundial da Saúde

PGS – Participatory Guarantee Systems

Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SDC - Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo

SEDES – Secretaria de Desenvolvimento Solidário

SPG – Sistema Participativo de Garantia

SUMÁRIO

	Página
INTRODUÇÃO.....	1
1. APORTE TEÓRICO CONCEITUAL.....	10
1.1 Definindo a agricultura Orgânica.....	11
1.2 Canais de comercialização.....	19
1.2.1 A cadeia da comercialização.....	19
1.2.2 Canais da comercialização sob o viés geográfico.....	21
1.2.3 Um conceito em ascensão: os circuitos curtos.....	24
1.3 O que é desenvolvimento rural?.....	29
2. DO MOVIMENTO NATURALISTA ECOLOGISTA ÀS FEIRAS LIVRES DE ALIMENTOS ORGÂNICOS.....	33
2.1 O desenvolvimento da agricultura orgânica no Rio de Janeiro.....	35
2.2 O Circuito Carioca de Feiras Orgânicas.....	44
2.2.1 A Formação das Feiras do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas.....	44
2.2.2 Os atores das feiras do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas...	47
2.2.3 Ampliação espacial da comercialização de orgânicos com a expansão do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas.....	59
3. CADEIA DE COMERCIALIZAÇÃO DO CIRCUITO CARIOCA DE FEIRAS ORGÂNICAS.....	64
3.1 As Feiras-livres de produtos orgânicos.....	65
3.1.1 Organização e funcionamento das feiras.....	65
3.1.2 A organização e distribuição dos feirantes nas feiras.....	70
3.1.3 A relação das feiras com a área de produção.....	77
3.2 Os comerciantes do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas.....	80
3.2.1 Os diferentes tipos de feirantes nas feiras do circuito.....	80

3.2.2 O Perfil dos Feirantes Produtores Rurais.....	82
4. OS IMPACTOS DO CIRCUITO CARIOCA DE FEIRAS ORGÂNICAS NA AGRICULTURA ORGÂNICA.....	89
4.1 A feira como canal alternativo à produção de pequenos produtores.	90
4.2 A relação do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas com a produção agrícola.....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	105

INTRODUÇÃO

O interesse do estudo sobre o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas é despertado pela importância econômica e social que o produto orgânico vem adquirindo na sociedade e na cidade do Rio de Janeiro. O Circuito Carioca de Feiras Orgânicas nasceu da necessidade de novos canais de venda direta de produtos orgânicos, para viabilizar e dinamizar a economia dos produtores orgânicos. Portanto, o circuito tem como seus objetivos principais a ampliação da produção da agricultura orgânica no estado do Rio de Janeiro, como também o aumento do acesso da população em geral aos alimentos orgânicos, dinamizando com isso a comercialização dos produtos orgânicos.

A justificativa dessa pesquisa é a possibilidade do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas tornar-se uma importante ferramenta para a dinamização da comercialização de produtos livres de agrotóxicos no Estado do Rio de Janeiro contribuindo para o aumento da produção orgânica. Além disso, a expansão e crescimento do circuito com frequentes instalações de novas feiras mudam a forma, função e a relação espacial da produção à comercialização na cadeia da agricultura orgânica, aproximando produtores e consumidores e dinamizando áreas de produção.

Em vista disso, a pesquisa tem como objetivo geral analisar se e como o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas tem favorecido o processo de comercialização direta da produção orgânica na cidade do Rio de Janeiro, contribuindo para a expansão da produção orgânica no estado Rio de Janeiro.

A agricultura orgânica é o modo de produção agropecuária que tem como seu pilar a otimização dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis, e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais. Ela tem como objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais e a minimização da dependência de energia não renovável. Ela emprega os métodos agrícolas culturais, biológicos e mecânicos como uma alternativa ao uso de materiais sintéticos, organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, priorizando a proteção ambiental (Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003).

As correntes da agricultura orgânica moderna datam do início da década de 1920 e 1930 em diferentes países do mundo: na Alemanha com a biodinâmica do filósofo da antroposofia Rudolf Steiner em 1924; na Suíça pelo político Hans Peter Müller em 1930; no Japão com o Mokitio Okada em 1936; e na Índia com Sir Albert Howard na década de 1930.

Todas as correntes surgiram logo após o desenvolvimento da agricultura industrial, quase concomitantemente, como uma opção às práticas agrícolas que faziam uso de insumos químicos (IYAMA, 2005; ASSIS, 2005; FERES, 2012).

Todavia foi somente no início da década de 1970, com os impactos ambientais e a contaminação dos alimentos gerados pela agricultura industrial, cresceu um movimento, a partir dos consumidores, a favor da agricultura orgânica.

No Brasil a preocupação em produzir e consumir alimentos orgânicos começou a ser difundida no final da década de 1970 e início da década de 1980, principalmente no estado do Rio de Janeiro, através de um movimento formado por naturistas e ecologistas que buscavam um modo de vida alternativo e com uma alimentação mais saudável. Contudo, foi somente na década de 1990, com movimentos sociais a favor ao uso de alimentos livres de agrotóxico, que as práticas da agricultura orgânica começaram a ganhar força no Brasil. E a partir de 2010 que o cenário da comercialização e produção orgânica recebeu mudanças altamente perceptíveis: a comercialização orgânica certificada aumentou cerca 51,7% entre janeiro de 2014 e 2015, representando a maior taxa de crescimento desde 2008, e um aumento de quase 300% desde os primeiros registros em 2002, de acordo com os dados do Programa Nacional de Orgânicos (NOP) e do Serviço de Comercialização Agrícola (AMS) em 2015.

O grande crescimento da agricultura orgânica no Brasil é incentivado por organizações não governamentais brasileiras ou internacionais, associações, como a AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia, Rede Ecovida, Korin, Fundação Mokitio Okada (FMO), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Governo (Emater), universidades, etc. Essas instituições promovem palestras e programas de incentivos à produção orgânica, ensinam métodos de cultivos orgânicos, promovem a difusão de ideias e encontros entre os produtores para a troca de experiências, além de outras atividades. O governo também incentiva a produção orgânica através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), por meio da Coordenação de Agroecologia da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC), que realiza campanhas como a Semana dos Orgânicos, a fim de reforçar para a população, principalmente a urbana, que os sistemas de produção orgânica se baseiam em princípios da agroecologia, (MAPA, 2016). No Rio de Janeiro, além dos que já apoiam a agricultura orgânica a nível nacional, o estado também conta com a assistência da Essência Vital, Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO), Associação Universitária Latino Americana (AULA), a Secretaria de Desenvolvimento Solidário (SEDES), etc.

Nesse contexto, a cidade e o estado do Rio de Janeiro assume importância no estudo da agricultura orgânica no Brasil, porque embora os produtores do estado, maioria agricultores familiares, não estejam em um dos grandes centros produtores de alimentos orgânicos do país, o estado e os produtores são precursores do movimento orgânico nacional, estimulando a produção e o consumo. Além disso, nos últimos anos, a comercialização de produtos orgânicos vem crescendo na cidade do Rio de Janeiro através de novos pontos de venda, principalmente nas feiras livres de produtos orgânicos com a criação do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. O crescimento das feiras orgânicas na cidade do Rio de Janeiro segue uma tendência a nível nacional. Segundo o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (2014), em todo o Brasil, o número de feiras orgânicas cadastradas passou de cento e dezenove feiras para quatrocentas e treze feiras cadastradas no ano de 2014.

O estado do Rio de Janeiro também é importante por inaugurar, no município de Friburgo, em 1984, a primeira feira livre que levantou a bandeira do movimento orgânico no país. A cidade do Rio de Janeiro inaugurou a primeira feira livre de produtos orgânicos na década de 1990, no bairro da Glória pela ABIO (Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro), entidade que congrega a grande maioria dos produtores do estado (Campos, 2001). Na mesma época, a ABIO também comercializava em balcão próprio na Companhia Brasileira de Alimentação (COBAL) de Botafogo. Mas a comercialização direta foi prejudicada com a entrada de supermercados e intermediários no setor de orgânicos. A proposta de reaproximação do produtor com o consumidor criando novos canais de comercialização se concretizou duas décadas depois quando foram inauguradas as primeiras feiras livres do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas no ano de 2010, sendo a primeira em maio, no bairro de Copacabana, em praça conhecida localmente como Bairro Peixoto, na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, onde há a maior concentração da comercialização de produtos orgânicos. Em novembro de 2011, foi inaugurada a primeira feira orgânica na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, a feira da Praça Afonso Pena no bairro da Tijuca, que representou o primeiro passo para a ampliação espacial da comercialização de produtos orgânicos para além do mercado tradicional da zona sul, área de maior poder aquisitivo da cidade do Rio de Janeiro.

Atualmente, o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas é um conjunto de dezenove feiras, que embora ainda concentradas na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, representando 58% das feiras nessa área da cidade já é percebido, depois de seis anos de inauguração do circuito, uma tendência mais significativa para a expansão em direção a outras áreas da cidade: 27% das feiras estão localizadas na zona norte e 15% na zona oeste, segundo a pesquisa da presente

dissertação. O processo de expansão das feiras ocorre com o êxito do circuito, o qual incentiva a inauguração de novas feiras em diferentes bairros da cidade do Rio de Janeiro.

Como objetivos específicos, o presente trabalho pretende:

1. Analisar o processo de formação do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas como resultado das estratégias dos produtores orgânicos junto a agentes do poder público municipal, viabilizando a criação de feiras de alimentos orgânicos na cidade do Rio de Janeiro com o estabelecimento de normas para sua criação e seu funcionamento.
2. Analisar o processo de funcionamento, organização e administração do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, assim como sua expansão, procurando compreender quais são as estratégias e políticas usadas para tal expansão, quem são os atores dessa expansão e de que forma ela está sendo realizada;
3. Avaliar se a proposta do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas está se concretizando, se há um real estímulo à expansão do consumo com novas vias de comercialização de alimentos orgânicos na cidade do Rio de Janeiro e, conseqüentemente, incentivando a área de produção.

A metodologia usada para a composição desse trabalho é dividida em quatro partes. A primeira parte resume no levantamento bibliográfico para a contextualização histórica da inserção e do desenvolvimento da agricultura orgânica no estado do Rio de Janeiro. Tem-se como ponto de partida da pesquisa teses e dissertações acadêmicas, como a tese de doutorado de Fonseca (2005), as dissertações de mestrado de Campos (2001), Iyama (2005), Assis (2005) e de Feres (2012), complementadas por outros trabalhos científicos de outros atores versando sobre agricultura orgânica no estado do Rio de Janeiro, como Barros (2011; sem data), Bicalho e Feres (2014) Guayasamín *et al* (2016).

O interesse pela temática da agricultura orgânica teve início com a pesquisa de minha monografia de graduação no Bacharelado de Geografia, sobre o perfil dos consumidores orgânicos que frequentam as feiras do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. A pesquisa contribuiu para a construção do cenário em que a agricultura orgânica se desenvolve, e que é percebida a importância do estado do Rio de Janeiro no desenvolvimento da agricultura orgânica do Brasil, pois ele é pioneiro a utilizar as práticas agroecológicas, na década de 1970, como um modo de vida mais saudável para o homem e o meio ambiente.

A presente pesquisa preocupa-se em investigar a comercialização de alimentos orgânicos de forma a entender a articulação da produção com o mercado, através da busca por

canais curtos de comercialização. A nova temática sobre comercialização requer outro aprofundamento bibliográfico que embasa os conceitos utilizados nessa pesquisa. Contribuíram os trabalhos de Piza e Welsh (1968), Reis e Sette (1992), Zoldan e Karam (2004) Barros (2006) para o entendimento do conceito de comercialização, Bicalho (2008) e Almeida (1999) para a discussão da cadeia de comercialização, levando-se em consideração a classificação da cadeia de produção agrária por quantidade de atravessadores, canais de distribuição e circuitos curto por Cristóvão *et al* (2009), Bava (2011) e Darolt (2012, 2013, sem data) e CRISTÓVÃO, A. e TIBERIO, L. (2009). Assume-se relacionado a esses autores que o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas é caracterizado como canais diretos e circuitos curtos.

Os circuitos curtos são associados a propiciar desenvolvimento local para as áreas de produção, assim como o aumento na qualidade de vida dos produtores rurais, portanto, essa pesquisa também desenvolve a discussão acerca do desenvolvimento local, utilizando a bibliografia de Owen (1975), Singh (2009) e Araújo (1997).

A segunda etapa é composta pelo levantamento de dados primários através de entrevistas com pessoas de cujos cargos estão à frente da Secretaria de Desenvolvimento Solidário (SEDES) da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, da Associação de Agricultores Biológicos do Rio de Janeiro (ABIO), da Essência Vital, AS-PTA, Associação Universitária Latino Americana (AULA), e a Rede Carioca de Agricultura Urbana, como também das associações de moradores dos bairros em que as feiras orgânicas ocorrem. São instituições diretamente envolvidas hoje com as feiras do Circuito por atuarem no processo de instalação e funcionamento das feiras do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas.

A SEDES representa o poder municipal institucional que legitima as feiras do circuito, a ABIO possui a importância de ser a mentora do projeto do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, de colocá-lo em prática, além de uma das principais gestoras do circuito. Ela enfrentou os primeiros desafios para a inauguração das primeiras feiras orgânicas. A Essência Vital, a AS-PTA (representada, atualmente no conselho gestor das feiras pela Rede Carioca de Agricultura Urbana) e a AULA são importantes também por serem gestoras de feiras do circuito, contribuindo para a expansão das feiras orgânicas, sobretudo a Essência Vital que é a segunda gestora em número feiras gerenciadas, além de ter quebrado o monopólio da gestão das feiras da ABIO com sua entrada como gestora e ter ajudado a criar o conselho gestor das feiras.

Entrevistar lideranças de associações de moradores fez-se importante para entender a participação das associações no processo de fundação das feiras orgânicas, pois um dos

requisitos imposto pela SEDES para a implementação das feiras orgânicas é o interesse e apoio das associações de moradores. As entrevistadas visaram averiguar a contribuição das associações na expansão das feiras do Circuito. Nessa parte não foi aplicado um questionário específico, pois muitas associações só atuaram na concordância para a implementação das feiras nos bairros.

Para cada instituição que atua como gestora e para a SEDES foi aplicado um questionário (Anexo I para SEDES e anexo II para as gestoras), específico de acordo com suas funções nas feiras. As perguntas objetivavam as seguintes questões:

- I. Levantamento do processo de formação do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. Participaram desse processo a ABIO, a SEDES e a Associação de Moradores do Bairro Peixoto. As perguntas destinadas para essas instituições tinham o cunho de levantar informações sobre: formas de atuação de cada instituição no processo de implementação de feiras; interesses da instituição em participar desse processo; principais obstáculos encontrados e como fizeram para solucioná-los; Em especial para a SEDES, quais os dispositivos políticos que legitimam a existência do Circuito?
- II. A administração, organização e o funcionamento do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, ao encargo da ABIO, Essência Vital, AS-PTA, Rede Carioca de Agricultura Urbana e AULA. Essas gestoras das feiras orgânicas foram inquiridas junto com a SEDES, com o fim de buscar as seguintes informações: como as feiras são organizadas; qual é a participação das gestoras no processo de organização; como é a forma de atuação da instituição gestora da feira e se há um conjunto de regras de funcionamento para as feiras.
- III. As estratégias para a expansão do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. Foram inquiridas todas as gestoras e as SEDES. As perguntas foram direcionadas para obter entendimento sobre: as estratégias usadas para a expansão com a criação de novas feiras; as áreas ou bairros da cidade para localização de novas feiras e o porquê dessas áreas; a participação dos produtores na expansão das feiras e de que maneira eles são atingidos com a expansão de novas feiras.

A terceira etapa refere-se ao trabalho de campo nas dezenove feiras que compõem o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, para a realização de um inquérito aos feirantes/produtores do Circuito, localizadas nos bairros: Copacabana (Bairro Peixoto), Glória, Ipanema,

Leblon, Jardim Botânico, Tijuca, Olaria, Laranjeiras, Flamengo, Botafogo, Ilha do Governador, Barra e Jacarepaguá (Figura 1).

Localização dos bairros do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas na cidade do Rio de Janeiro sediando o trabalho de campo

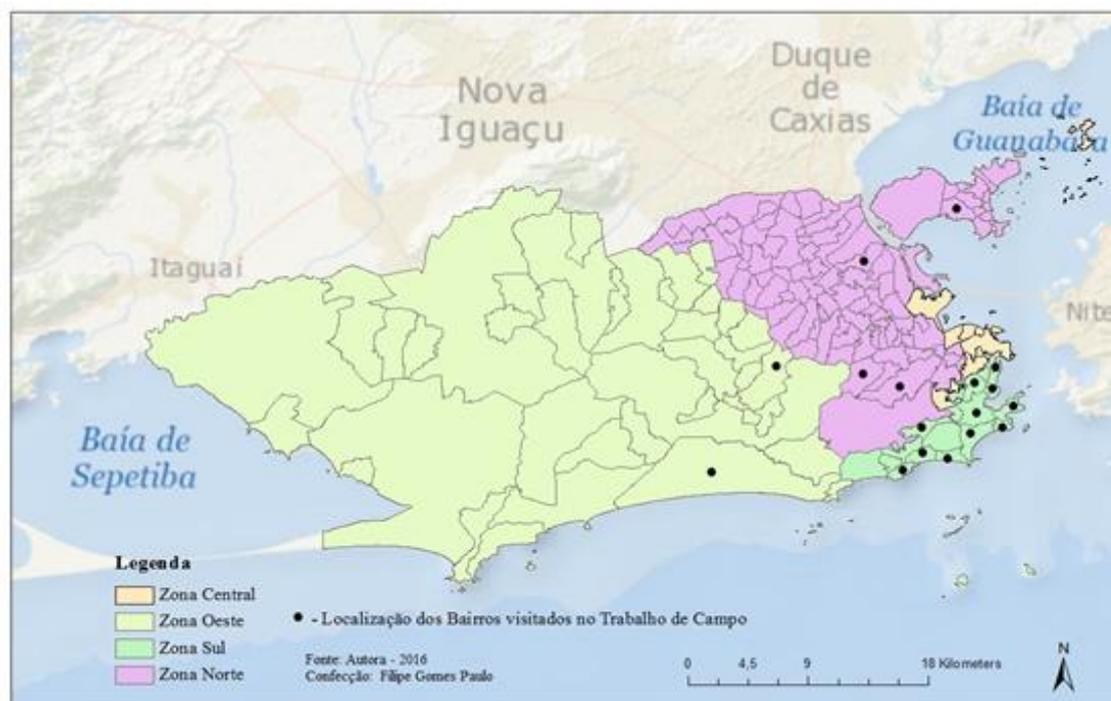


Figura 1: Mapa da localização dos bairros do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas na cidade do Rio de Janeiro sediando o trabalho de campo.

Fonte: Autora, 2016

O trabalho de campo foi realizado no horário das feiras orgânicas, das 7:00 da manhã até às 13:00 da tarde, nos dias, terças, quintas-feiras e sábados, dias de funcionamento das feiras orgânicas. Essa etapa levou dois anos para ser concretizada, pois foram inquiridos os produtores e feirantes presentes no dia do trabalho de campo, totalizando noventa e um inqueridos, nas dezenove feiras do circuito. Esse número não representa o total dos feirantes que trabalham nas feiras, pois nem todos aceitaram ser inqueridos e algum feirante pode ter faltado no dia que a autora esteve na feira realizando o trabalho de campo. Os produtores que não trabalham vendendo seus produtos diretamente, mas através de um feirante, foram procurados e inquiridos por telefone, contudo alguns negaram realizar entrevista e outros mesmo com o número de telefone a autora não conseguiu entrar em contato. Porém, apenas uma minoria não foi inquerida.

Durante o tempo que durou a pesquisa, pode ter ocorrido alguma expansão ou redução do número da participação de feiras do circuito, ou ainda uma troca de feira, exemplos, um

produtor que participava somente de duas feiras, pode ter aumentando seu número para quatro ou cinco, ou o contrário, a diminuição da atuação nas feiras também pode ter ocorrido. Além do citado, há casos de produtores que num dia trabalhava em uma feira e ter surgido uma oportunidade de vaga para ele participar de outra, no mesmo dia, preferindo, portanto, migrar de feira. Ou ainda os inqueridos podem não ter dado a resposta de forma completa. Por essas razões os resultados encontrados nessa pesquisa não representam com exatidão a realidade quanto ao número de feirantes que trabalham no Circuito Carioca de Feiras.

O questionário aplicado contribuiu para a formulação de um quadro qualitativo que serviu para avaliar se o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas tem estimulado o aumento da produção da agricultura orgânica de quem comercializa no Circuito, e, com isso, gerar a dinamização tanto da produção quanto da comercialização de alimentos orgânicos no estado do Rio de Janeiro. O roteiro do questionário aplicado aos produtores encontra-se no anexo III.

O inquérito aos produtores também contribuiu para: averiguar quais são as estratégias de expansão e venda dos produtores, como os mesmos se organizam para vender os produtos e trabalhar nas áreas de produção e nas feiras; entender se há diferenças entre as feiras e as gestões que compõem o circuito. As perguntas que contribuíram para alcançar esses objetivos foram: Como é a sua estratégia de venda? Você conversa com os consumidores? (Acredita que isso é uma estratégia de venda?) Qual é a sua estratégia para convencer e fidelizar o consumidor? O que você objetiva divulgar nas feiras? Você observa diferença entre as feiras do circuito das quais participa? Quais? Em qual a feira você vende mais? E qual a que você vende menos? Há muita diferença entre o volume das vendas de produtos entre as feiras? Quais os produtos você comercializa nas feiras? Há produtos diferenciados em cada feira? Como é essa variação? Qual produto você acredita que vende mais em cada feira?

E por fim o inquérito em questão também foi de importância para conhecer o perfil dos feirantes, que são produtores rurais, identificando: onde se localiza a produção, as vantagens e desvantagens de vender os produtos nos espaços das feiras, e as características pessoais do produtor.

A quarta etapa constituiu-se na análise das informações obtidas com os dados primários juntamente com a bibliografia que fundamenta a pesquisa e a Resolução Conjunta SEDES-SEOP nº 001, de 09 de maio de 2012 (Anexo IV) que sustenta e caracteriza o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. Dessas informações foram confeccionados gráficos, quadros e mapas que ajudam a entender e alcançar os objetivos propostos.

A estruturação do presente trabalho é composta por quatro capítulos. O primeiro é destinado ao arcabouço conceitual das questões que o presente trabalho propôs discutir: agricultura orgânica e agroecologia, comercialização, cadeia ou canais de comercialização, circuito curto e desenvolvimento local.

O segundo capítulo trata da contextualização histórica da entrada, do desenvolvimento da agricultura orgânica no Estado do Rio de Janeiro até a inauguração e a formação do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas e o estabelecimento das normas como parte do resultado das estratégias e resultados dos agentes e atores envolvidos.

Ainda nesse capítulo, foi analisada a participação de cada ator para a construção e a permanência do circuito: a SEDES, os feirantes e agricultores, as gestoras e a associação de moradores da cidade do Rio de Janeiro. E também a análise do processo de expansão do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, com o foco na compreensão de quais são as estratégias e políticas usadas para tal expansão, quem são os atores dessa expansão e de que forma ela está sendo realizada.

No terceiro capítulo tem-se a análise da cadeia de comercialização do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, focando a organização, a comercialização, o ambiente e a localização das produções que abastecem o Circuito Carioca de Feiras.

No terceiro capítulo também foi construído um perfil dos produtores rurais que utilizam o circuito para comercializar suas produções.

O quarto capítulo trabalha para responder a questão de se a proposta do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas está se concretizando: incentivar a produção orgânica do estado do Rio de Janeiro através das feiras livres de comercialização. Para contestar essa questão foi apresentada a importância das feiras livres para a comercialização dos produtos agrícolas do pequeno produtor, como e por que essas feiras podem contribuir para a comercialização do pequeno produtor. Em seguida, foi analisada através de um quadro qualitativo se os produtores rurais aumentaram suas produções com a entrada no circuito e de que maneira esses produtores percebem, ou observam as possíveis mudanças em suas áreas de produções.

I. APORTE TEÓRICO CONCEITUAL

A agricultura orgânica mostra-se hoje um tema bastante fecundo em termos de debate, sendo uma atividade com grande crescimento econômico. Muitos dos investigadores que se debruçam sobre os produtos orgânicos, como Campos (2002), Fonseca (2005 e 2009), Iyama (2005) e Feres (2012) argumentam que após a doença da “vaca louca”, encefalopatia espongiforme bovina, e da febre aftosa (*aphthae epizooticae*) na Europa em anos recentes, ocorreu um crescimento do mercado orgânico. A preferência da população por alimentos livres de agrotóxicos levou à expansão da área agrícola em vários países. No Brasil, entre os anos de 2000 a 2005 a produção de alimentos orgânicos passou de 40.000 toneladas para 300.000 toneladas, e o faturamento desses produtos passou de 50 milhões de dólares para 300 milhões de dólares, representando 0,5% do faturamento da indústria de alimentos no país, segundo Araújo e Paiva (2007). Tal crescimento fomentou as discussões e regulações sobre o alimento orgânico.

O estudo da cadeia de comercialização é importante para compreender a organização da comercialização nos seus aspectos estruturais, pois dá uma visão ampla do seu funcionamento, dos pontos de estrangulamento e como seus agentes atuam na cadeia de forma a gerar maiores êxito na comercialização Piza e Welsh (1968), Alves (1997) e Barros (2006). Sobre o viés geográfico a cadeia de comercialização é estudada segundo o enfoque de canais que relaciona a cadeia de comercialização e sua espacialidade segundo Almeida (1999) e Bicalho (2008).

O termo circuito curto ainda pouco explorado no Brasil já é desenvolvido na Europa, e apontado como a forma mais vantajosa de comercialização para os pequenos e médios produtores Bava (2011) e Darolt *et al* (2013). No viés geográfico os circuitos curtos também estão diretamente relacionados com agricultura orgânica Fonseca *et al* (2011) e Darolt (2013) funcionando como ferramenta para promover o desenvolvimento local Cristóvão e Tibério (2009) e Darolt *et al* (2013).

Este capítulo apresenta definições e reflexões que ajudam a entender o fenômeno da agricultura orgânica no Brasil com o apoio de definições de órgãos internacionais como a IFOAM e CODEX ALIMENTARIUS, assim como os oficiais utilizados pelo Estado, que regulam e norteiam as políticas para o setor agrícola, os conceitos e discussões da cadeia de comercialização, os circuitos curtos e o desenvolvimento local.

1.1 Definindo a agricultura Orgânica

O termo “agricultura orgânica” surgiu junto aos primeiros movimentos agrícolas industrial do século XX, contestando o desenvolvimento industrial e urbano dessa época (DAROLT, s/d). De acordo com Fonseca (2009), esse período corresponde à introdução na Europa Ocidental e na América de Norte das práticas para a disseminação da Revolução Verde.

Ainda no início do século XX, com o uso cada vez mais frequente do termo orgânico, através da popularização e a disseminação dos movimentos alternativos, criou-se um impasse na utilização desse termo. De um lado estavam os representantes e ativistas desses movimentos de agricultura alternativa que brigavam pelo uso exclusivo de tal termo. E do outro lado estavam os representantes da agricultura industrial os quais argumentavam que mesmo com o uso de insumos industriais, em suas práticas agrícolas, os processos biológicos e orgânicos não deixavam de acontecer nas plantações. O impasse terminou nos tribunais europeus garantido o uso exclusivo do referido termo para os movimentos de agricultura alternativa (FONSECA, 2009).

A importância dessa decisão foi tornar oficial o termo orgânico para as práticas agrícolas que não utilizam insumos químicos e processo industrial em sua produção, contribuiu, portanto, para construir o atual conceito de agricultura orgânica. Além disso, possibilitou o registro em normas internacionais e regulamentos técnicos nacionais, posteriormente (FONSECA, 2009).

Outro passo importante para a construção do conceito orgânico ocorreu, na década de 1970, com a criação da Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM¹) e com ela as normas que serviram de referência para a comercialização de produtos orgânicos até a década de 1990. A IFOAM denomina de agricultura orgânica os conjuntos de práticas agrícolas de agroecossistemas, como biodinâmico, natural, regenerativo, ecológico, biológico, agroecológico e de permacultura (CAMPOS 2002; FONSECA, 2009).

Seguindo os mesmos passos dos países europeus, o primeiro termo a ser utilizado no Brasil, a partir da segunda metade do século XX, foi o de agricultura alternativa, devido às diferentes manifestações de técnicas agrícolas que negavam a utilização de insumos químicos em sua produção. Esse termo circulava tanto nos estudos universitários quanto nos encontros

¹ IFOAM – Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica. Ela é uma instituição privada, fundada em 1972, reunindo pioneiros da agricultura orgânica visando coordenar informações científicas e experimentais de diferentes países. A IFOAM elaborou e estabeleceu princípios pioneiros e padrões orgânicos sobre práticas de agricultura orgânica, desde em 1978, que hoje servem de base para orientar e promover a certificação ao produto orgânico.

nacionais conhecidos como Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativas - EBAAs² -, coordenados pela Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil - FAEAB. A partir dessas reuniões o termo “alternativo” transformou-se em orgânico, o qual foi posteriormente institucionalizado nos regulamentos técnicos brasileiros e juntamente com os códigos, normas e diretrizes da *Codex Alimentarius*³ surgiram o conceito e a definição oficial, brasileira, de agricultura orgânica (FONSECA, 2009).

O entendimento de agricultura orgânica da *Codex Alimentarius* é enfatizar o uso de práticas de manejo que otimizam os recursos e elementos do meio natural. Essas práticas podem conter, sempre que possível, a administração de conhecimentos agronômicos, biológicos e até mesmo mecânicos. Mas exclui a adoção de substâncias químicas ou outros materiais sintéticos que desempenhem no solo funções estranhas às desempenhadas pelo ecossistema (NEVES, 2004).

Tomando como base o *Codex Alimentarius*, o Ministério da Agricultura formulou que a agricultura orgânica é aquela cuja produção agrícola objetiva a promoção da saúde humana, a proteção ambiental e o respeito às comunidades rurais, deixando claro a não utilização, em suas técnicas agrícolas, de fertilizantes sintéticos solúveis, agrotóxicos e transgênicos. Essa conceituação é oriunda da Lei N°. 10831 (BRASIL, 2003, art. 1) a qual declara:

Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente. (BRASIL. Lei 10831, 2003, art. 1)

² EBAAS – Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa – Esses encontros foram realizados em Curitiba (1981), Rio de Janeiro (1984), Cuiabá (1987) e Porto Alegre (1989), tinham o objetivo de reunir estudantes e profissionais ligados à agricultura para disseminar e desenvolver a agricultura orgânica.

³ A Comissão do Codex Alimentarius foi instituída pela FAO (Organização Mundial para a Agricultura e Alimentação) e pela OMS (Organização Mundial da Saúde) em 1963. Ela desenvolve normas, diretrizes e códigos de prática que buscam harmonizar a alimentação internacional para proteger a saúde dos consumidores e assegurar práticas justas no comércio de alimentos. Também promove a coordenação de todas as normas alimentares trabalho realizado por organizações governamentais e não governamentais internacionais, FAO.

No Brasil, as vertentes alternativas que possuem suas práticas e técnicas agrícolas alinhadas à definição explicitada de agricultura orgânica de maior propagação são quatro, de acordo com Darolt (s/d), Iyama (2005) e Feres (2012): orgânica, biodinâmica, biológica e natural.

Essas correntes originaram-se no início do século XX em oposição às técnicas e manejos da agricultura industrial. Todavia só receberam força e enfoque nas décadas de 1970 e 1980 (FONSECA, 2009), quando foram denominadas de agricultura alternativa ou orgânica, por uma população que já enxergava os impactos ambientais da produção em massa, da lucratividade exacerbada. Buscava, portanto, um padrão de produção que valorizasse uma tecnologia não poluidora, e ao mesmo tempo levar uma vida mais digna ao trabalhador rural, respeitando e mesclando as técnicas e manejos contemporâneos com os conhecimentos técnicos e culturais das comunidades tradicionais agrícolas (NEVES, 2006). Elas também são consideradas como filosofia de vida, como é o caso da biodinâmica e da agricultura natural (EHLERS, 1999; NEVES 2006).

Essas correntes sofreram rejeição no início do século XX, pelos que defendiam as técnicas da agricultura industrial, alegando que esta forma de manejo era contrária à modernização da agricultura que já se difundia. Problemas ambientais e sociais da modernização da agricultura, incluindo a questão da alimentação saudável, fez com que o interesse pela agricultura orgânica persistisse e aumentasse, estando em franco crescimento nos dias atuais.

A biodinâmica tem origem na Alemanha, no berço da química agrícola, divulgada no congresso de Pentecostes em 1924 com a denominação de *Biologische Dynamische Landwirtschaft*⁴ por seu fundador o filósofo Rudolf Steiner (SIXEL, 2003; ASSIS, 2005; YAMA, 2005). Ela foi pautada na antroposofia⁵, criada também por Steiner, que forneceu os dogmas, preceitos e base desta corrente da agricultura. Em mais de 50 países a agricultura biodinâmica é praticada a serviço do meio ambiente e da alimentação saudável do ser humano. No mundo inteiro os produtos biodinâmicos são uniformemente comercializados sob a marca

⁴Tradução: Agricultura Biológica Dinâmica (Biodinâmica)

⁵ A Antroposofia pode ser caracterizada como um método de conhecimento da natureza do ser humano e do universo, que amplia o conhecimento obtido pelo método científico convencional, bem como a sua aplicação em praticamente todas as áreas da vida humana. O universo para ela não é constituído apenas de matéria e energia físicas, redutíveis a processos puramente físico-químicos e por isso o ponto central da biodinâmica é a interação em cognição do homem com a natureza (SIXEL, 2003).

DEMÉTER⁶. Ela garante uma cultura agrícola baseada em medidas novas nos campos “culturais/espirituais”, políticos/legais, econômicos e ecológicos (ÁVILA, 2000; EHLERS, 1996; ASSIS, 2005; IYAMA, 2005).

A agricultura biológica foi criada por volta de 1930, pelo político suíço Hans Peter Müller que, a partir de trabalhos com fertilidade do solo e microbiologia, estabeleceu as bases da então denominada agricultura “organo-biológica”. Contudo, foi apenas na década de 1960, que o Francês Claude Aubert incorporou aos trabalhos já desenvolvidos de Hans as críticas relacionadas à agricultura industrial, na França, lançando as pesquisas que defendiam e propagavam a agricultura biológica (DAROLT, s/d; ASSIS 2005; IYAMA, 2005).

A agricultura natural foi fundada por Mokiti Okada, no Japão, que estudou os males da técnica da agricultura industrial, como o efeito que a amônia poderia causar no homem (SAKAKIBARA, 1998; IYAMA, 2005). Mokiti Okada desenvolveu sua técnica observando os fenômenos da natureza, aplicando o que aprendera numa área de 1 ha onde fez sua primeira experiência, em 1936 (EHLERS, 1996; SAKAKIBARA, 1998; FUNDAÇÃO MOKITI OKADA, 2002). Com êxito, ele diversificou em 1942, utilizando seu método para a plantação de arroz. Ele iniciou a divulgação da agricultura natural no mesmo ano como um método denominado de *Shizen Nohon*⁷ cujos objetivos estão em não degradar o meio ambiente e, ao contrário, gerar saúde e prosperidade, tanto para o produtor como para o consumidor e uma vida digna para o homem do campo (SAKAKIBARA, 1998; ASSIS, 2005; IYAMA, 2005).

A origem da vertente agroecológica da agricultura orgânica reporta à sir Albert Howard, agrônomo inglês que, através de sua experiência nos estudos de compostagem e adubação orgânica na Índia entre os anos de 1905 e 1930, formulou o método da agricultura orgânica (ASSIS, 2005; IYAMA, 2005; FERES, 2012).

Examinando o entendimento de agricultura orgânica do Ministério da Agricultura, da *Codex Alimentarius*, e das correntes orgânicas, agricultura orgânica compreende todos os sistemas agrícolas que promovem a produção sustentável de alimentos, de modo social, ambiental e economicamente responsável. De acordo com Barros (2011) tanto para a citada Lei, quanto para a *Codex Alimentarius*, agricultura orgânica representa não apenas um sistema que substitui o uso de insumos químicos, mas um conjunto de ideias que incorporam uma nova forma de ver e trabalhar o campo, diferentes da agricultura industrial (Tabela 1).

⁶Demeter é a marca que identifica, mundialmente, os produtos biodinâmicos. Os produtos Demeter fazem parte de uma rede ecológica internacional ligada ao Demeter Internacional sediado na Alemanha. A marca é relacionada a um selo criado na década de 1950.

⁷Tradução: “Método Natural”

Tabela 1: Principais características das correntes de agricultura orgânica no Brasil.

Principais Correntes Agrícolas Orgânicas no Brasil				
Nome	Data	Local	Criador	Características
Orgânica	1899 a 1940	Índia	Sir Albert Howard	Baseado no processo Indore ⁸ de compostagem desenvolvido na Índia. Caracteriza-se pela diversificação e integração da produção interna, todas as atividades da fazenda (olericultura, fruticultura, criações, etc.) seriam partes de um corpo dinâmico, interagindo entre si.
Biodinâmica	1924	Alemanha	Rudolf Steiner	Forte foco filosófico e espiritual. Utiliza preparados biodinâmicos borrifados sobre as plantas ou adicionados aos adubos. As atividades agrícolas são realizadas de acordo com um calendário astrológico.
Biológica	Década de 1930	Suíça	Hans Peter Müller	Acredita que a manutenção da fertilidade do solo e o controle de pragas e doenças são feitos pelo uso de processos e ciclos naturais Forte cunho socioeconômico e político.
Natural	1932	Japão	Mokiti Okada	Forte cunho filosófico, tendo suas bases sido estabelecidas como um dos alicerces de uma religião (Igreja Messiânica). Técnicas utilizadas: a própria força da natureza e os conhecimentos técnicos científicos adquiridos ao longo da evolução humana. Não utilização de adubos de origem animal, como esterco.

Fonte: Adaptado de Assis (2005) e autora.

Atualmente, no meio acadêmico, ocorrem discursões em torno de uma possível dicotomia entre agricultura orgânica e agroecologia. De um lado um grupo defende que a lógica comercial dos produtos orgânicos diferencia-se das correntes de produção agroecológica, como os autores Fonseca (2000), Moro (2011) e Assis e Romero (2002), acusando a produção orgânica de participar da lógica capitalista que exclui os pequenos produtores e voltada somente para o mercado. E de outro lado, estão aqueles que defendem que a produção orgânica pertence ao grupo das correntes agroecológicas, como Guivant (2010). Tal discussão vem ultrapassando o meio acadêmico e pode ser percebida dentro do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas através de produtores que se diferenciam dos demais por sua produção agroecológica e também na existência de duas feiras no circuito que se destacam como agroecológica e não como orgânica, conforme observado no trabalho de campo dessa pesquisa.

A agroecologia surge na década de 1970 como uma ciência para dar sustentação teórica para os diferentes movimentos agrícolas alternativos à agricultura industrial ou a agricultura movimentada pela Revolução Verde. A agroecologia, Portanto, é a ciência que

⁸ Local da Índia onde o processo de compostagem foi desenvolvido.

busca o entendimento do funcionamento de agroecossistemas e suas diferentes interações, tendo como princípio a conservação e a ampliação da biodiversidade dos sistemas agrícolas servindo de base para produzir auto-regulação e conseqüentemente a sustentabilidade (ASSIS; ROMEIRO, 2002).

A preocupação da agroecologia vai além da não utilização de manejos na terra sem os insumos ou tecnologias usadas na revolução verde que degrada o solo, uma das características marcantes da agroecologia é a grande preocupação com o lado social e o destaque que ela faz ao conhecimento “tradicional” ou “camponês”, representado por experiências acumuladas de agricultores que interagem com o meio sem o acesso a insumos externos, capital ou conhecimento científico (BROKENSCHAW *et al*, 1979 *apud* ALTIERI, 2004). Assim, a agroecologia caracteriza-se:

Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agrônômicos, ecológicos, socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ele utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo as dimensões ecológicas, sociais e culturais. (...) O objetivo é trabalhar com e alimentar sistemas agrícolas complexos onde as interações ecológicas e sinergismos entre os componentes biológicos criem, eles próprios, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das culturas (ALTIERI, 2004, p.23).

Outra característica importante da agroecologia é que ela motiva os diferentes cultivos na produção agrícola, diferente da monocultura dos complexos agroindustriais. Isso decorre por que ela objetiva empreender técnicas que permitem o desenvolvimento de agroecossistemas sustentáveis, para tanto, ela adota como princípios básicos a menor dependência possível de insumos externos e a conservação dos recursos naturais, segundo Assis e Romeiro (2002):

Os sistemas agroecológicos procuram maximizar a reciclagem de energia e nutrientes, como forma de minimizar a perda destes recursos durante os processos produtivos. Esta estratégia é viabilizada com o desenho de sistemas produtivos complexos e diversificados que pressupõem a manutenção de policultivos anuais e perenes associados com criações. Com a diversificação, estes sistemas tomam-se mais estáveis por aumentarem a capacidade de absorver as perturbações inerentes ao processo produtivo da agricultura (sobretudo as flutuações mercadológicas e climáticas), aumentando assim sua capacidade de auto reprodução (ASSIS; ROMEIRO, 2004. P.72).

Resumidamente, os argumentos que sustentam a diferenciação da agricultura orgânica da agroecologia residem em fatores relacionados ao mercado conforme aqueles que defendem a dicotomia entre elas. O primeiro argumento que sustentaria tal separação é que os alimentos orgânicos a partir na década de 1990 vêm ganhando destaque no comércio mundial, apresentando-se como uma ótima oportunidade de negócio. Porque cada vez mais a população busca os alimentos sem agrotóxicos, objetivando sua saúde, o que faz aumentar demanda. E também porque a grande demanda confronta-se com a baixa oferta, o que contribui para aumentar o preço no valor do produto.

Esse fator, segundo Fonseca (2000) gera uma sobrevalorização do produto em si em detrimento da importância da forma como este é produzido, ou seja, a busca para o consumo de orgânico não está somente na preocupação na preservação ambiental ou ao proporcionar uma vida digna ao trabalhador rural. Fato que fomenta a produção de alimentos apenas visando o consumidor, o não uso de agrotóxicos, esquecendo as outras questões que pertencem à agroecologia, como destaca Assis e Romero (2002): “é função, basicamente, da possibilidade de benefícios à saúde inerentes ao produto em si, sendo a questão fundamental não conter agrotóxicos, enquanto que, preocupações ambientais, mais associadas à forma de produção, são apontadas como motivação secundária para o consumo” (ASSIS; ROMERO, 2002, p. 74). Por isso, os produtores de alimentos orgânicos inseridos no mercado de alimentos passariam a se preocupar excessivamente com o consumidor, esbarrando, muitas vezes, em uma carência dos gostos de consumo que determinam a necessidade de um abastecimento contínuo e a concentração do mercado em alguns produtos (ASSIS; ROMEIRO, 2002).

O segundo argumento utilizado é que para atingir os objetivos do mercado florescem as produções orgânicas baseadas em tecnologias que necessitam alto aporte de insumos alternativos externos à propriedade, e também na prática da monocultura, privilegiando fatores econômicos em detrimento de questões agrônômicas, ecológicas, sociais. Dentro dessa lógica, segundo Moro (2011), a agricultura orgânica seria uma prática agrícola e um processo social que apresenta alguns vieses expressos em diferentes formas de encaminhamento tecnológico e de inserção no mercado, respeitados os limites teóricos da Agroecologia em maior ou menor grau. O que torna a agricultura orgânica apenas uma prática que não utiliza agrotóxico.

Com o foco somente na lucratividade, a comercialização dos produtos orgânicos passa a alcançar a escala internacional tornando o produto orgânico uma mercadoria (*commodities*), e sua distribuição passa a ser feita pelas mesmas corporações multinacionais que dominam o mercado convencional. Assim, o movimento orgânico que inicialmente era formado por

pequenos agricultores familiares, atendendo ao mercado local, vem cedendo espaço para lojas e mercados de produtos naturais ou orgânicos que se tornam redes nacionais e internacionais (MORO, 2011). Por fim, a crescente demanda de alimentos orgânicos mantém-se às classes sociais de renda mais elevada, sobretudo à população do mundo industrializado, enquanto que a produção do mundo em desenvolvimento começa a ter o destino da exportação (ALTIERI; NICHOLLS, 2003).

Essa lógica de mercado orgânico destinado à exportação rompe com o paradigma da agroecologia, por conceber o meio ambiente como um mero suporte físico do qual se extraem mercadorias e lucro imediato (ASSIS; ROMEIRO 2004), sem a preocupação com o meio ambiente e com o agricultor, que são preocupações pertencentes à agroecologia.

Deve-se ter o cuidado na discussão sobre a dicotomia entre a agroecologia e a agricultura orgânica. É preciso ressaltar que a agricultura orgânica é, em primeiro lugar, uma corrente agrícola, formulada por Rudolf Steiner na década de 1940, contudo, o termo orgânico foi adotado em países de idioma inglês e no Brasil (em Portugal é biológica por influência francesa) para referir a todas as correntes agrícolas não industriais. Já nos países de idioma francês as correntes agrícolas não industriais são chamadas de biológicas e nos países hispânicos de ecológicas (FONSECA, 2009). Independente de nomearem um sistema agrícola em si, são termos que dependendo do país, também se referem ao conjunto de sistemas contrários às práticas da agricultura moderna, convencional da agricultura industrial.

A agroecologia, por outro lado, também é um termo geral às diferentes correntes uma vez que está sendo aplicado à ciência que vai dar suporte para essas correntes, contribuindo para o desenvolvimento de técnicas para a produção dos diferentes sistemas de agricultura orgânica. Ao comparar a agricultura orgânica com a agroecologia pode-se cair na armadilha de colocar a agroecologia apenas como um sistema de produção agrícola.

O alimento orgânico por ser mais saudável conquista o mercado consumidor, e por isso é natural que ele vire uma oportunidade de investimento para as diferentes escalas de produção. Se o empreendedor capitalista está apropriando desse tipo de mercado, utilizando o marketing ou realizando ações para o uso de orgânicos, acaba por incentivar ainda mais o consumo de orgânicos, o que ajuda, conseqüentemente, o pequeno ou médio produtor rural, pois o mercado do mesmo também aumentará. Portanto, o mercado capitalista acaba por contribuir para a divulgação desse tipo de alimentos. Além disso, a produção em larga escala tem o potencial de atingir um maior número de pessoas.

As pessoas não possuem as mesmas características, por isso é natural que o que incentive um grupo social a consumir produtos orgânicos, não será o mesmo que incentivará outro grupo. É natural existir essas diferenças. O que se deve evitar é limitar o consumo de orgânicos a somente as pessoas que se preocupam com o meio ambiente e o trabalhador rural. Ao contrário, todos devem ter o acesso. O desafio passa a ser, portanto, a conscientização dos diferentes grupos sociais para as problemáticas do consumismo, para as práticas que degradam o ambiente e a atenção ao trabalhador rural.

Os selos por Sistema de Participação Garantida (SPG) e por Organização de Controle Social (OCS) já são um instrumento para a solução do abismo entre o produtor capitalista que pode pagar pelo selo orgânico por auditoria e aquele que não pode pagar, pois esses instrumentos são acessíveis e de baixo custo.

Para aqueles que também não concordam que a agricultura orgânica não está inserida na lógica da agroecologia, como Guivant (2010), trazem três argumentos a favor da agricultura orgânica. Primeiro, as críticas realizadas à agricultura orgânica se baseiam em uma perspectiva inegavelmente normativa. Segundo, as teorias sociais contemporâneas mostram a importância de entender o significado das ações sociais que envolvem a agricultura orgânica, ao invés de somente criticá-la. Terceiro tais críticas apontam para a necessidade de entender as problematizações que o pequeno agricultor ou os familiares enfrentam frente a padrões de consumo alimentar altamente diversificado (incluindo o mercado de orgânicos), e que é argumento óbvio que o mercado é corruptor de práticas sustentáveis. Seria, portanto, para Guivant (2010), repensar os estudos da comercialização de alimentos orgânicos e a crescente participação destes nos processos de certificação: “Devido ao caráter normativo de tal perspectiva (Agroecologia), entender e analisar objetivamente o papel dos supermercados como agentes centrais na difusão do consumo e da produção orgânica parece quase uma anátema” (GUIVANT, 2010, p. 386).

1.2 Canais de comercialização

1.2.1A cadeia da comercialização

A comercialização é a ação de colocar à venda um produto ou dar-lhe as condições e os meios de distribuição necessários para a sua venda. Para Barros (2006) a comercialização é o processo social através do qual a estrutura de demanda de bens e serviços econômicos é

antecipada ou estendida e satisfeita por meio da concepção, promoção, intercâmbio e distribuição física de tais bens e serviços. Nessa mesma ideia, Alves (1997), conceitua a comercialização como o processo final da cadeia produtiva, sendo uma fase de extrema importância, pois se as vendas tiverem êxito e for compensadora, gerará estímulo, e retroalimentará, portanto, a cadeia produtiva.

Na cadeia produtiva a primeira fase é a produção de matéria prima, em seguida, sua transformação (quando na industrialização), o armazenamento, em muitos casos, a logística do transporte e distribuição, a formulação do preço de acordo com o mercado, a venda e a revenda. Sabe-se também que a ordem das fases dessa cadeia pode variar. Tanto Alves (1997) quanto Barros (2006) localizam a comercialização nas últimas fases da cadeia produtiva. Contudo outros autores entendem a comercialização como sendo a própria cadeia produtiva, como é a concepção de Piza e Welsh (1968) que a descreve como: “(...) o conjunto de atividades realizadas por instituições que se acham empenhadas na transferência de bens e serviços desde o ponto de produção inicial até que eles atinjam o consumidor final” (PIZA e WELSH, 1968, p.1).

Outra visão da comercialização é de Reis e Sette (1992), que a concebe como sendo um ambiente onde se desenvolvem as atividades comerciais e que está inserido dentro de um sistema econômico maior, que o estabelece e influencia no seu comportamento. E para Zoldan e Karam (2004) a comercialização envolve um amplo espectro de atores sociais, cujos atributos variam de acordo com a complexidade da cadeia produtiva envolvida. Suas relações consolidam-se em instituições apropriadas, sendo o mercado uma das principais.

Por fim Aguiar e Marques (1993) descrevem a comercialização dos produtos agrícolas, sucintamente, ocorrendo em três diferentes fases:

- A primeira fase, da comercialização, tende a passar da produção para o mercado central (atacadista).
- A segunda, no mercado, onde se dá o balanceamento entre oferta e demanda, em que a produção pode ou não ser armazenada.
- A terceira fase envolve a distribuição da produção em grupos menores, até alcançarem os consumidores finais (por meio dos varejistas).

Para conseguir seu êxito, a comercialização pode utilizar-se de quatro instrumentos.

O portal agroecologia⁹ listou esses instrumentos, são eles:

⁹ Site www.agroecologia.inf.br apud BARBÉ, 2009

- 1°. Foco no produto (política de produto), que inclui novos desenvolvimentos, diferenciação e embalagem;
- 2°. A promoção (política de comunicação), que envolve o trabalho com a propaganda clássica, promoção de vendas, relações públicas e venda;
- 3°. O preço (política de preço), que abrange fatores como categorias de preço e condições de venda.
- 4°. O *place* (política de distribuição), que se preocupa com os canais de comercialização, da logística e da distribuição.

Além de conectar e dinamizar espaços, e fornecer os fluxos da produção ao mercado, a comercialização também pode elevar o custo da produção através da imposição de padrões de qualidade ao produto, como exemplo, o uso de embalagens e selos de qualidade ou certificação, que agregam valores ao produto e, conseqüentemente, aumentando seu preço final (BICALHO, 2008).

O conceito de comercialização não abrange somente a troca da mercadoria por um bem de valor monetário, estando presente no final da cadeia produtiva ou representando toda ela. Ela também representa para Barbé (2009) desempenho de atividades comerciais ligadas ao fluxo de bens e serviços do agricultor até o consumidor final, e todo o processo que envolve a conexão de mercados regionais, nacionais e internacionais. Por isso, tem a função ativa como instigador do desenvolvimento, pela organização e pelo dinamismo que transmite ao crescimento da agricultura, da indústria e do setor de serviços. Sua grande importância, portanto, são as modificações introduzidas no sistema de comercialização que podem ter reflexo direto sobre o desenvolvimento econômico (SANTANA e CAMPOS, 1993).

1.2.2 Canais da comercialização sob o viés geográfico

A cadeia de produção agrícola se inicia com o produtor rural numa extremidade e termina com o consumidor na outra extremidade, é a comercialização a responsável por promover a dinâmica entre os espaços conectando as duas extremidades para que a cadeia produtiva tenha êxito, como já visto. Os estudos de geografia agrária trabalham a comercialização pelo o viés da intermediação, ou por canais de distribuição (BICALHO, 2008). Almeida (1999) e Bicalho (2008) resumem como canal de distribuição o conjunto de organizações interdependentes que tem como objetivo tornar o produto ou o serviço disponível para o consumidor. As estratégias para a distribuição devem ser orientadas para o consumidor e ser capaz de adaptarem-se as mudanças da demanda, atentando, sempre, para as preferências,

hábitos, valores, imagem quanto ao produto (BICALHO, 2008), e no caso das feiras do circuito orgânico, também para os selos de garantias de idoneidade orgânica.

Os bens fluem pelos canais de comercialização e de distribuição, em arranjos intrincados ou diretos, e conduzem as mercadorias do produtor ao consumidor final. Entre esses dois, o produtor e o consumidor final, podem ter mais de um ator, como os atravessadores, os varejistas e as lojas, é o que nós aprendemos como sendo os intermediários (BARBÉ, 2009).

Os intermediários ou atravessadores, portanto, participam da cadeia de comercialização comprando as mercadorias do produtor e vendendo aos supermercados, lojas varejistas ou diretamente ao consumidor. Os intermediários podem assumir a função, em alguns casos, de agregar valor às mercadorias ao investir em embalagem, marketing do produto ou realizar o transporte da mercadoria do produtor às lojas, aumentando o valor final do produto (BICALHO, 2008). O que se relaciona ao que Barbé (2009) chamou de política de produto.

O que pode determinar ou influenciar o tamanho, as intermediações e as funções que os intermediários podem exercer (seleção dos produtos, empacotamento, processamento) são as distâncias espaciais, dinâmica dos mercados e lógica que a cadeia está inserida (BICALHO, 2008).

A cadeia de produção pode ser classificada de duas formas. A primeira de maneira mais simples, focando o número de intermediários que ela possui. A segunda, mais complexa, baseia-se na observação do volume da produção a ser comercializado.

A classificação pela quantidade de intermediário é feita a partir da observação do número de intermediários, ou a ausência desses, que a cadeia possui. Se não houver intermediário e o agricultor vender diretamente ao consumidor, a cadeia é classificada como venda direta. Contudo os produtores vendem os produtos ao atravessador ou ao varejista, a venda é denominada indireta (BICALHO, 2008).

Outro autor que classifica a cadeia produtiva com relação ao número de intermediário é Almeida (1999). Esse autor denomina a cadeia de canal e o diferencia em três tipos: canais diretos, canais indiretos e canais semidiretos, conforme destacado na figura 02.

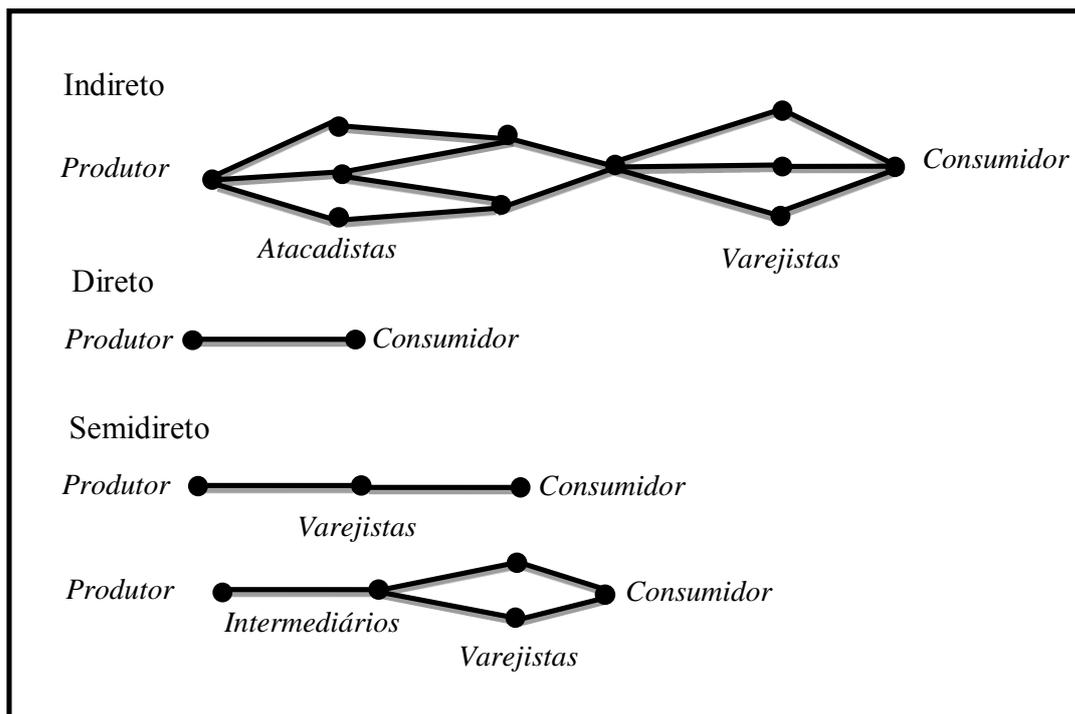


Figura 02: Estruturas e canais de distribuição na comercialização de produtos Agrícolas.
 Fonte: Bicalho (2008).

Assume-se como classificação indireta aquela que possui vários intermediários, atacadistas e varejistas que ficam entre o produtor e consumidor. Enquanto que a direta é a que têm apenas a ligação entre produtores e consumidores. E por último, os semidireto é quando há somente um intermediário conectando o produtor e o consumidor. Assim, quanto maior o número de intermediadores entre o produtor e consumidor, menos influencia o produtor terá na comercialização. E quanto mais curta for a extensão da cadeia, menos intermediários, maior contato o produtor terá com o mercado. Contudo o produtor não se vincula apenas a um tipo de distribuição, ele pode utilizar múltiplos canais simultaneamente, como supermercados, lojas de convivência, um ou mais intermediários (BICALHO, 2008).

Já quanto ao volume da produção, a distribuição na produção agrícola é caracterizada por Almeida (1999) como: intensiva, seletiva e exclusiva. Essas características também se relacionam com a agregação de valor ao produtor.

Na distribuição intensiva, o volume da venda do produto é muito alto, há muitos intermediários, não há preocupação em agregar valor, apenas em escoar a produção de forma mais segura, com menos riscos e sem a preocupação das preferências do consumidor. Na seletiva, há o encurtamento do canal de distribuição, com menos intermediários, a preocupação é voltada a atender as exigências tanto dos consumidores quanto dos produtores, preservando a imagem dos produtos. A produção exclusiva tem como principal objetivo manter o prestígio do

produto, controlar e manter preços elevados, ela permite controles rígidos para o atendimento individual qualitativo superior em bens de consumo de especialidades e de pequeno porte (ALMEIDA, 1999).

Na comercialização de produtos alimentícios in natura, como as hortaliças, legumes e verduras, pode haver uma tendência para o encurtamento do canal de distribuição, ou seja, diminuir o número de intermediários e atacadistas, privilegiando um canal de distribuição mais curto (BICALHO, 2008). Essa tendência, expressa pela venda direta ou semidireta, é comprovada na preferência dos pequenos produtores rurais, próximos aos grandes centros urbanos, se envolverem com o chamado circuito curto, ou alternativo. Pois os circuitos curtos atendem as necessidades e a realidade dos pequenos produtores, possuem um menor volume de produtos sendo comercializados, se comparado as grandes redes de alimentos, e sustentam uma relação desvantajosa com os intermediários (CAMPOS, 2001).

1.2.3 Um conceito em ascensão: os circuitos curtos

O termo circuito curto é um conceito recente e pouco explorado no Brasil. Ele surgiu em resposta, uma crítica ao movimento de reestruturação do espaço agrário proveniente da modernização do campo, que está associada à comercialização à longas distancias. A partir da revolução verde, o avanço técnico científico gerou a mecanização e a introdução de insumos químicos nas atividades agrícolas com o objetivo de aumentar a produtividade (GOODMAN, WILKINSON, 1990). Guimarães (1982) descreve esse momento como um processo em que as etapas da produção do campo foram apropriadas pela lógica das atividades industriais. Tal processo de apropriação culminou na industrialização da agricultura e nos complexos agroindustriais.

O complexo agroindustrial é entendido como o conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais, vinculados à produção em massa. Segundo Müller (1989) o complexo agroindustrial inclui as relações entre indústrias e agricultura, tanto na indústria de sementes e máquinas, quanto das agroindústrias e indústrias alimentares, intensificando a relação entre agricultura e indústria, com a crescente oligopolização dos setores industriais que buscam aumentar a produtividade e gerar o lucro. A cadeia de comercialização da agricultura industrial caracteriza-se pelo seu alto grau de complexidade e seu alcance no mercado global, formando o circuito longo.

Como circuito longo Bava (2011) entende como a exportação de commodities, exemplo, a soja, que é plantada na região sul do país e que é exportada para a China. A produção

de comanditeis do agronegócio gera impactos, sociais e ambientais, no espaço agrário, e por isso é fortemente criticada pelo o movimento a favor do circuito curto.

A problemática ambiental que o movimento a favor do circuito curto crítica é o uso indiscriminado dos adubos químicos ou pulverização dos agrotóxicos nas plantações que atingem os lençóis freáticos e o desmatamento para novas áreas de produção, que são práticas, em geral, da cadeia capitalista formulada pelo circuito longo para aumentar a produção agrícola. Por isso que, segundo Cristóvão e Tibério (2009), o circuito curto está muitas vezes relacionado ao modo de produção orgânica e agroecológica, levantando a bandeira de “*Sustainable food*”¹⁰.

Já a problemática que envolvem os impactos sociais, podem ser observados, dentre outras formas, nas consequências do crescimento e investimento nas commodities. Por exemplo, mais uma vez, a produção da soja extensiva requer grandes áreas de produção, que somado a falta de políticas públicas locais para o setor agrário resultam em concentração de terras, e em consequência, a expulsão dos pequenos agricultores familiares. A mecanização das técnicas de produção requer grande maquinaria e técnicos especializados para operá-las, exigindo muito capital, para investir em silos, estradas de ferro, portos, navios, etc. (BAVA, 2011), o que grande parcela dos pequenos produtores rurais não possui. Para deixar a competitividade entre os grandes produtores e pequenos e médios ainda mais desleal, a escala global impôs padrões de qualidade para a comercialização dos produtos agrícolas, como as características de sabor, aroma, aparência e padronização do alimento que também limita a participação dos produtores na inserção nos circuitos longos. Assim, cada vez mais competitivas, as atividades do circuito longo constroem um enorme hiato entre aqueles que têm recursos financeiros para investir em tecnologias e aqueles que não possuem, marginalizando os produtores que não conseguiram participar desses novos ciclos econômicos. A tendência dos circuitos longos é não se preocupar com o desenvolvimento local ou territorial (BAPTISTA, CRISTÓVÃO *et al*, 2013) que muitas vezes não está inserido em sua lógica. Ponto esse que é fortemente criticado pelo movimento do circuito curto, e por isso, a segunda característica que marca tal circuito é justamente mobilizar os sistemas agroalimentares locais usando como estratégia de comércio o slogan “*Buy Fresh, Buy local*”¹¹ (CRISTÓVÃO e TIBERIO, 2009; BAPTISTA, CRISTÓVÃO *et al*, 2013) para gerar o desenvolvimento local.

A partir das experiências negativas que os pequenos produtores de alimentos passam nas regiões onde há forte industrialização agrícola ou na presença dos circuitos longos, surgem

¹⁰ *Sustainable food* – alimentação sustentável, oriunda da agricultura sustentável.

¹¹ *Buy Fresh, Buy local* – compre fresco, compre no local (de produção).

os circuitos curtos. Sem possibilidade de competir com as grandes empresas de produção de alimentos, os pequenos produtores, em maioria, familiares, não conseguem se inserir nas redes globais, por não conseguirem cumprir com os padrões de exigências que o mercado impõe, como os padrões de qualidade ou escalas de produções excluídas da lógica capitalista de mercado. Tais agricultores sendo excluídos da lógica descrita, buscando uma forma de desenvolver sua produção objetivaram um tipo de comercialização compatível com o grau de investimento que eles têm para desenvolver, seja na produção ou no desenvolvimento de sua cadeia de comercialização, lançaram-se nos circuitos curtos (BAPTISTA, CRISTÓVÃO *et al*, 2013).

Portanto, os circuitos curtos para Bava (2011) é o tipo de comercialização que busca a aproximação entre os locais de produção e consumo de bens e serviços, reduzindo, a escala das distâncias percorridas pelos produtos a serem transportados. Para Darolt, Lamine, Brandenburg (2013) a terminologia em questão é utilizada para caracterizar os circuitos que mobilize até um intermediário, no máximo, entre o produtor e o consumidor, mas que pode gerar discussão ao considerar a possibilidade do consumidor vender diretamente para um supermercado.

Mamaot (2013) define simplesmente o circuito curto:

Um modo de comercialização que se efetua ou por venda direta do produtor para o consumidor ou por venda indireta, com a condição de não haver mais de um intermediário, ao qual está associado à uma proximidade geográfica e relacional entre produtores e consumidores (MAMOAT, 2013;16)

Os circuitos curtos têm como objetivo: dinamizar o consumo de alimentos produzidos localmente; o estabelecimento de ligações diretas entre produtores e consumidores; revitalizar a estrutura de produção, transformação e distribuição; construir redes de relações entre produtores e governos locais, empresários e outros líderes; a promoção da economia local e do desenvolvimento local (BAPTISTA, CRISTÓVÃO *et al*, 2013; BAVA, 2011).

Basicamente o conceito de circuito curto coincide com a comercialização descrita anteriormente por Bicalho (2008) e Almeida (1999) e reforçado por Barbé (2009), Retière (2014) como modelo econômico de mercados agrícolas de venda direta.

Morgan *et al* (2006) tomando como base as experiências europeias de circuito curto, definem como principais formas de comercialização que tais circuitos podem se manifestar, em três grupos:

- 1) *Face to face*¹²- é à venda direta do produtor com o consumidor, lembrando a definida por Almeida (1999) que chama de canal direto de produção.

¹² *Face to face* – sentido de venda direta

- 2) Cadeia de proximidade espacial - refere-se a produtos associados a um território determinado, diferenciados pelo saber fazer tradicional e modo de produção artesanal.
- 3) Cadeias curtas espacialmente estendidas - envolvem produtos agroalimentares alvo de sistemas de qualificação e certificação que lhe conferem características qualitativas particulares.

Observa-se que as caracterizações de Morgan *et al* (2006) não são construídas somente pela a quantidade de atravessadores que a cadeia possa vir a ter. Também são considerados os valores locais de onde os produtos são produzidos, conferindo maior valor ao local. Além disso, as cadeias espacialmente estendida, relacionam-se com os produtos agroalimentares alvo de sistemas de qualificação e certificação que lhe conferem características qualitativas particulares, como o registro de identificação geográfica (IG). O registro de Indicação Geográfica é conferido a produtos ou serviços que são característicos do seu local de origem, o que lhes atribui reputação, valor intrínseco e identidade própria, além de distingui-los em relação aos seus similares disponíveis no mercado. São produtos que apresentam uma qualidade única em função de recursos naturais como solo, vegetação, clima e saber fazer (*know-how ou savoir-faire*¹³). É o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) que concede o registro e emite o certificado. Existem duas espécies ou modalidades de Indicação Geográfica: “Indicação de Procedência (IP)” e “Denominação de Origem (DO)”, MAPA (2014). Entendemos que os registros de identificação geográfica, funciona como um benchmarking, pois agrega valor ao produto, valorizando seu preço.

As vantagens do agricultor de realizar a comercialização dos circuitos curtos, segundo Barbé (2009) podem ser: a relação direta entre produtor e consumidor; os preços mais convenientes para o consumidor local; a criação de novos canais de vendas para o produtor; a redução do impacto ambiental, graças à redução do transporte e das embalagens; privilegiam-se produtos típicos locais, de acordo com sua sazonalidade; aumenta o fluxo econômico no local; cresce a possibilidade de desenvolver-se inovação, através do constante fluxo de capital e de conhecimento em âmbito local (VIAL, 2009 *apud* MONTANARI 2007).

Os fluxos que passam nos circuitos curtos, segundo Darolt (2012) são de maioria de produtores de base ecológica e utilizam o comércio *Face to Face* de Morgan *et al*, (2006) ou venda direta de Almeida (1999), utilizando três canais de venda para escoar a produção: feiras de produtor, entrega de cestas em domicílio e compras governamentais, como exemplo o

¹³ *Know-how* ou *savoir-faire*- Saber fazer (específico do local)

Programa de Alimentação Escolar e o Programa de Aquisição de Alimentos que beneficiam os alunos da rede pública de ensino e pessoas assistidas por entidades de assistência social. Ainda existem outras formas de canais de escoamento, como explicitado por Darolt *et al* (2013) ao resumir os tipos de venda e suas definições de circuitos curtos encontrados no Brasil (Quadro 1).

Quadro 1: Formas de organizações de Circuitos Curtos

Venda	Tipo	Definição
VD	Venda na propriedade	Venda no local de produção de forma direta ao consumidor
VD	Cestas em domicílio	Cestas ou sacolas com uma grande diversidade de produtos ecológicos entregues com periodicidade diária, semanal ou mensal
VD	Feiras do produtor	A feira ecológica vende diretamente ao consumidor produtos somente do agricultor ou de sua rede de comercialização. A presença do produtor ou de um representante da família é uma exigência. Normalmente não é permitida a presença de atravessadores
VD	Beira de estrada	Barracas para venda direta ao longo de rodovias com movimento constante de turistas
VD/VI	Feiras, salões, eventos	Eventos organizados por instituições públicas e privadas para divulgação de um determinado produto ou processo.
VD/VI	Programas de Governo (voltados para a alimentação escolar e para pessoas em situação de riscos)	Trata-se de produtos ecológicos entregues para programas de governo, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que beneficiam alunos da rede pública de ensino e pessoas assistidas por entidades de assistência social.
VI	Lojas especializadas	Empreendimentos particulares para venda de produtos orgânicos (certificados)/ecológicos.
VI/VD	Restaurantes coletivos e convencionais	Restaurantes coletivos públicos ou empresas que incluem produtos ecológicos no cardápio
VI	Lojas de cooperativas de consumidores e associações de produtores	Lojas que vendem produtos ecológicos (via certificação participativa, na maior parte) e produtos coloniais (produtos transformados, mas sem certificação) de uma região, trabalhando em rede na forma de pequenas cooperativas e/ou associações de produtores e consumidores locais.
VI	Lojas virtuais para venda de produtos ecológicos	É um site ou blog de internet que permite a comercialização de alimentos e produtos ecológicos, oferecendo a descrição dos itens, geralmente com fotos, diferentes formas de pagamento e condições de entrega rápida. A maioria das lojas virtuais é originária de estabelecimentos que também possuem um ponto de venda físico.

Fonte: Darolt *et al* (2013)

A lógica e a comercialização dos circuitos curtos se adequam as necessidades da produção familiar e promovem desenvolvimento local (Barbé,2009; Darolt, 2013; Darolt, et al 2014). A agricultura familiar é beneficiada por conseguir um preço mais justo em suas vendas,

e, com o êxito, sua produção pode ser estimulada ainda mais. Além disso, a mão de obra predominante, mais de 90%, nas feiras do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas é a familiar¹⁴.

1.3 O que é desenvolvimento rural?

As primeiras noções sobre o desenvolvimento rural, segundo Navarro (2001) e Ploeg *et al* (2000), estão ligadas ao conceito de crescimento econômico, por objetivar o crescimento econômico a partir do aumento da produtividade e renda no campo. A crença era que para alcançar tal crescimento econômico, era preciso intensificar a tecnologia e a crescente absorção de insumos modernos pelos produtores, como parte de uma estratégia de aumento da produtividade e, como objetivo final, a elevação da renda dos produtores (NAVARRO, 2001). Portanto, as teorias da modernização agrícola enfatizavam a especialização, intensificação no uso de insumos, produção orientada pela lógica de mercado e aumento do grau de “*commoditização*” (PLOEG *et al*, 2000).

Contudo tal modelo tecnológico, implantada em diferentes países, para gerar o crescimento econômico teve um grande declínio na década de 1970, pois ele não conseguiu solucionar as questões da pobreza rural. Por isso, novos paradigmas foram criados para redefinir o desenvolvimento rural, emergindo um novo enfoque para esse conceito, baseado a partir da definição multidimensional do desenvolvimento econômico (NAVARRO, 2001; SCHNEIDER, 2004). O desenvolvimento rural é visto como um processo que envolve as dimensões: econômica, sociocultural, político institucional e ambiental (PLOEG *et al*, 2000) e não apenas como um processo de crescimento econômico medido unicamente pelo produto ou renda per capita.

O desenvolvimento rural passou a ser um conceito mais amplo, por isso que para Terluin (2003), ele não pertence somente a uma disciplina, e sim se faz necessário promover

¹⁴ No Brasil, depois das políticas públicas voltadas para os agricultores familiares, como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (BRASIL, 1996 *apud* ALTAFIN, sem data), foi fomentado uma grande discussão no meio acadêmico para definir esse termo. Segundo Altafin (sem data) não existe um conceito definido de Agricultura Familiar, pois ele sofre mudanças e influencias dos contextos e forças de cada período da história. Mas é possível observar semelhanças nos diferentes conceitos da agricultura familiar: o trabalho da produção familiar não recebe uma remuneração fixa, como um salário. Portanto a característica típica do trabalho familiar é: não ser remunerado, pois a renda líquida surge na forma de ganhos obtidos com a venda da colheita e é apropriada pelo chefe da família (BICALHO, 1998); em termos conceituais, para ser mantido o caráter familiar da produção exige a presença, de ao menos um membro da família, que combine as atividades de administrador da produção com a de trabalhador, como define Abramovay (1997); a propriedade da produção familiar rural não pode ser maior que quatro módulos fiscais e possuir a maior parte da renda familiar proveniente das atividades agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural, segundo a constituição Brasileira, na Lei nº 11.326 de julho de 2006.

um estudo multidisciplinar, recorrendo outras disciplinas que tratam do “desenvolvimento econômico em regiões rurais”, como a economia regional e o campo multidisciplinar dos estudos rurais, como na economia rural, sociologia rural, geografia rural, demografia, etc.

Para Kageyama (2004), estudar o meio rural, exigem três enfoques: exógeno, como exemplo, as políticas de modernização da agricultura como forma de estimular o desenvolvimento rural; endógeno, aquele que se concentra no desenvolvimento local, gerado por impulsos locais e baseado predominantemente em recursos locais, em que os atores e as instituições desempenham papel crucial, a exemplo dos modelos dos distritos industriais; o endógeno e exógeno, ou seja, a combinação de forças internas e externas à região, em que os atores das regiões rurais estão envolvidos simultaneamente em um complexo de redes locais e redes externas que podem variar significativamente entre regiões.

O novo paradigma do desenvolvimento rural objetiva a produção de bens públicos (paisagem), a busca de sinergias com os ecossistemas locais, a valorização das economias de escopo em detrimento das economias de escala, a pluriatividade das famílias rurais, entre outros (KAGEYAMA, 2004). Para alcançar esses objetivos, a promoção do desenvolvimento rural busca a criação de novos produtos e novos serviços, associados a novos mercados, além disso, procura formas de redução de custos a partir de novas trajetórias tecnológicas e tenta reconstruir a agricultura não apenas no nível dos estabelecimentos, mas em termos regionais e da economia rural como um todo. Por isso que o desenvolvimento rural é um “processo multi-nível, multi-atores e multifacetado”, segundo (KAGEYAMA, 2004). Consequentemente o campo recebe novas funções e práticas, como administração da paisagem, conservação da natureza, agroturismo, agricultura orgânica, produção de especialidades regionais, vendas diretas, etc. Contudo a base da atividade econômica é a agricultura.

Na visão de Kageyama (2004) resumidamente,

O desenvolvimento rural tem de específico o fato de referir-se a uma base territorial, local ou regional, na qual interagem diversos setores produtivos e de apoio, e nesse sentido trata-se de um desenvolvimento multissetorial. Ao mesmo tempo, as áreas rurais desempenham diferentes funções no processo geral de desenvolvimento e, ao longo desse processo, essas funções se modificam. A função produtiva, antes restrita à agricultura, passa a abranger diversas atividades, desde o artesanato e o processamento de produtos naturais até aquelas ligadas ao turismo rural e à conservação ambiental; a função populacional, que nos períodos de industrialização acelerada consistia em fornecer mão-de-obra para as cidades, agora inverteu-se, requerendo-se o desenvolvimento de infra-estrutura, serviços e oferta de empregos que assegurem a retenção de população na área rural; a função ambiental passa a receber mais atenção após as fases iniciais da industrialização

(inclusive do campo) e demanda do meio rural a criação e proteção de bens públicos e quase-públicos, como paisagem, florestas e meio ambiente em geral. Nesse sentido, o desenvolvimento rural, além de multissetorial, deve ser também multifuncional (KAGEYAMA, 2004, 388p).

Saindo da contextualização a respeito do desenvolvimento rural europeu, adentrando na visão indiana sobre o desenvolvimento rural tem-se de Singh (2009) o ministro de desenvolvimento indiano, que entende esse conceito como um conjunto ou vetor de objetivos sociais desejáveis, os quais não diminui ao longo do tempo, que buscam sempre o crescimento econômico, melhoria da distribuição de renda, liberdade política e econômica, e acesso equitativo a educação, saúde, oportunidades de emprego e justiça. Quando as políticas desenvolvimentistas são voltadas para satisfazer as necessidades do espaço do campo é chamado de desenvolvimento rural (SINGH, 2009).

O desenvolvimento rural preocupa-se em promover a vida para a população rural, incluindo não somente a população que desempenha as atividades ligadas diretamente com a agricultura, mas todas outras interligadas a elas dentro das áreas rurais, como a industrialização caseira, artesanato, manufaturas, infraestrutura sócio econômica, serviços e atividades (SINGH, 2009).

Dentro de sua base conceitual, o desenvolvimento rural pode ser considerado em três instâncias: um fenômeno, quando olhado como um resultado final da interação de vários fatores, físicos, tecnológicos, econômicos, sócio cultural e institucional; uma estratégia, quando designado para melhorar a economia e a qualidade de vida para a população pobre (pequenos agricultores, lojistas e sem-terra), proporcionando o que eles precisam para sobreviver bem, a interdisciplina com as interações das atividades agrícolas (SINGH, 2009).

O desenvolvimento Rural visa estabelecer três elementos, o primeiro é propor um acesso aos elementos básicos para o provimento da vida, a população rural conseguir somente de sua atividade agrária arcar com os elementos básicos para a sobrevivência, como roupa, comida, saúde, abrigo, alfabetização, seguro de saúde e prosperidade. O segundo é viver com o respeito, dignidade e honra com seu trabalho dentro da área rural. E por último procura-se, sobre tudo, a liberdade, pois enquanto houver uma sociedade pautada nos laços da servidão dos homens, ou até mesmo a escravidão, é impossível atingir a escala de desenvolvimento, ainda se houver crescimento econômico (SINGH, 2009).

Portanto o desenvolvimento rural vai muito além do fenômeno puramente econômico, sendo percebido como um processo multidimensional, envolvendo a reorganização tanto dos sistemas econômicos quanto sociais, melhorias no nível e na distribuição de renda. O desenvolvimento representa uma grande mudança institucional, social e administrativa das estruturas e dos valores individuais e comunitários na área rural.

O debate sobre a definição e as formas para alcançar o desenvolvimento rural é bem abrangente. Contudo podemos destacar que ele sempre busca a melhoria do bem-estar das populações rurais como objeto principal, onde as diferenças surgem das “estratégias escolhidas, na hierarquização dos processos (prioridades) e nas ênfases metodológicas” (NAVARRO, 2001, p.88).

Considerando que a agricultura orgânica oferece vantagens econômicas ao pequeno produtor rural por este não precisar comprar insumos externos, ou comprar o mínimo, para a prática agrícola, o que representa menos gastos, os quais podem ser revertidos para melhorar sua produção ou para aumentar a qualidade de vida de suas famílias. A forma de comercialização por circuito curto também oferece vantagem ao agricultor rural, por subtrair a figura do atravessador, colocando produtor e consumidor frente a frente, o que possibilita ao produtor rural receber, a preço de mercado, o valor de sua mercadoria. Além disso, foi percebido que o circuito fomenta uma segunda atividade, o turismo rural, à medida que produtores rurais organizam excursões para visitas a suas propriedades rurais, oferecendo almoço e transporte.

O êxito da comercialização do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas pode contribuir com o desenvolvimento local das áreas agrícolas que abastecem o circuito, a medida que os produtores estão presentes em regiões próximas, e muitas vezes, na mesma região.

II. DO MOVIMENTO NATURALISTA ECOLOGISTA ÀS FEIRAS LIVRES DE ALIMENTOS ORGÂNICOS

A economia do estado do Rio de Janeiro é caracterizada pelo setor de serviços, com baixa expressividade no setor agrícola quando comparado aos outros estados brasileiros. Mas na questão da agricultura orgânica o estado do Rio de Janeiro destaca-se por seu pioneirismo na produção e na difusão de alimentos livres de agrotóxicos, por ser um dos percursores do movimento nacional orgânico, segundo Feres (2012).

Esse capítulo pretende contextualizar a entrada e o desenvolvimento da agricultura orgânica no estado do Rio de Janeiro através do resumo dos principais acontecimentos para a propagação da agricultura orgânica, da produção em si até a criação do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas na cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, preocupou-se destacar os principais agentes que incentivaram o desenvolvimento da agricultura orgânica, quais as barreiras encontradas e como elas foram ultrapassadas. Também abordada a esfera legal com o desenvolvimento das leis que regem a agricultura orgânica no Brasil.

Com relação ao Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, há a apresentação de uma breve contextualização histórica de sua inauguração, identificando as características principais das feiras desse circuito e sua organização. Também se identifica quais são os atores que movimentam e administram o circuito, atores que contribuem para o êxito e expansão do circuito.

2.1 O desenvolvimento da agricultura orgânica no Rio de Janeiro

A agricultura orgânica chegou ao Rio de Janeiro no início da década de 1970, entendida como um modo de vida alternativo, desenvolvida por grupos de moradores da região serrana e da região metropolitana do Rio de Janeiro, agrônomos, veterinário e outros profissionais ligados a serviço agrícola (BICALHO, 2004), cujos integrantes posteriormente fundaram a Associação Harmonia Ambiental COONATURA¹⁵, naturistas e ecologistas cujo objetivo era desenvolver uma base alimentar mais saudável, ou, como cita Campos (2002), um ecologismo radical. Influenciados por razões ideológicas esses grupos iniciaram uma produção de alimentos orgânicos na região do Brejal, no distrito de Posse no município de Petrópolis, utilizando a metodologia orgânica aliada às técnicas agrícolas tradicionais locais (CAMPO, 2002; FONSECA, 2009).

As primeiras iniciativas de produção voltada para a comercialização de orgânicos ocorreram no início da década de 1980. Dentre os pioneiros dessa iniciativa estavam os moradores da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro que tinham formação técnica agrícola ou formação universitária. Eles foram influenciados pelo movimento orgânico que surgia nas universidades, sobretudo na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que foi uma das primeiras a desenvolver trabalhos práticos voltados para a questão da agricultura orgânica, de acordo com um dos integrantes da ABIO que participou do citado processo, em entrevista no trabalho de campo, em 2013, e Campos (2002), Fonseca (2005) e Feres (2012).

O desenvolvimento do movimento da agricultura orgânica nessa região foi possível pelo poder aquisitivo de seus pioneiros, que eram grupos de pessoas com renda de classe média para cima, o que possibilitou a realização de investimentos de riscos e o aperfeiçoamento das tecnologias nas produções (BICALHO, 2004). Os objetivos eram fazer uma agricultura que

¹⁵ COONATURA – Ela nasceu a partir de uma seção de cartas um manifesto que saiu com o título de *Comida sem veneno*, publicada no JB, em 12 de Janeiro de 1979. Essa carta convidava as pessoas que estivessem indignadas com o estado de contaminação a que eram submetidos os alimentos a se reunirem e tentarem solucionar tal problema. Dessa mobilização fundou-se a COONATURA. As primeiras reuniões foram realizadas no Parque Lage, cidade do Rio de Janeiro, desdobrando-se em experiências com hortas em um orfanato carioca para então surgir o primeiro ponto de venda, em Copacabana, em 1980. Em 1981, inicia-se a produção de alimentos ecológicos, alugando o sítio Semente no Brejal, região de Posse, distrito de Petrópolis, estado do Rio de Janeiro.

gerasse menor impacto ambiental, o acesso mais fácil dos consumidores aos produtos e uma produção mais barata (CAMPO, 2002; FONSECA, 2009).

Foi também na década de 1980 que a certificação orgânica começou no Brasil, em conjunto com as primeiras associações de agricultores orgânicos, locais e regionais, e as cooperativas de produção orgânica. Elas se articularam entre si para estabelecer normas técnicas de controle de qualidade na agricultura orgânica. Uma dessas organizações pioneiras foi a Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO)¹⁶, que foi a primeira a estabelecer critérios para certificação de produções orgânicas e abriu o primeiro mercado, com o slogan orgânico, dentro de uma fazenda orgânica do Brasil, em 1986. Outra instituição de destaque é o Instituto Biodinâmico (IBD), que no mesmo ano, também criou normas orgânicas para a identificação de produtos oriundo da agricultura orgânica, criando o selo Demeter. Na mesma década, em 1989, a Associação de Agricultura Orgânica do Estado de São Paulo (AAO) foi organizada para registrar os produtores do mercado orgânico, criando seu próprio selo orgânico em 1996 (BICALHO e FERES, 2014).

O estado do Rio de Janeiro apresentava, até 1992, um número reduzido de agricultores orgânicos, se comparado a outros estados do Brasil, apenas 17 produtores, (ASSIS, 1993), contudo, após esse ano, nessa mesma década, 1990, ocorreu uma expansão e o número de agricultores aumentou, sendo que Bicalho (2004) e Campos (2001) registraram um total de 74 produtores rurais associados da ABIO em 1998, 148 produtores em 2001 e 183 produtores em 2004, além de 20 comerciantes de produtos orgânicos processados neste último ano. Outros profissionais da área agrícola começaram suas produções orgânicas e com objetivos diferentes dos agricultores pioneiros, da década de 1980 que produziam visando uma vida mais saudável. Os da década de 2000 buscaram alternativas de renda para superar a perda relativa de salários ou até o desemprego devido à inflação e reestruturação dos gastos públicos (BICALHO 2004; FERES 2012).

A inserção de novos produtores resultou na ampliação e diversificação dos produtores orgânicos do estado do Rio de Janeiro. Dos associados da ABIO, em 2004, registra-se o predomínio da horticultura, seguida da fruticultura, havendo ainda plantios de tubérculos, café,

¹⁶ A ABIO nasce a partir da união de agricultores para a fundação da “feirinha da saúde” em Nova Friburgo, com a função de prestar serviços a seus associados, objetivando solucionar os problemas entorno da produção e do escoamento dos produtos orgânicos. O trabalho da ABIO era realizar a troca de experiências entre os produtores, facilitar e viabilizar a comercialização de seus produtos através de pontos de venda a varejo, como as feiras, supermercados e lojas de produtos naturais. A ABIO juntamente com a COONATURA foi de vital importância para o aumento da venda e a propagação dos produtos orgânicos na cidade do Rio de Janeiro na década de 1980 e 1990 (CAMPOS, 2002).

cereais e criação de animais e os produtores exploravam mais de uma cultura, haja vista que nas duas culturas principais, 72% exploravam a horticultura e 48% a fruticultura (BICALHO, 2004).

A expansão e a manutenção da agricultura orgânica no estado do Rio de Janeiro também se devem, segundo Campos (2001) e Feres (2012), pelos canais de comercialização que possibilitam o escoamento da produção. Para Campos (2001) são quatro principais canais de comercialização: a CEASA, as feiras-livres, os grandes varejistas e as pequenas empresas comercializadoras e processadoras de forte atuação nessa década. Para Campos (2001), na das processadoras chegaram a ser um canal positivo para os produtores, pois facilita o diálogo com os produtores e o processo de adaptação dos gêneros cultivados em relação às demandas do mercado. Além disso, segundo Feres (2012) essas pequenas empresas são positivas por juntar produtos de pequenos produtores e alcançar a escala da venda que cada agricultor, sozinho, não teria.

Ainda na década de 1990, específicas redes de supermercados, como o Zona Sul e lojas, localizadas em bairros de luxo nas cidades do Rio de Janeiro introduziram alguns produtos orgânicos em suas prateleiras, o que mobilizou os agricultores e instituições envolvidas no movimento orgânico a pressionar o governo para a confecção de leis que possam regular o setor com normas técnicas e mecanismos para a determinação de qualidade e conformidade orgânica, como o intuito de prevenir a fraude por parte dos produtores oportunistas (BICALHO e FERES, 2014). Essas demandas resultaram no estabelecimento de conselhos nacionais em conjunto com o Ministério da Agricultura (MAPA) para a discussão de estratégias para a certificação de produtos orgânicos gerando a publicação da Instrução Normativa 007/1999 responsável por estabelecer parâmetros técnicos nacionais para a produção, processamento, embalagem e transporte de produtos orgânicos (BICALHO 2004; FONSECA, 2009; FERES 2012; BICALHO e FERES, 2014).

Além das barreiras impostas pela Lei Federal 10831, os agricultores orgânicos passaram a enfrentar uma relação desvantajosa com as redes de supermercados, como a rede Zona Sul. De acordo com o entrevistado da ABIO, tais relações desvantajosas podem ser explicadas por três fatores. O primeiro está relacionado com o custo da produção e a venda dos produtos gerar mais prejuízos aos produtores orgânicos. As promoções que os supermercados ofertavam no preço dos produtos orgânicos não conseguiam cobrir os custos de sua produção. O segundo fator está correlacionado com a falta de mercadorias para abastecer semanalmente as prateleiras dos supermercados o que gerava desestímulo dos consumidores para comprar tais

produtos. O terceiro motivo está na falta de logística para conectar o local da produção com o supermercado, o que também encareceu o preço final dos produtos orgânicos. Esses fatores ocasionaram o limite do consumo desses produtos a uma classe seleta da população econômica, médio-alta, e também ao desestímulo da própria produção rural.

Por outro lado, ocorreram importantes conquistas para a comercialização e pesquisa orgânica. Dentre os acontecimentos, os que se julgam mais pertinentes a esse trabalho foram os louros provenientes da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92 ou ECO 92). A partir dela foi criada a Comissão Interministerial sobre Desenvolvimento Sustentável (CIDES)¹⁷ em 1994, que deu estímulo ao movimento orgânico, por defender técnicas agrícolas que geram menor impacto ao meio ambiente. Como um dos êxitos dos trabalhos da ABIO na ECO 92, na cidade do Rio de Janeiro, foi gerado um incentivo para criar um canal de vendas no qual o produtor pudesse entrar em contato direto com o consumidor, as feiras-livres, iniciadas com a feira da Glória, favorecendo assim o melhor negócio dos produtos e uma melhor confiabilidade entre as partes.

A ABIO, a COONATURA e a Associação de Moradores da Glória (AMA) fizeram uma ação em conjunto para inaugurar a primeira Feira Cultural e Ecológica da Glória em 1994, uma feira-livre de alimentos orgânicos, com a finalidade de favorecer os produtores e consumidores de produtos orgânicos. Mesmo com o êxito das vendas na feira da Glória, o mercado orgânico permaneceu restrito e por isso os atores que impulsionam esse mercado tentaram encontrar outros meios para mudar o cenário. De acordo com as entrevistas das pessoas cujos cargos estão à frente da ABIO, o sucesso da feira da Glória fez com que novas feiras tentassem ser abertas, contudo, na época, foram vetadas pela prefeitura. A feira da Glória existia, mas estava na ilegalidade.

Portanto, as décadas de 1990 e 2000, o mercado orgânico do estado do Rio de Janeiro sofreu um período de ascensão seguido por um rápido declínio. Para mudar esse cenário de retrocesso da produção agrícola no estado do Rio de Janeiro, a solução encontrada partiu das experiências da participação coletiva de décadas, que entre 2003 e 2007 permitiu o movimento orgânico reagir e exigir instruções claras para a implementação da certificação participativa que já existia internacionalmente. A ABIO juntamente com outras instituições pressionaram o governo e como resultado saiu o Decreto 6323, de Dezembro de 2007, que permitiu Sistemas

¹⁷ Comissão Interministerial sobre Desenvolvimento Sustentável - tem como objetivo assessorar o Presidente da República na tomada de decisões sobre as estratégias e políticas nacionais necessárias ao desenvolvimento sustentável, conforme as diretrizes estabelecidas pela Agenda da ECO 92.

Participativos de Garantia no Brasil e deu as associações de agricultores dois anos para implementar os sistemas (FERES, 2012; BICALHO e FERES, 2014) e também a possibilidade de Organização de Controle Social.

Os Sistemas Participativos de Garantia (SPG) são grupos formados por produtores, consumidores, técnicos e pesquisadores que se auto certificam, ou seja, estabelecem procedimentos de verificação das normas de produção orgânica daqueles produtores que compõe esse sistema. Ele pode ser uma alternativa para os caros selos orgânicos. Tal sistema é gerido na base da reciprocidade e de confiança mútua e exige a formação de redes pessoais de membros voluntários, para executar a inspeção nas propriedades rurais. Após a inspeção, o grupo reúne-se para mostrar os resultados e propor soluções para problemas a serem enfrentados e assim ter-se a certificação. Os sistemas participativos de garantia geralmente são regulados pelos governos nacionais, ou podem ser avaliados diretamente pela IFOAM (BICALHO, 2004; FERES, 2012).

O sistema participativo de garantia (SPG) tem três funções diferentes: reuniões mensais em que todos os membros devem participar e dois tipos de verificação de garantia participativa. Um tipo envolve uma comissão de verificação composta por quatro agricultores e um agente de extensão facilitador, que verifica diretamente a prática de seis agricultores por ano, de modo que, após seis anos, todos os agricultores recebem inspeções completas. Novos membros também passam por inspeções completas. Já o segundo tipo é realizado a verificação em pares, pelos colegas agricultores, pelo menos uma vez por ano, que ao final, faz um relatório escrito utilizando critérios baseados em normas internas do PGS. Nesse sistema, todos os membros precisam se reunir mensalmente para votação de aprovação, fazer sugestões, rejeitar os relatórios e votar em exclusão de membros, caso necessário, dentre outras obrigações. O ministério da agricultura, ocasionalmente, realiza visitas surpresas a fazendas específicas para verificar a eficiência do sistema (ABIO, 2004).

Sem dúvida, a despesa monetária com a PGS é menor do que a certificação por auditoria, basicamente o custo é a taxa de adesão para associar-se. No entanto, há um custo social, ou seja, o tempo gasto em reuniões e visitas. As reuniões também têm as suas funções técnicas e sociais de troca de informações e notícias entre vizinhos e amigos, o que é uma experiência menos traumática do que está sendo interrogado por um auditor externo automaticamente suspeito. Portanto, a natureza do custo de transação deixou de ser monetária na certificação de terceiros para ser tempo gasto na reunião, que é mais construtivo (Bicalho, 2004).

As OCS funcionam na venda direta dos produtos do agricultor com o consumidor que tenham sido produzidos e cadastrados pelo MAPA. Esses produtos não recebem o Selo de Conformidade do Sistema Orgânico. Mas por se tratar da venda direta ao consumidor, e este estando diretamente em contato com o produtor, pode solicitar a apresentação da Declaração de Cadastro de Produtor vinculado a OCS. O que também garante que o produto comercializado é orgânico

A segunda solução adotada pela ABIO para incentivar a comercialização de orgânicos foi através de tentativas de inauguração de feiras livres, reconhecidas legalmente. A primeira oportunidade surgiu em 2009, quando a prefeitura através da Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário (SEDES), com o intuito de revitalizar a região da Lapa, promoveu uma feira que confluísse música, artesanato ecologicamente correto, reciclagem e a venda de produtos orgânicos, abriu a porta para a oportunidade que a ABIO esperava. Esse evento durou quase quatro meses com um total de oito feiras realizadas no período de dezembro de 2009 a abril de 2010. A importância desse evento foi ter reunido um grupo entre quinze a vinte produtores orgânicos, dentre os quais muitos que já faziam parte da feira da Glória e outros novos que buscavam canais para o escoamento da produção. Ao mesmo tempo, com esse evento, estreitou-se a relação dos produtores com a prefeitura através da SEDES que contribuiu para a organização e estruturação do Circuito Carioca de Feitas Orgânicas, inaugurando a primeira feira-livre do circuito na localidade do Bairro Peixoto em Copacabana em 29 de Maio de 2010.

A formação do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas contou com a colaboração da associação de moradores de Copacabana, uma das imposições da SEDES e com os produtores rurais. A união desses autores estabeleceu o tamanho, o horário, questões de lixo, instalação de banheiro químico, dentre outras ações, para o formato da feira do Bairro Peixoto. O histórico das inaugurações e as localizações das demais feiras será apresentado no próximo subcapítulo.

A seguir encontra-se um resumo dos acontecimentos mais importantes para a construção e evolução do mercado orgânico na cidade do Rio de Janeiro, extraído de Bicalho (2004), Fonseca (2009), Feres (2012) e Bicalho e Feres, (2014).

- 1978 – Anúncio na imprensa JB convocando pessoas para debater sobre a qualidade dos alimentos – Das pessoas que participaram desse encontro fez surgir o embrião da COONATURA.
- 1980 – Elaboração oficial das normas da IFOAM – Participaram a associação de membros de toda a cadeia produtiva orgânica fundada em 1972. As normas criadas pela IFOAM serviram de base para a elaboração das normas orgânicas no Brasil.

- 1982 – Surgimento da primeira Cooperativa de pequenos agricultores em São Lourenço do Sul, Porto Alegre – Esse encontro faz-se importante pela conscientização dos produtores para a criação de uma associação para viabilizar o trabalho técnico nas áreas de agricultura, saúde e formação. Inicialmente a cooperativa foi formada apenas por agricultores familiares. Por ser a primeira Cooperativa do universo orgânico do Brasil, ela representa um marco no desenvolvimento de mercado orgânico, uma vez que esse mercado possui como característica predominante a mão de obra familiar.
- 1984 – Carta de Petrópolis (abril) – no Rio de Janeiro, foi assinado um documento por 21 secretários estaduais de agricultura durante o II EBAA, formalizando o apoio a ações de políticas públicas que estimulassem a agricultura orgânica;
- 1984 - Fundação da ABIO – oficialmente foi criada no ano de 1985, a partir da união dos produtores na feira de Nova Friburgo. Tinha como membros agricultores de origem urbana e rural;
Criação do IBD – É a primeira certificado nacional habilitada para a exportação de orgânicos.
- 1986 – Inauguração de um box na COBAL Humaitá – É a primeira tentativa de usar os canais formais de comercialização na cidade do Rio de Janeiro.
- 1988 – Com a aquisição de box na COBAL Humaitá e também de um caminhão, teve início a oferta diária de produtos orgânicos na cidade do Rio de Janeiro. Isso correu devido aos recursos oriundos do exterior através de uma ONG Alemã, por um contato feito de um Bispo de Nova Friburgo;
Criação do Projeto Rio Hortas – oriunda de uma parceria entre associação de moradores e prefeitura do PDT da cidade do Rio de Janeiro para a produção e comercialização de produtos orgânicos;
- 1991 – Criação da comissão de Articulação e cooperação em agroecologia da Secretaria Especial do Meio Ambiente no Governo Federal – Foram as primeiras discussões a nível nacional sobre políticas públicas com enfoque na agroecologia;
Criação da Câmara Técnica para o desenvolvimento da agricultura ecológica da SEAAP – Tem a importância por sua formação ter objetivo de discutir o desenvolvimento da agricultura orgânica no Estado;

Primeira iniciativa de uma norma nacional através da comunicação e relação da COOLMEIA¹⁸ (RS) e do Nasser¹⁹ (ES) – Necessidade criada através do envio de produtos do Rio Grande do Sul e do Espírito Santo para comercializar no rio de Janeiro, em que havia a necessidade de atestar a idoneidade do produto;

- 1992 – Eco 92 – Durante esse importante evento, ocorreram diversas atividades que contribuíram para o desenvolvimento da produção e comercialização dos orgânicos, destacados a seguir. Primeiro apresentou, em um encontro em Nova Friburgo, os produtores da ABIO à IFOAN, aproximando-os. Segundo pela participação da ABIO no Fórum Global com as atividades de expositoras e também na venda de produtos; Criação do Selo ABIO.

- 1994 – Criação da Feira Cultural e Ecológica da Glória – Realizada através das ações conjuntas entre ABIO, COONATURA e AMA-Glória, surgindo então mais um ponto de venda na cidade do Rio de Janeiro.

Criação da portaria DAS/MA n. 178, agosto de 1994 – Comissão especial para propor normas e certificação de produtos orgânicos.

Criação da portaria DAS/MA m. 190, setembro de 1994- Cria o Comitê Nacional de Produtos Orgânicos (CNPOrg) para propor estratégias para a certificação de produtos orgânicos.

- 1995 – Portaria DAS/MA n.192, abril 1995 – Nomeia membros para comporem o Comitê Nacional de Produtos Orgânicos.
- 1997 – Entrada dos produtos orgânicos no Supermercado Zona Sul na cidade do Rio de Janeiro. E também nos mercados Pãozão e Cavalo Preto em Nova Friburgo.
- 1999 – Entrada dos produtos orgânicos no supermercado ABC em Nova Friburgo; Publicação da Instrução Normativa n. 007, maio de 1999 do Ministério da Agricultura – Ela faz-se importante por estabelecer normas nacionais de produção, tipicidade, processamento, envase, distribuição, identificação e de certificação de qualidade para os produtos orgânicos de origem vegetal e animal.

Abertura de entreposto atacadista de produtos orgânicos de origem vegetal no Pavilhão 30 (Ceasa-RJ, 08.07.99) – Anteriormente a comercialização dos produtos orgânicos nesse pavilhão era realizada como produtos convencionais. A maioria dos produtos eram laranjas, bananas, aipim e quiabo.

¹⁸ Certificação e comercialização de Produtos orgânicos no Rio Grande do Sul

¹⁹ Certificação e comercialização de produtos orgânicos no Espírito Santo

- 2000 – Portaria DAS/MAPA n.42, novembro de 2000 – Deigna os membros para comporem o colegiado nacional.
- 2001 – Portaria DAS/MAPA n.19, abril de 2001 – diretrizes para regimentos internos Órgãos Colegiado Federal/Estadual.
2001 – Portaria DAS/MAPA n.17, junho de 2001- estabelece os critérios para credenciamento das entidades certificadoras de produtos orgânicos (consulta pública por 30 dias).
- 2002 – Instrução Normativa DAS/MAPAn.006, janeiro de 2002 – estabelece os critérios para credenciamento das entidades certificadoras de produtos orgânicos.
- 2003 – Lei Federal n. 10831, de 23 de dezembro de 2003 que rege a agricultura orgânica no Brasil.
- 2009 – Realização do Evento cultural na Lapa – Esse evento, pensado para a revitalização do espaço da Lapa, foi feito sob forma de uma feira que confluuiu música, artesanato ecologicamente correto, reciclagem, e a venda de produtos orgânicos. Esse evento durou quase quatro meses, um total de oito feiras no período de Dezembro de 2009 à Abril de 2010.
- 2010 – Abertura do Circuito de Feira Orgânico Carioca no Bairro Peixoto, em 29 de maio;
Em setembro foi inaugurada a feira no Leblon e Jardim Botânico. Incorporação da feira da Gloria em Novembro, tornando-se legalizada.
- 2011 – Inauguração da Feira da Tijuca, localizada na região da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, primeira feira do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas fora da Zona Sul.
- 2012 – Promulgação do Decreto Municipal n. 35064 de Janeiro de 2012 - dispõe sobre a criação do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas.
2012 – Instituição da Resolução Conjunta SEDES-SEOP n. 01, de 9 de maio de 2012 que formula a organização a descrição e a autenticidade das Feiras do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas.
- 2013 – Inauguração da feira de Jacarepaguá, em Agosto, e a entrada de uma segunda gestora, a AS-PTA.
2013 – Decreto Lei Municipal de 5 de Dezembro de 2003 – anexação das feiras orgânicas de Laranjeiras, Botafogo e Flamengo, e a entrada da terceira gestora, a Essência Vital.

2013 – Com a entrada da Essência Vital foi formulado um conselho gestor para o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas.

- 2015 – Inauguração da feira da Ilha do Governador, e a entrada da quarta gestora, a AULA (Associação Universitária Latino Americana).

No primeiro momento, ao final da década de 1970, no estado do Rio de Janeiro, a preocupação inicial do movimento orgânico era fomentar o debate da qualidade dos alimentos que a população consumia.

No início da década de 1980 eram dois pontos que precisavam ser solucionados: a divulgação e a institucionalização dessa agricultura. Para tanto foram realizados cursos que ensinassem as técnicas de agricultura, encontros que debatessem a criação de normas e a busca de apoio político que pudessem incentivar as políticas públicas de apoio à agricultura orgânica, tendo os encontros do EBAA funcionado como fomento para o caso.

A segunda parte da década de 1980 pode ser caracterizada pela busca de locais de venda para levar os produtos orgânicos para a população. Assim surgiu a primeira feira da Saúde, em Friburgo, e em seguida, os primeiros locais de venda de produtos orgânicos na cidade do Rio de Janeiro, onde está concentrada a população do estado do Rio de Janeiro.

A década de 1990 foi marcada pelas pesquisas que objetivaram melhorar as técnicas da agricultura orgânica o que fortaleceu a ciência da agroecologia no Brasil. Além disso, encontrar uma forma que pudesse passar segurança da idoneidade dos produtos que eram comercializados a nível nacional, como a Instrução de Normas e também ampliar ainda mais os pontos de venda dos produtos em questão. Essa década também foi marcada pelo evento da Eco 92 que ajudou a divulgar e fomentar ainda mais as discussões e os debates agroecológicos.

Embora com muitos fatos decorridos na década de 1990 em favor da agricultura orgânica, na década de 2000 ocorreu uma desaceleração tanto na produção orgânica quanto ao consumo desses produtos na cidade do Rio de Janeiro. Segundo entrevista com ABIO, nesse intervalo, agricultores vinculados a essa instituição pararam de produzir alimentos orgânicos buscando outras fontes de renda, o que foi confirmado na inquirição do questionário aos produtores orgânicos que relatam que deixaram de produzir ou, reduziram suas produções para o consumo próprio, ou reduziram suas escalas de venda, limitando-se as suas localidades.

Os motivos dessa desaceleração podem ser resumidos em virtude das relações, sobretudo com os supermercados, que eram desvantajosas para os agricultores e também pelo resultado dos altos preços dos alimentos orgânicos vendidos tanto nos supermercados quanto

nas lojas de produtos orgânicos. Por isso que a década de 2010 serviu para resgatar os consumidores e fomentar a produção orgânica. Para tanto surgiu o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas na cidade do Rio de Janeiro.

Se por um lado a década de 2000 ocorreu a desaceleração da produção, no campo jurídico e institucional, o movimento orgânico conquistou algumas vitórias, entre elas, destacam-se as Portarias DAS/MAPA n.42, novembro de 2001, DAS/MAPA n.17, junho de 2000 e a Instrução Normativa DAS/MAPAn.006, janeiro de 2002 as quais, decretaram os regimes internos para os Órgãos Colegiado Federal/Estadual, e estabeleceram os critérios para credenciamento das entidades certificadoras de produtos orgânicos (consulta pública por 30 dias), estabelece os critérios para credenciamento das entidades certificadoras de produtos orgânicos, respectivamente. Que foram os primeiros passos para a certificação por SPG no Brasil.

A partir da inauguração do Circuito Carioca de Feiras Orgânica, em maio de 2010, a década de 2010 está sendo marcada pela a expansão e o crescimento das feiras do circuito orgânico, e também, ao que parece, ao aumento da produção e da comercialização dos produtos orgânicos no estado do Rio de Janeiro, o que a presente dissertação tem o objetivo de analisar. Nessa década, destacam-se a abertura da primeira feira do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, na zona Norte da região metropolitana do Rio de Janeiro, na Afonso Pena, o que significa a primeira expansão para fora da zona sul, o Decreto n. 35064 de 25 de Janeiro de 2012 que regulamentou o circuito, dois anos após a inauguração de sua primeira feira, representando um passo de grande importância para o movimento orgânico no estado do Rio de Janeiro.

2.2 O Circuito Carioca de Feiras Orgânicas

2.2.1 A Formação das Feiras do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas

No decorrer de 2010 e 2011, um grupo de produtores que comercializavam na feira da Glória começavam a demonstrar insatisfação com a gestão da ABIO, o que resultou em sua saída para formar novas feiras, localizadas em Botafogo, Laranjeiras e Flamengo. Um dos principais motivos que geraram tal insatisfação, segundo entrevista a esses produtores em 2015, foi que além de passar a pagar por um aluguel, de uma barraca padronizada, toda semana que eles fizessem feira, também teriam que pagar R\$ 35,00 por barraca ao gestor da feira (valor na

época), aumentando o custo do escoamento de sua produção. Antes da incorporação da feira da Glória ao circuito, os produtores não tinham todos esses custos, por isso a indignação.

Além dos produtores que saíram da feira da Glória para formar novas feiras, com o sucesso das cinco feiras do Circuito, mais produtores e comerciantes tentaram fazer parte das feiras do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, contudo, não tiveram êxito, seja por falta de vaga nas feiras ou por outros motivos. Então esses produtores que ficaram a margem das feiras da ABIO, uniram-se com aqueles que migraram da feira da Glória e juntamente com a Essência Vital pressionaram a SEDES para a possibilidade de que novas instituições pudessem ser gestoras de feiras do Circuito, assim como a ABIO. Como resultado, no ano de 2013 foi formado um Conselho Gestor de feiras e com ele a inserção de mais duas gestoras de feiras, a Essência Vital e a AS-PTA. O Conselho Gestor é composto por representantes da SEDES e das organizações que firmam parceria com a Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário para realizar a gestão das feiras orgânicas.

O Conselho gestor contribuiu para a incorporação e legalização das feiras de Botafogo, Flamengo e Laranjeiras, e a inauguração da feira de Jacarepaguá, no ano de 2013.

A partir do ano de 2013, o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas foram expandindo-se na zona sul da cidade do Rio de Janeiro para novas áreas, totalizando, atualmente, Junho de 2016, dezenove feiras e a inserção, em 2015, de mais uma gestora, a Associação Universitária Latino Americana. A Tabela 2 resume a localização dessas feiras e suas respectivas datas de inauguração.

Tabela 2: O Circuito Carioca de Feiras Orgânicas.

	Feira	Data da Inauguração	Dia	Local	Administradora
1	Feira Orgânica e Cultural da Glória	out/94	Sábados	Rua do Russell – Glória	ABIO
2	Feira Orgânica do Bairro Peixoto	mai/10	Sábados	Praça do Bairro Peixoto	ABIO
3	Feira Orgânica de Ipanema	jun/10	Terças	Praça N. Sra. Da Paz – Ipanema	ABIO

4	Feira Orgânica do Leblon	set/10	Quintas	Praça Antero Quental – Leblon	ABIO
5	Feira Orgânica do Jardim Botânico	set/10	Sábados	Praça da Igreja de São José da Lagoa – Lagoa	ABIO
6	Feira Orgânica da Tijuca I	nov/11	Quinta	Praça Afonso Pena – Tijuca	ABIO
7	Feira Orgânica de Jacarepaguá	set/13	Sábado	Praça Professora Camisão-Freguesia de Jacarepaguá	AS-PTA
8	Feira Orgânica da Barra da Tijuca	out/13	Terça	Praça do Ó – Barra da Tijuca	ABIO
9	Feira Orgânica da Laranjeiras	dez/13	Terça	Praça Jardim Laranjeira – Laranjeira	Essência Vital
10	Feira Orgânica do Botafogo	dez/13	Sábado	Praça da Muniz Barreto com a São Clemente - Botafogo	Essência Vital
11	Feira Orgânica do Flamengo	dez/13	Terças	Praça José de Alencar - Rua Marques de Abrantes, esquina com Rua São Salvador	Essência Vital
12	Feira Orgânica da Leopoldina	mai/14	Sábado	Praça Marechal Mauricio Cardoso – Olaria	ABIO
13	Feira Orgânica da Urca	out/14	Quinta	Praça da Medalha Milagrosa - Urca	Essência Vital
14	Feira Orgânica Tijuca II	jan/15	Sábado	Praça Xavier de Brito – Tijuca	Essência Vital
15	Feira Orgânica Parque Garota de Ipanema	out/15	Quinta	Arpoador - Parque Garota de Ipanema (está temporariamente na Praça General Osório)	ABIO

16	Feira Orgânica da Ilha do Governador	nov/15	Sábado	Praça Jerusalém - Jardim Guanabara	AULA
17	Feira Orgânica Parque das Rosas	Dez/15	Quinta	Praça General Santander, no Parque das Rosas. Barra	ABIO
18	Feira Orgânica do Grajaú	fev/16	Quinta	Praça Edmundo Rego	Essencia Vital
19	Feira do Leme	Maio/16	Sábado	Praça Almirante Júlio de Noronha	Essência Vital

Fonte: Expandido de Fonseca (2011) com dados das cinco primeiras feiras. Informações das demais a partir de levantamento da autora 2015 e 2016.

A observação do quadro 2 mostra que das dezenove feiras pertencentes ao circuito, a maioria localiza-se na zona sul, área da cidade do Rio de Janeiro onde mora aqueles que possuem mais recursos financeiros, segundo os dados dos Indicadores de Renda - Desigualdade por extratos da população por Bairros ou Grupo de Bairros – 2010 do portal GeoRio da prefeitura do Rio de Janeiro, o que pode ser explicado por razões geográficas culturais e sociais. E a área onde já existia uma concentração de lojas, supermercados e feira livre que comercializavam produtos orgânicos. A segunda observação é que a ABIO é a administradora com maior número de feiras orgânicas e a AS-PTA e a AULA (Associação Universitária Latino Americana) de menor. Isso pode ocorrer porque a ABIO é um dos atores que fundaram o circuito e a AS-PTA é uma ONG que tem foco na preparação da mão de obra no campo, atuando apenas quando é convocada. A AULA entrou como gestora recentemente.

2.2.2 Os atores das feiras do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas

O Circuito Carioca de Feiras Orgânicas foi construído por três atores, a prefeitura, que representa o poder público, a ABIO junto com os produtores, e a Associação de moradores de Copacabana, que representa os consumidores em potencial. A partir de 2013 entraram mais quatro atores, a Essência Vital, a AS-PTA, Rede Carioca e a AULA. A cada inauguração de uma feira, em diferentes bairros, mais associações de moradores são agregadas como atores do Circuito. A figura 3 representa os atores que movimento e estão ligados ao circuito.

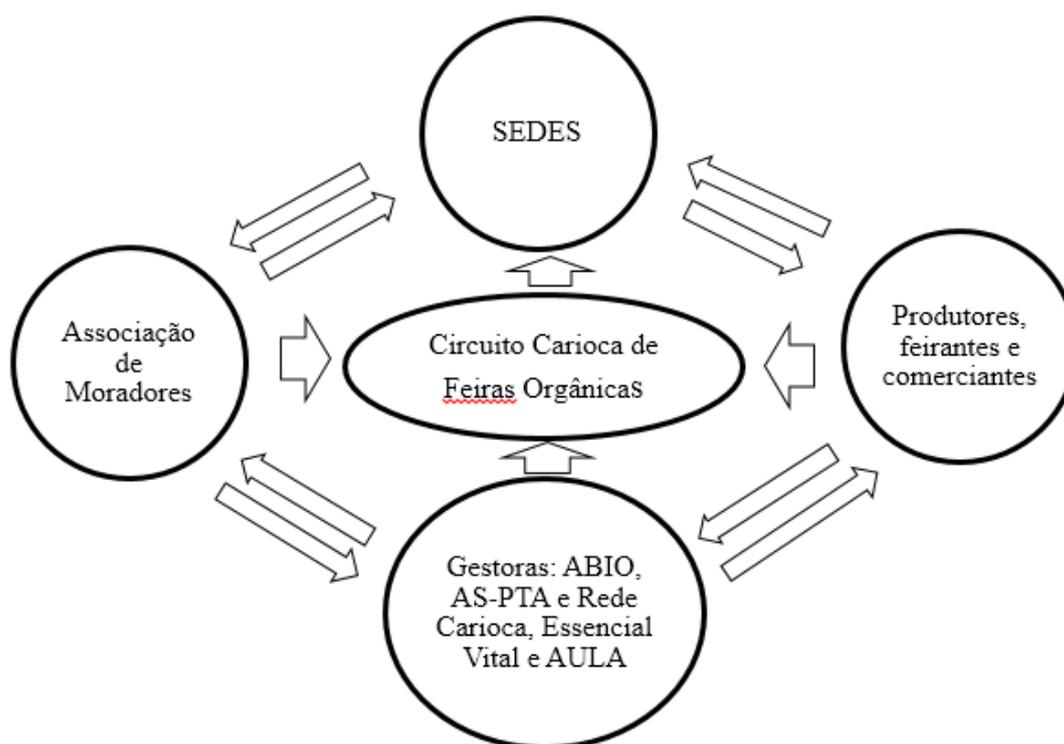


Figura 3: Os atores que movimentam o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas
 Fonte: Autora, 2015

Os atores que compõem o circuito possuem a importância da manutenção, da expansão de novas feiras e também do funcionamento das feiras do circuito. O primeiro ator a ser analisado será a SEDES que assegura a legalidade e representa o poder público do circuito permitindo sua existência no espaço da região metropolitana. O segundo ator a ser analisado são os produtores, feirantes e comerciantes do circuito que fornecem as mercadorias, estão em contato com os consumidores e que participam ativamente nas feiras do circuito. Os terceiros serão as gestoras que conferem a organização do circuito e das feiras, e que dão as características particulares às feiras ligadas a elas. São elas: ABIO, AS-PTA (e a Rede Carioca), Essência Vital e a AULA. Por fim, serão analisadas as associações de moradores que participam apoiando as feiras, e em alguns casos, solicitando a feira em seu bairro e/ou escolhendo o local onde a feira será sediada.

Secretaria de desenvolvimento Solidário (SEDES)

A Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário da prefeitura do Rio de Janeiro (SEDES) trabalha, desde janeiro de 2009, na formulação e na execução de políticas

públicas destinadas a alargar o mercado e democratizar o acesso à economia da cidade. Ela desenvolve e gera projetos de desenvolvimento local e economia solidária, pautados no associativismo e no coletivismo, na auto-gestão e em redes produtivas. Ela tem como um dos seus objetivos a superação da exclusão social e do desemprego, ajudando a formar incubadoras, redes de empresas de pequeno porte, cooperativas, arranjos produtivos, polos de negócios e empreendimentos. Ela funciona como um canal político institucional, atuando no poder municipal do Rio de Janeiro.

A SEDES é de vital importância no circuito carioca por torná-lo oficial e legítimo. Todas as feiras a serem inauguradas, precisam ser autorizadas por essa secretaria. Ela também possui a importância de ter instituído a Resolução Conjunta SEDES-SEOP nº 001, de 09 de maio de 2012, que formula a organização, a descrição e a autenticidade das Feiras do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas que têm como base o decreto Municipal nº 35064, de 25 de janeiro de 2012. Esses documentos são os dispositivos políticos que materializam e legitimam a existência do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. Eles estabelecem os objetivos e apresentam o código de conduta nas feiras orgânicas, para o exercício das melhores práticas e convivência.

O decreto Municipal nº 35064, qualifica o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas como uma cadeia curta de produção, comercialização e consumo, de base agroecológica, organizado em uma rede de feiras destinadas à venda direta de produtos orgânicos, conforme a definição da Lei Federal nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003 que rege a agricultura orgânica no Brasil. O Circuito Carioca de Feiras Orgânicas é o resultado da parceria entre a Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário – SEDES da Prefeitura do Rio de Janeiro e organizações e/ou entidades ligadas ao tema da produção orgânica de base agroecológica que assumem a gestão das feiras, sendo elas a ABIO, a Essência Vital e AS-PTA.

O decreto Municipal em questão, outorga ao circuito seus objetivos, através de um regimento interno, para o exercício das melhores práticas para alinhar um acordo de funcionamento entre as organizações parceiras do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. Segundo o regimento interno elaborado a partir do Decreto Municipal nº 35064 de 2012, os objetivos do circuito são:

1. Criar canais de venda direta de produtos orgânicos, contribuindo, assim, para a viabilização econômica dos produtores orgânicos do Estado do Rio de Janeiro;

2. Aumentar o acesso da população da cidade do Rio de Janeiro aos alimentos orgânicos, através de uma cadeia de produção de venda direta, sem atravessadores, aproximando quem produz de quem consome.
3. Viabilizar a ampliação da agricultura orgânica no Estado do Rio de Janeiro;
4. Divulgar informações e conhecimentos que ajudem a conscientizar e instruir a sociedade sobre a importância dos alimentos orgânicos para a preservação do meio ambiente e da saúde humana.
5. Incentivar a integração entre os diferentes segmentos da cadeia produtiva e de consumo de produtos orgânicos e a regionalização da produção e comércio desses produtos.
6. Ser reconhecido como um “Sistema Alimentar Sustentável”, estimulando a compreensão sobre o atual modelo de produção, distribuição, consumo de alimentos e promovendo a Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional do Município do Rio de Janeiro.

O primeiro e o segundo objetivos citados caracterizam o circuito, sendo de vital importância, pois aproxima o produtor com o consumidor, construindo laços de confiança entre o consumidor e o produtor, em virtude de que a maioria dos feirantes é também produtor. Tal aproximação permite que os produtores tenham maior facilidade de transmitir os valores que envolvem os produtos orgânicos, como o menor impacto ambiental e os benefícios para a saúde humana, portanto se relaciona com o quarto e o sexto objetivo. O terceiro objetivo citado pelo regimento em questão, pode se relacionar com os demais quando existe a possibilidade de construir uma cadeia informacional, quando um consumidor ao se conscientizar da importância da produção orgânica para o consumo e o meio ambiente, possa levar mais alguém para conhecer a feira orgânica, e se essa pessoa tiver a mesma experiência positiva, também possa levar outra, e essa outra, funcionando como uma reação em cadeia.

Dentro dos objetivos do regimento interno do circuito carioca não está explícito incentivar o desenvolvimento da agricultura familiar, como é uma das preocupações da Lei federal N.º. 10831 de 2003 que formaliza o que pode ser caracterizado como produção orgânica e sobressai sua importância para a agricultura familiar. Contudo, há um parágrafo que indica que agricultores familiares e pequenos produtores poderão se organizar e participar da comercialização das feiras do circuito, como expomos na quarta e quinta observação do quadro 2. Além disso, sabemos que grande parte dos produtores que comercializam no circuito são agricultores familiares. Assim, aumentar a comercialização do circuito e o seu êxito contribui positivamente para o sustento de produtores da agricultura familiar.

Cada administradora pode criar um código de conduta ou sua regra para cada feira em si, desde que seja respeitada a Resolução Conjunta citada. Por isso as feiras possuem regras particulares de cada administradora, mas respeitando uma base que as norteiam, preservando as características comuns que as fazem ser identificadas como parte do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. De acordo com o artigo oitavo do regimento interno do circuito as organizações gestoras devem garantir que as feiras orgânicas de base agroecológica sejam realizadas conforme o estabelecido na Resolução Conjunta SEDES-SEOP nº 001, de 09 de maio de 2012, seguindo um conjunto de quarenta e quatro diretrizes, as quais são divididas em três grupos: condutas para o melhor funcionamento das feiras; a identidade visual de cada feira; as responsabilidades da organização gestora e ao grupo gerencial das feiras orgânicas. A minuta mencionada possui cinquenta e quatro diretrizes, das quais foram extraídas as vinte e três, quadro 2, possíveis de observar quando visitamos um das feiras do circuito em questão.

Quadro 2: Características Estabelecidas pela Minuta do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas

Do funcionamento das feiras orgânicas
<ol style="list-style-type: none"> 1. Respeitar o limite máximo de 37 autorizações por feira; 2. Manter em cada feira orgânica uma barraca institucional que funcionará como ponto de referência para distribuição de materiais de divulgação, informações em geral, reclamações e fiscalização; 3. Deverá ser reservado o mínimo de 10 % do total das barracas existentes de cada feira para os produtores orgânicos do município do Rio de Janeiro; 4. Poderão participar das feiras do circuito os agricultores familiares e pequenos produtores submetidos a algum dos mecanismos de garantia (certificação por auditoria, sistemas participativos de garantia e controle social para a venda direta) previstos no Decreto 6.323, de 27 de dezembro de 2007, e mercadores devidamente legalizados; 5. O produtor feirante pode se organizar individualmente, em seu núcleo familiar, ou em grupo. Entende-se como grupo de produção, formal ou informal, o conjunto de produtores e agricultores familiares que trabalha de forma associativa de acordo com o modelo de funcionamento de associação de produção ou cooperativa como expresso na legislação brasileira. 6. Grupos de produção, formal ou informal, devem estar cadastrados junto a SEDES, assim como os produtores individuais que o constituem, apresentando ao Conselho Gestor seu modelo de gestão que ateste seu funcionamento como associação ou cooperativa de acordo com a legislação brasileira. 7. Não deve ocorrer concorrência entre o feirante mercador de in natura e o produtor de in natura com a exposição e venda simultânea de produtos similares. A prioridade de venda deverá sempre ser a do feirante produtor. Caso não haja produção local, é facultado ao feirante mercador a venda destes produtos previamente acordado com os feirantes produtores e o responsável da organização gestora.

8. O feirante mercador deverá ter conhecimentos tanto de comércio quanto do universo de produtos orgânicos a fim de complementar a feira do ponto de vista da diversidade e da regularidade.
9. Os feirantes mercadores devem fomentar as boas práticas do comércio justo e solidário, assim como previsto no DECRETO 7.358, de 17 de novembro de 2010.
10. Cada feira indicará uma representação, que responderá pela feira e pela organização gestora, tendo como local de base a barraca institucional. Cada organização gestora definirá os mecanismos de gestão participativa adotados nas feiras por ela coordenadas respeitando este regimento interno.
11. Qualquer denúncia ou reclamação em relação ao pleno cumprimento das normas estabelecidas na Lei Federal 10.831 de 23 de dezembro de 2003, cuja fiscalização deve ser realizada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, deve ser comunicado imediatamente ao representante da organização gestora da feira, para que seja encaminhada para apuração junto ao Conselho Gestor.

Identidade Visual da Feira

12. Qualquer material confeccionado para uso nas feiras do circuito devem respeitar o manual de aplicação da marca fornecido pela SEDES para cada organização gestora.
13. É obrigatório o uso das seguintes peças que compõem a identidade visual do circuito: placa sinalizadora da origem dos produtos; forro dos tabuleiros de acordo com regulamentação da vigilância sanitária; bandeira com a logomarca e avental. Outras peças como camisetas; protetor de cabeça (boné ou lenço) e crachá, de uso não obrigatório e quando disponíveis, devem respeitar a identidade visual do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas.
14. É proibido expor produtos em qualquer outro espaço que não sejam as barracas ou que não estejam pré-definidos na identidade visual do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas.

Responsabilidades da organização gestora e ao grupo gerencial das feiras Orgânicas

15. Fiscalizar o funcionamento e qualidade dos serviços prestados nas feiras orgânicas.
16. Articular localmente com a associação de moradores, administração local (RA/Subprefeitura), órgãos públicos e demais entidades envolvidas na implantação de novas feiras, estas já aprovadas no planejamento do conselho gestor do circuito e com acompanhamento da Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário-SEDES.
17. Solicitar o cuidado e a manutenção de todas as peças de identificação visual do circuito.
18. Fiscalizar e garantir que os feirantes estejam devidamente identificados de acordo com os requisitos expressos neste regimento interno, como Certificado de conformidade Orgânica, crachá de identificação, entre outros documentos exigidos neste regimento interno ou pela Prefeitura a Cidade do Rio de Janeiro.

19. Fiscalizar o feirante mercador, de modo que este tenha uma função complementar, ofertando somente produtos sem similar no local.
20. Fazer com que a informação sobre a disponibilidade dos produtos circule entre os feirantes, visando manter os feirantes informados sobre os produtos disponíveis e em falta.
21. Orientar o preenchimento e recolher os romaneios a fim de que o movimento das feiras tenha registro e os preços praticados permaneçam adequados a circunstância de venda direta.
22. Estar atendo ao comportamento dos feirantes em relação ao bom atendimento aos consumidores e a convivência social no ambiente da feira orgânica.
23. Zelar para que os preços das mercadorias estejam expostos em cada barraca.

Fonte: BRASIL, Decreto Municipal n. 35064, de 25 de janeiro de 2012.

Ao observar as diretrizes apresentadas para o funcionamento da feira, é possível observar a preocupação com o formato e o controle das feiras, exemplo, o limite imposto de até 37 barracas, a obrigatoriedade do cadastramento dos produtores na SEDES, a indicação de um representante para cada feira com a função de verificar se a minuta do Decreto Municipal n. 35064 está sendo cumprido. Além disso, a questão protecionista que a feira impõe para os produtos orgânicos do município do Rio de Janeiro, quando limita, no mínimo 10%, dos serem desse município, ou quando proíbe a venda de produtos in natura fora do estado do Rio de Janeiro em período de colheita no município ou estado do Rio de Janeiro, pode dizer que isso também é um incentivo para a produção local.

A identidade visual da feira é voltada para que ela seja destaque das feiras convencionais, e também a preocupação em transmitir confiança sobre a idoneidade do produto orgânico, quando padroniza a parte estética da feira ao obrigar o uso comum de bandeiras e lona para colocar nas barracas, e a obrigatoriedade do feirante de expor o nome do grupo de SPG, nome do grupo e o local da produção dos produtos.

As demais diretrizes que o presente trabalho não destacou visam o respeito dos princípios da legitimidade do produto orgânico e as regras de participação dos feirantes na feira, destacando-se a principal, a obrigatoriedade de ter o selo orgânico nos produtos comercializados na feira.

Produtores, Feirantes e Comerciantes

Os produtores, feirantes e comerciantes são aqueles que vendem os produtos nas feiras orgânicas, sendo que a presente autora define como produtores aqueles que produzem os produtos agrícolas in natura, como verduras, legumes e frutas, por exemplos, ou produtos de

processamento caseiro ou indústria de pequeno porte, como bolo, pães, geleia, salgados, biscoitos, por exemplo. Já os feirantes são aqueles contratados para vender diretamente seus produtos nas feiras, quando os produtores não podem comparecer nas mesmas e por isso contratam pessoas para vender seus produtos. Existem feirantes que não participam do processo da produção e aqueles que são funcionários da empresa, participando do processo da produção ou assumindo outra função dentro da empresa.²⁰

Os comerciantes, chamados, pela Resolução Conjunta SEDES-SEOP nº 001, de feirantes mercadores, são aqueles que não produzem produtos orgânicos, e são atravessadores, compram e revendem nas feiras. É importante ressaltar que a maioria dos produtos desses comerciantes são industrializados como sucos, massa de macarrão, arroz, feijão, etc. Estima-se que estes representam cerca de 65% a 85% dos produtos expostos em suas nas barracas. Sua função na feira é complementar os produtos que não são produzidos no estado do Rio de Janeiro.²¹

Quando ocorre de venderem produtos in natura, como frutas, eles só podem comercializar fora de época da produção estado, como os morangos. Essa medida é uma forma de protecionismo para com os produtores orgânicos do estado do Rio de Janeiro criada pelo Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. De acordo com os dispositivos legais que organizam o Circuito, só pode haver o máximo de dois comerciantes por feira.²²

As feiras que a ABIO é gestora, esse número cai para apenas um. Já nas feiras da Essência Vital, pode haver dois comerciantes, e é feito um acordo entres os dois para não venderem os mesmos tipos de produtos, e não gerar concorrência entre eles.

As gestoras do Circuito

A Secretaria de Desenvolvimento Solidário reconhece quatro gestoras que estão à frente das feiras do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, são elas: a Associação Biológica do

²⁰A pesquisa indicou que os feirantes podem se encaixar em três grupos: os que são funcionários de uma empresa, ou fábrica, ou do produtor orgânico, exercendo na mesma, mais de uma função dentro dela, inclusive vender os produtos nas feiras, como na empresa Quitanda Natural; o segundo grupo é aqueles que fazem parte da família de produtores e ao invés de trabalhar na roça, eles vão vender os produtos nas feiras; O terceiro grupo são os contratados que não possuem nenhum vínculo com a produção orgânica, recebendo por dia de trabalho, como a empresa Domicilio Orgânico.

²¹ Artigo 8º do decreto Resolução Conjunta SEDES-SEOP nº 001, de 09 de maio de 2012: h) O feirante mercador deverá ter conhecimentos tanto de comércio quanto do universo de produtos orgânicos a fim de complementar a feira do ponto de vista da diversidade e da regularidade;

²² Artigo 8º do decreto Resolução Conjunta SEDES-SEOP nº 001, de 09 de maio de 2012: g) Não deve ocorrer concorrência entre o feirante mercador de in natura e o produtor de in natura com a exposição e venda simultânea de produtos similares. A prioridade de venda deverá sempre ser a do feirante produtor.

Rio de Janeiro (ABIO), AS-PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia²³, Essência Vital e a Associação Universitária Latino Americano (AULA). Sendo a Rede Carioca de Agricultura Urbana que representa AS-PTA nas reuniões com a SEDES e responde pela feira ligada a AS-PTA.

Além das obrigações, já apresentadas anteriormente no quadro 2, que cabem as gestoras do circuito, a pesquisa também destaca que elas também assumem as responsabilidades, segundo o Decreto Municipal n. 35064 de 2012, descritas a seguir:

- O relato para a SEDES do funcionamento e das atividades em curso nas feiras orgânicas geridas pela gestora;
- Providenciar a planta baixa do espaço pretendido para realização de cada feira orgânica;
- A fiscalização e o relato da prestação do serviço de instalação dos banheiros químicos destinados para os feirantes e consumidores das feiras orgânicas para a SEDES;
- Cuidar da organização e da disposição das barracas no local pré-escolhido e aprovado pelo conselho gestor;
- A solicitação do cuidado e da manutenção de todas as peças de identificação visual do circuito;
- O encaminhar ao Conselho Gestor do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas as propostas de credenciamento ou descredenciamento de candidatos ou de participantes das feiras;
- A fiscalização do feirante mercador, para que seja mantida a sua função complementar de oferecer somente produtos que não pertence ao estado do Rio de Janeiro, ou fora do período de sua colheita;
- A orientação do preenchimento e do recolhimento dos romaneios a fim de que o movimento das feiras tenha registro e os preços praticados permaneçam adequados a circunstância de venda direta.

A ABIO, Associação Biológicas dos Agricultores do Rio de Janeiro, como já comentado anteriormente, foi fundada em outubro de 1984, por produtores orgânicos que comercializavam de forma independente sua produção. Ela foi criada com a função de prestar serviços a seus associados, objetivando solucionar os problemas entorno da produção e da comercialização dos produtos orgânicos. A ABIO foi de vital importância para a formação do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, pois partiu dela a ideia da criação das feiras como um canal para escoar a produção. Além disso, a ABIO se reestruturou para se credenciar como um Organismo Participativo de Avaliação da Qualidade Orgânica (OPAC) para a obtenção de selo

²³ A AS-PTA- agricultura Familiar e Agroecologia é comumente referida apenas por AS-PTA.

de Garantia Participativa Orgânico a seus associados, no Rio de Janeiro (FONSECA, 2009; BICALHO e FERES, 2014; Guayasamín et al, 2016). Atualmente, essa associação contribui para a expansão do circuito, com a abertura de novas feiras orgânicas em diferentes bairros da cidade e é gestora das feiras: Bairro Peixoto, Leblon, Ipanema, Afonso Pena, Leopoldina (Olaria), Barra (Parque das Rosas e Praça do Ó), Glória, Jardim Botânico e Parque Garota de Ipanema (Arpoador).

A AS-PTA, Agricultura Familiar e Agroecológica, é uma associação de direito civil, sem fins lucrativos, que foi fundada em 1983. Ela tem como seus objetivos o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável atuando em diversos estados no Brasil. Uma de suas formas de atuação é a construção de espaços de aprendizado coletivo, formulação de redes que proporcionam ações articuladas de organizações e movimentos da sociedade civil para influenciar a elaboração, implementação e monitoramento de políticas públicas. Ela aproximou-se da ABIO em busca de meios para o escoamento da produção de agricultores que ela auxilia em Vargem Grande e Vargem Pequena, na região de Jacarepaguá da cidade do Rio de Janeiro. Como consequência, a AS-PTA organizou e inaugurou a feira de Jacarepaguá. Nessa feira, os produtores feirantes não precisam pagar pelo aluguel das barracas, pois a AS-PTA mobilizou integrantes da Associação de moradores de Jacarepaguá para doarem as barracas para feira local. Atualmente, a AS-PTA não está diretamente a frente da feira de Jacarepaguá, e sim a Rede Carioca de Agricultura Urbana ²⁴que atua como gestora informalmente, perante a sociedade.

A Essência Vital foi fundada no estado do Rio de Janeiro, em 1995, por um grupo de amigos, na cidade de Petrópolis, que buscava desenvolver projetos com viés relacionados à saúde pública e preventiva. Essa organização iniciou seu trabalho com a confecção de um jornal que integrava ciência, saúde e meio ambiente. Posteriormente desenvolveram trabalhos de capacitação e atualmente, com o reconhecimento do governo, em 2012, ela financia projetos e é gestora de dois específicos: Vibrações positivas para pessoas com soro positivo e a administração de sete feiras do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas.

A Essência Vital chegou ao Circuito Carioca para atender pedidos de produtores e comerciantes orgânicos que não conseguiam participar ou que não estavam de acordo com as

²⁴ A Rede Carioca de Agricultura Urbana, ou Rede CAU, é um movimento social que agrega pessoas e organizações para a defesa da agroecologia nas cidades. Atua junto aos quintais produtivos e lavouras, defende o consumo ético e responsável, como dimensão de luta campo-cidade, e na adequação e no acesso às políticas públicas. Em seu coletivo atuam representantes de diversas organizações populares, instituições de pesquisa e ensino bem como agentes não governamentais, que se percebem na autonomia para essa representação. Está vinculada à Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ), ao Coletivo Nacional de Agricultura Urbana, e à Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

regras e políticas das feiras da gestão da ABIO. A Essência Vital agregou ao circuito as feiras do Flamengo, Botafogo e das Laranjeiras, através do Decreto de Ampliação do Circuito, que ocorreu em 5 de Dezembro de 2013. Atualmente, além das feiras citadas, ela é gestora da Urca, Praça Xavier de Brito, Grajaú e Leme.

A Essência Vital também é importante por incentivar a criação do conselho gestor de feiras do circuito, a orientação dos produtores para a obtenção da Organização de Controle Social (OCS) e por ser uma das gestoras que mais inaugura feiras orgânicas.

A Associação Universitária Latino Americana (AULA) surgiu a partir da Rede Ecológica²⁵, em 2008, a partir de experiências Quilombolas no Espírito Santo. A inserção no Circuito Carioca de Feiras Orgânica se deu para ajudar os pequenos agricultores que ela auxilia. Com a inauguração da feira da Ilha do Governados, a AULA esforça-se para conseguir o OCS para que mais produtores possam participar do circuito através da venda direta. Junto com a feira de Jacarepaguá, a feira da Ilha do Governador prefere se destacar como feira agroecológica e não urbana. A figura 4 ilustra a distribuição das feiras por gestão.

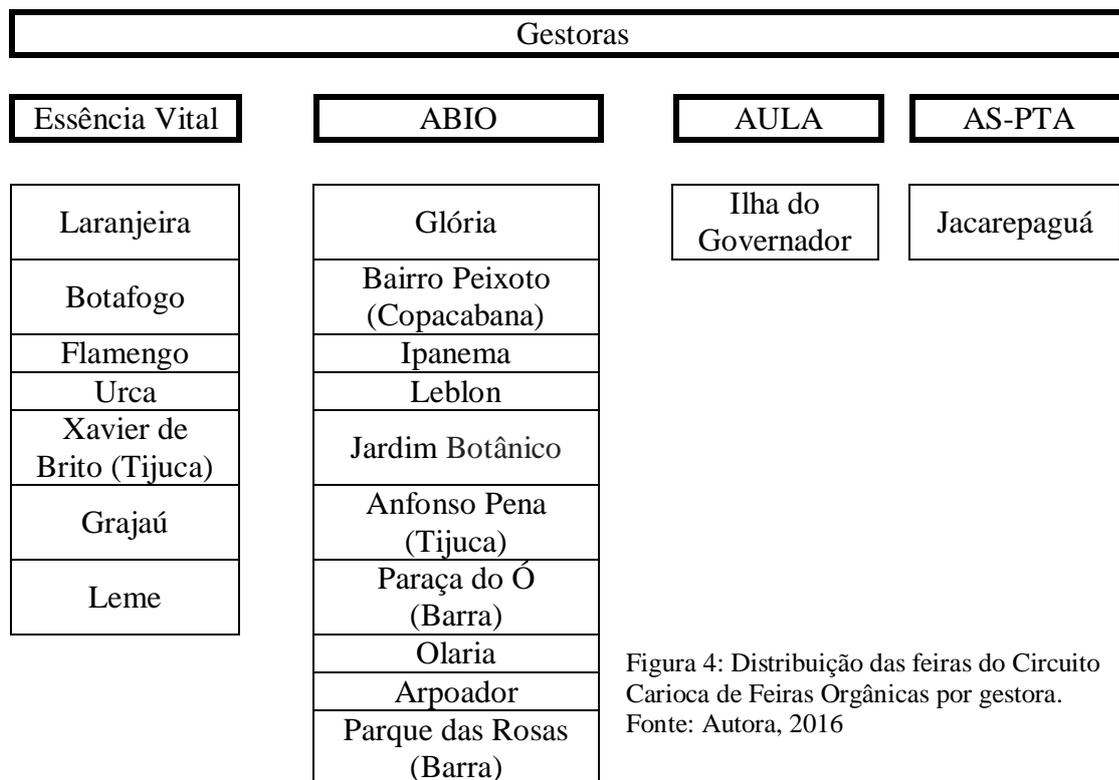


Figura 4: Distribuição das feiras do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas por gestora.
Fonte: Autora, 2016

²⁵ A REDE ECOLÓGICA é um movimento social que visa a fomentar o consumo ético, solidário e ecológico. É constituída de grupos de consumidores que realizam compras coletivas diretamente de pequenos produtores agroecológicos / orgânicos, o que viabiliza a compra desses produtos a preços acessíveis e, ao mesmo tempo, apoia as iniciativas desses produtores.

Associação de Moradores

Entende-se por associação de moradores a união e organização de moradores que se expressa na solidariedade dos moradores, num espaço solidários, funcionando como um dever de exigir a satisfação das necessidades que os moradores e o bairro apresentar. No Circuito Carioca de Feiras Orgânicas a associação de moradores assume a importância de conceder a autorização para a inauguração das feiras em seu bairro e também o poder de veto, frente a SEDES.

A associação de moradores, em particular a de Copacabana, possui também a importância de ter influenciado junto com a ABIO e a SEDES a formulação da minuta, o regimento interno, do Decreto Municipal n. 35064 de 2012, que rege o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas.

Atualmente a associação de moradores tem a função de apoiar as feiras orgânicas na divulgação das mesmas, por exemplo, solicitar a feira orgânica no seu bairro, escolher os locais onde as feiras serão sediadas ou estar de acordo com o local eleito pelas gestoras. Algumas vezes a associação de moradores pode ter conflito de interesses com as gestoras do circuito, principalmente quando o assunto é a escolha do lugar onde a feira será sediada. E em outras vezes ela pode formar parceria como financiar as barracas a serem utilizadas na feira orgânica para que os produtores não precisem alugar semanalmente, como foi o caso da associação de moradores da Freguesia de Jacarepaguá.

As associações de moradores que estão envolvidas no Circuito Carioca de Feiras Orgânicas estão presentes na Tabela 3.

Tabela 3: Relação das Associações de Moradores envolvidas no Circuito Carioca de Feiras Orgânicas

	Feira	Nome da Associação
1	Afonso Pena	Não identificada
2	Arpoador	Não identificada
3	Bairro Peixoto	AMACOPA Associação de Moradores e Amigos de Copacabana
4	Botafogo	AMAB Associação de Moradores e Amigos de Botafogo
5	Flamengo	AMA FLA Associação de Moradores e Amigos do Flamengo
6	Freguesia	AMAF Associação de Moradores da Freguesia
7	Glória	AMA Associação de Moradores da Glória
8	Grajaú	AMGRA Associação de Moradores do Grajaú

9	Ilha do Governador	Associação dos Moradores da Ilha do Governador
10	Ipanema	AMIPANEMA Associação de Moradores de Ipanema
11	Jardim Botânico	AMA JB Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico
12	Laranjeiras	AMAL Associação de moradores de Laranjeiras
13	Leblon	AMALEBLON Associação de Moradores e Amigos do Leblon
14	Leme	AMALEME Associação de Moradores e Amigos do Leme
15	Leopoldina, Olaria	AMABOL Associação de Moradores e Amigos do Bairro de Olaria
16	Parque das Rosas - Barra	AMOROSAS Associação de moradores e amigos do Parque das Rosas
17	Praça do Ó - Barra	AMAR Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Oceânico e Tijuamar
18	Urca	AMOUR Associação de Moradores da Urca
19	Xavier de Brito	Não identificada

Fonte: Autora, 2016

Das associações apresentadas, três não foram identificadas, a associação de moradores das feiras da Afonso Pena, Xavier de Brito e a do Arpoador, e por isso não foram entradas em contato.

2.2.3 Ampliação espacial da comercialização de orgânicos com a expansão do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas

Ao observar o histórico de formação das feiras do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, mencionado a pouco, percebe-se que as feiras foram inauguradas em uma região da cidade do Rio de Janeiro, concentradas na Zona sul, e está se expande em direção à Zona Norte da cidade e à Zona Oeste. Até o momento da pesquisa, a inauguração de novas feiras segue os seguintes padrões.

- I. Legalizar as feiras orgânicas como a da Glória, Flamengo, Laranjeiras e Botafogo, formadas por agricultores associados à ABIO.
- II. Buscar os lugares em que já havia uma comercialização de produtos orgânicos, como lojas especializadas e supermercados, por exemplo, ou seja, um nicho de mercado

orgânico em potencial. E que, também, a associação de moradores aceitasse e apoiasse a construção de uma feira, como é o caso do Bairro Peixoto, Ipanema, Jardim Botânico e Leblon.

III. A procura da associação de moradores para inaugurar feira orgânica em seu bairro, como a feira da Urca, Barra da Tijuca (Praça do Ó e Parque das Rosas), Praça Xavier de Brito (Tijuca), Grajaú, Freguesia e Ilha do Governador.

IV. Buscando bairros fora do mercado consumidor da zona sul, com o objetivo de conquistar novos consumidores orgânicos, como as feiras da Afonso Pena e Olaria. Contudo não são bairros aleatórios, e sim aqueles que existam alguma possibilidade de desenvolvimento do comércio orgânico ou afinidade, como é o caso da feira de Olaria que viu uma possibilidade de incentivar a horta comunitária orgânica do Complexo do Alemão.

Tal expansão espacial das feiras orgânicas provoca mudança em seu entorno: a pesquisa indicou que tanto as feiras da Afonso Pena, Olaria, Ilha do Governador quanto da Xavier de Brito, lugares com menor tradição de consumo de alimentos orgânicos, se comprado à Zona Sul do Rio de Janeiro, muitos consumidores que moravam ou trabalhavam cerca da feira relataram que passaram a conhecer os produtos orgânicos e a consumi-los a partir do primeiro contato com as feiras orgânicas. Isso ocorre por dois motivos, primeiro pela forma que as barracas apresentam-se, com o slogan do Circuito e seguindo um padrão entre as barracas faz despertar a curiosidade de aqueles que transitam nos lugares que as feiras sediam, levando-os a conhecer a feira, e a frequentá-las. Segundo, a comercialização por circuito curto, em que o próprio agricultor pode conversar e ensinar aos consumidores sobre o tema da agricultura orgânica transmite segurança e a possibilidade de convencer ao consumo orgânico. Por isso a pesquisa aponta que o formato das barracas das feiras do circuito e a comercialização em circuito curto formam-se estratégias que contribuem para a expansão das feiras orgânicas e dos consumidores orgânicos, atingindo perfis de moradores fora ao da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro.

Além da forma de comercialização e a apresentação das barracas há atores que trabalham diretamente para promover a expansão das feiras orgânicas para diferentes espaços da cidade do Rio de Janeiro. A SEDES, as gestoras e os próprios feirantes fazem uso de ferramentas que proporcionam tal expansão.

A estratégia de venda que a SEDES utiliza também é colocar as bandeiras do Circuito Carioca de Feiras Orgânica em todas as barracas, uniformizar os feirantes com avental, por

exemplo, e exigir que o selo de certificação orgânica esteja à mostra para que os consumidores possam visualizar. Essa medida ajuda a uniformizar as feiras e transmitir organização, e o fato do selo orgânico estar exposto garantir confiança aos consumidores sobre a qualidade do produto. Além disso, a SEDES também ocupa o site da prefeitura, as redes sociais e faz propaganda para ajudar a divulgar as feiras do circuito.

O selo de certificação orgânica por auditoria seria uma grande barreira por causa do seu alto custo, o que foi solucionado com o selo orgânico obtido através do Sistema Participativo de Garantia (SPG), para o qual a ABIO trabalhou intensamente para se adaptar e criar um sistema que atendesse a seus associados. A Essência Vital e a AULA, por sua vez, estão auxiliando produtores orgânicos de suas feiras a se cadastrarem no sistema de Organização de Controle Social (OCS), mais facilitado a agricultores com menor volume de produção. O acesso ao SPG ou ao OCS é uma contribuição para a expansão das feiras, pois maior número de agricultores ficam aptos a participar das feiras do circuito.

Assim, tanto as iniciativas da ABIO quanto da Essência Vital e da AULA com relação ao SPG e OCS são para legitimar e incluir os produtores a vender seus produtos nas feiras, para que haja mais produtores para vender no circuito e a possibilidade de novos produtores para abrir futuras feiras, tornando-os estratégia para a expansão das feiras orgânicas.

Com relação aos feirantes, a pesquisa realizada mostrou que a principal estratégia utilizada por eles para divulgar seus produtos é a conversa com os consumidores (31%), seja mostrando receitas, ou as propriedades dos alimentos, ou compartilhando suas experiências com a alimentação orgânica (Tabela 4). Tiram dúvidas e criam laços de amizade e com essas relações conseguem fidelizar o consumidor. Como exemplo, uma senhora que vende suco verde orgânico conta que conseguiu vencer uma doença através da mudança de sua alimentação, passando a consumir alimentos orgânicos e a ingerir suco verde. Uma proporção de 13% dos feirantes também reconheceram como estratégia a utilização das redes sociais como o *facebook*. Muitos dos entrevistados revelaram utilizar as páginas sociais que a ABIO, Essência Vital ou a SEDES criaram para divulgar o circuito. Eles relatam que postam promoções ou mesmo divulgam receitas ou transmitem qualquer outra informação por esse veículo digital.

Tabela 4: As Estratégias dos Produtores Orgânicos do Circuito

Estratégias dos Produtores Orgânicos do Circuito	
Estratégia	Frequência
Conversa, ensinando como pode cozinhar os produtos e receitas, dizer as propriedades dos produtos, conversa sobre os benefícios para a saúde. Tiram dúvidas, fazem amizades e tratam bem o consumidor para gerar a fidelização.	42%
<i>Facebook</i>	13%
Faz promoção	10%
Acredita que a melhor divulgação é o boca a boca	9%
Site e blog próprio	7%
Distribuição de folhetos e cartão	4%
Faz degustação	3%
Promove excursão	2%
Oscila o preço	1%
Fazer um Trabalho na feira	1%
Vende fiado	1%
Faz fichas com as informações dos produtos	1%
Mantém a barraca arrumada	1%
Coloca um preço competitivo	1%
Usa uniforme	1%

Fonte: Autora, 2015

A terceira maior forma de divulgação realizada por eles é fazer promoção, com 10% das respostas, seguida do “boca a boca” com 9%. Eles acreditam que divulgar a promoção na barraca, através de cartazes ou cartolina ajuda a atrair clientes. E o chamado “boca a boca” foi indicado quando o cliente está satisfeito com os produtos e a feira, indicam para amigos e parentes para também frequentarem a feira.

O *site e blog* ficaram com 7% dos entrevistados. A diferença entre o *blog e o facebook* é que segundo os entrevistados, o *facebook* seria uma rede social, e eles utilizam os da ABIO, Essência Viatal, SEDES e até o pessoal para fazer a divulgação. Já o *blog e o site* são mais utilizados por aqueles que têm mais recursos e ou aqueles que possuem uma micro empresa de processamento simples, como a fabricação de bolos, biscoitos etc.

As divulgações menos citadas foram distribuir folhetos e cartão com 4%, e fazer degustação, promover excursão, oscilar o preço, o bom trabalho, a possibilidade de vender fiado, fazer fichas com as informações dos produtos, manter a barraca arrumada, colocar um

preço competitivo e usar uniforme ficaram com 1%. Faz importante ressaltar que essas respostas foram subjetivas, cada entrevistado descreveu o que para ele seria uma prática importante para a divulgação da feira ou de sua barraca.

III. CADEIA DE COMERCIALIZAÇÃO DO CIRCUITO CARIOCA DE FEIRAS ORGÂNICAS

A cadeia de comercialização compreende a integração do espaço da produção agrícola, onde a matéria prima é produzida, além de ser o local de encontro dos fornecedores, envolvendo a logística do transporte até o local onde ela será comercializada com o consumidor e o setor de *Marketing*, que contribui para a dinamização das vendas e o êxito da cadeia produtiva (PIZA e WELSH, 1968; SANTANA e CAMPOS, 1993).

Porém, nosso foco será na ponta da comercialização no varejo, as feiras, visando compreender este ambiente que, de acordo com Reis e Sette (1992), influencia o comportamento deste tipo de vendas. Consideramos que o ambiente das feiras integrantes do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas depende das características e normas estabelecidas para o seu funcionamento, bem como das interações e características dos atores sociais presentes nos locais, o que, segundo Zoldan e Karam (2004), refletem na complexidade da cadeia produtiva envolvida.

O presente capítulo tratará, assim, do ambiente das feiras orgânicas da cadeia de comercialização em que o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas está inserido. Sabemos que a cadeia comercial do circuito tem como característica a venda direta (ALMEIDA, 1999; BICALHO 2008) e circuito curto (BAPTISTA, CRISTÓVÃO et al, 2003; BAVA, 2011; DAROLT, 2013), no qual o fornecedor vende diretamente sua produção para o consumidor. É um ambiente complexo pela diversidade de atores, mas, também, porque os produtores, feirantes e comerciantes em geral têm acesso ao público e a realidades diferentes relacionadas ao bairro de localização de cada feira do circuito.

Iniciaremos identificando e analisando o ambiente das feiras quanto a sua organização, funcionamento e os grupos sociais envolvidos. Passamos, então, a compreender nesse contexto do funcionamento das feiras do circuito os feirantes, que são os principais atores sociais responsáveis pela comercialização, e a relação das feiras com as áreas de produção, suas estratégias e motivações na produção e comercialização de produtos orgânicos no circuito.

3.1 As Feiras-livres de produtos orgânicos

3.1.1 Organização e funcionamento das feiras

O Circuito Carioca de Feiras Orgânicas é um conjunto de dezenove feiras distribuído em dezessete bairros da cidade do Rio de Janeiro, com públicos e gestões diferentes. As feiras funcionam as terças, quintas e sábados, das 7h às 13h. Os dias são alternados para que os produtores possam trabalhar com tempo disponível e preparar suas produções para escoamento, já que os feirantes são predominantemente agricultores familiares ou seus funcionários, que acumulam duas funções, trabalhando na lavoura e vendendo os produtos na feira.

De acordo com regimento interno das feiras do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, de junho de 2014, cada feira-livre orgânica só pode ter no máximo trinta e sete barracas. Cada barraca não corresponde a um produtor rural ou grupo de produtores, pois cada um pode usar quatro ou cinco barracas. A preferência do uso da quantidade de barracas é organizada de acordo com quem produz o produto no período da safra ou para os grupos ou famílias com maior produção. Em todas as feiras, é obrigada a existência do banheiro químico e o recolhimento do lixo pelos próprios feirantes; eles são responsáveis por deixar a área onde sua barraca foi posicionada limpa. Esse lixo, por ser orgânico, na maioria das vezes, é retornado para a roça para o uso na compostagem. Além destas determinações, conforme já dito no capítulo anterior, em cada feira, é permitido somente dois feirantes para a venda de produtos orgânicos oriundos de outros estados, servindo para complementar a atividade com os produtos que não são produzidos no estado do Rio de Janeiro ou que não estejam no período da safra do estado. No entanto, na prática, nas feiras da ABIO, só existe um feirante comercial com produtos de outros estados.

As feiras seguem o mesmo padrão de diversidade de produtos a serem comercializados: a maioria deste são in natura, maior ocorrência de verduras e legumes, seguida de frutas²⁶, ovos, frangos e cogumelos. Além destes, há também produtos não oriundos da agropecuária, processados manualmente ou em pequenas fábricas, como bolos, biscoitos, produtos sem glúten, doces e compotas. Embora que estes últimos sejam em menor quantidade, sua ocorrência cresce, sendo percebido um aumento do número de feirantes e barracas que comercializam os tais produtos, estimando-se uma média de 30% a 40% das barracas vendendo produtos processados em cada feira. Além dos processados, há também a presença de comidas e bebidas feitas na hora e produtos exclusivos daquela feira, como tapioca pronta na hora, sucos

²⁶ Verduras, Legumes e frutas da estação.

“verdes” ou “desintoxicantes”, “sacolé”²⁷ (também conhecido como “azedinho” ou “chupe-chupe”) e cosméticos. Inicialmente, somente o Instituto Maniva²⁸ fazia e vendia as tapiocas em um número de feiras restritas, mas essa comercialização foi bem aceita pelos clientes e a venda da tapioca passou a ser comercializada em todas as feiras e por outros feirantes que não fazem parte do Instituto Maniva, mas seguindo o mesmo padrão, feitas na hora e somente um comerciante por feira, ou seja, não há duas barracas vendendo tapioca em uma mesma feira.

Já os sucos “verdes” ou “desintoxicantes” são feitos na hora e com produtos comprados na própria feira, ou produzidos em fábrica artesanal, engarrafados e vendidos prontos. Em todas as feiras há a presença da venda do suco verde e, assim como a tapioca, há somente um comerciante deste produto por feira, seja um produtor ou apenas um mercador (de acordo com SEDES, aquele que não é produtor, é apenas um comerciante de feira). A preocupação de somente existir uma barraca por feira para a venda de tapioca ou de suco verde é para minimizar a concorrência, pois o número de consumidores que frequentam as feiras não é suficiente para que as vendas sejam positivas para mais de um feirante.

O “sacolé” é comercializado somente na feira da Ilha do Governador, em sua barraca própria, assim como os produtos de cosméticos orgânicos, que são produtos como cremes, xampu, condicionador e maquiagens; todos começaram a ser comercializados nesse ano. Quem comercializa os cosméticos são representantes comerciais, ou seja, revendedoras, que estão tentando entrar nas feiras de outras gestoras do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, mas sem êxito. A presença desses produtos nas feiras é questionada por parte de alguns feirantes, produtores ou apenas comerciantes, pois os cosméticos não se encaixam com o perfil ou o intuito das feiras do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas.

Analisando o regimento interno das feiras do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, o tipo de produto a ser comercializado nas feiras não é especificado. O único tipo de produto especificado é o artesanato, conforme o parágrafo único Art2º: “Será permitida a venda de artesanatos produzidos apenas por agricultores familiares a partir de produtos orgânicos de produção própria.” (BRASIL, Resolução Conjunta SEDES-SEOP n. 001, p1). No geral, o regimento não especifica os tipos de produtos que podem ou não ser comercializados nas feiras, somente que eles precisam estar relacionados a produtores familiares ou pequenos produtores e que os produtos sejam de base agroecológica, portanto, as revendedoras de cosméticos

²⁷Sacolé - espécie de sorvete feito de água e xarope ou sumo de fruta, que se congela dentro de um saquinho plástico, produzindo um picolé sem pauzinho.

²⁸ Instituto Maniva é uma organização não governamental sem fins lucrativos do Rio de Janeiro, fundada em 2007, com o objetivo de utilizar a gastronomia como importante ferramenta de transformação social, unindo ética ao prazer na alimentação. A ONG foi criada pela Chef Teresa Corção, membro do movimento *Slow Food*.

poderiam, talvez, fazer parte do grupo dos comerciantes, pois, segundo a minuta, a função do feirante mercador: “(...) de modo que este tenha uma função complementar, ofertando somente produtos sem similar no local.” (BRASIL, Resolução Conjunta SEDES-SEOP n. 001, p4).

Contudo, é preciso ressaltar que o movimento inicial do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas foi para incentivar e dinamizar a produção agrícola orgânica do estado do Rio de Janeiro. Tal movimento tem os produtores rurais como um de seus atores fundadores, assim como os produtores manufaturados que já faziam presentes nas barracas da feira do Lavradio, que antecedeu e abriu as portas do poder público para a inauguração do circuito carioca. Assim, a presença de um revendedor de maquiagem e cosméticos fugiria da formação inicial do circuito. A comissão gestora poderia rever o regimento interno para repensar nos novos atores que surgem com o desenvolvimento e a complexidade que vem recebendo o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas.

Todos os produtos agrícolas comercializados nas dezenove feiras do circuito possuem selo orgânico, gerado, em maioria, por Sistema de Garantia Participativa (SPG), e poucos possuem selo por auditoria, arcando sozinhos com os custos dessa certificação. Recentemente, há um movimento entre alguns para a aquisição de autorização via Organização de Controle Social (OCS) junto ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, para que o produto possa ser comercializado como orgânico. Calculou-se cinquenta e seis autorizações nas dezenove feiras orgânicas pesquisadas, sendo a predominância do selo de SPG da ABIO.

Os produtos de processamento simples caseiro ou de fábrica, como tapioca e suco verde, são comercializados com selo orgânico de SPG da ABIO, denominado de Rio Urbano, pois todas as produções, que compartilham esse selo, estão localizadas na cidade do Rio de Janeiro. Para participar das feiras orgânicas comercializando os produtos orgânicos, o produtor ou o comerciante deve, inicialmente, fazer um cadastro na SEDES, com informações a respeito do tipo de produção orgânica e a localização de suas propriedades, no caso daqueles que são produtores. O segundo passo para comercializar nas feiras varia de acordo com as normas de cada gestora.

Para participar das feiras da ABIO, é preciso ser sócio da Associação e pagar uma taxa de R\$53,00 (cinquenta e três reais) por barraca e por feira. Desse valor, R\$22,00 (vinte e dois reais) vão para o aluguel das barracas, R\$ 11,00 (onze reais) para o gerente da feira e R\$10,00 (dez reais) para os custos administrativos e divulgação. Se esta for localizada na Barra, o aluguel fica em R\$25,00 (vinte e cinco reais).

Já nas feiras da Essência Vital e da AULA, são cobradas o valor do aluguel das barracas e mais um fundo de feira, usado para a divulgação e outros gastos. Nas feiras da Essência Vital, o investimento para o aluguel da barraca é R\$ 23,00 (vinte e três reais) e o fundo de feira é de R\$ 10,00 (dez reais), totalizando R\$ 33,00 (trinta e três reais) por barraca e feira. O aluguel da barraca da AULA é de R\$25,00 (vinte e cinco reais) e o fundo de feira também é de R\$10,00 (dez reais). Da arrecadação dos R\$10,00 por feirante destinada ao fundo da feira, a AULA utiliza o montante desse valor para pagar R\$ 30,00 (trinta reais) para a igreja, que fica também na praça, para a utilização do banheiro (no qual a prefeitura quem deveria arcar com essa despesa, disponibilizando um banheiro químico para cada feira) e o restante ela divide entre cobrir os gastos com as taxas administrativas e para investir em divulgação.

Não há cobrança de aluguel na feira da AS-PTA, pois a Associação de moradores da Freguesia doa as barracas para os feirantes. Cobra-se somente uma colaboração de R\$ 10,00 (dez reais) à um produtor para que ele pegue as barracas que são guardadas no Shopping, localizado em frente à praça onde sedia a feira, monte-as no início da feira, desmonte-as e guarde-as ao final, para os demais produtores. A AS-PTA caracteriza-se como uma organização não governamental com fins sociais e, como tal, possivelmente tem acesso a outras fontes de recursos de projetos de cunho social para desempenhar atividades de extensão e de suporte a agricultores tidos como produtores de agricultura urbana. Os produtores da feira de Jacarepaguá estão sob gestão formal da AS-PTA, mas a gestão da feira funciona em associação a Rede Carioca de Agricultura Urbana.

Além de arcar com os citados custos, um novo produtor que quiser participar de uma feira orgânica só poderá ser incluído se houver vaga e se os feirantes que dela participam permitirem através de uma votação, numa assembleia montada no final de cada dia de feira. Essa assembleia também tem a importância de discutir os assuntos, como desafios a serem enfrentados, melhorias, entre outros pontos que os produtores ou feirantes estejam passando.

Um dos problemas resolvidos por esses encontros feitos pelos feirantes foi a questão da localização da feira da Urca, alocada em um local com pouca movimentação que, por isso, não apresentava bom rendimento nas vendas. Apesar da sugestão da troca do ponto, esta não foi aprovada pela Associação de Moradores, mas conseguiram solucionar com o aluguel de uma van, arcada pelos próprios feirantes, que transporta os consumidores de diferentes pontos do bairro, levando-os para a feira e em seguida deixando-os de volta com segurança e praticidade. Essa medida contribuiu bastante para o aumento das vendas do local, de acordo com os feirantes. Contudo, eles não responderam em número preciso o quanto suas vendas melhoraram.

Em cada feira há um gerente de gestão. Seu trabalho é fazer com que se cumpra o acordo de funcionamento do circuito. Dentre outros fatores, ele cuida da coleta de lixo ao final do evento, se encarrega dos alugueis das barracas, faz controle dos produtos através do romaneiro (quais produtos e o quanto cada produtor oferece na feira) e coordena o conselho coletivo, formado por feirantes, produtores e comerciantes, encarregado da tomada de decisões da feira. O romaneiro entregue ao gerente é repassado pela gestora para a SEDES mensalmente, como um relatório, para que esta tenha o conhecimento de como está o volume e os ganhos com a venda dos produtos orgânicos de cada feira. Os feirantes e as gestoras não precisam pagar nenhum imposto para a prefeitura.

As barracas das feiras precisam seguir um padrão. Cada uma delas deve expor uma placa sinalizando a origem dos produtos e o selo de certificação, deve forrar os tabuleiros de acordo com o regulamento da Vigilância Sanitária, além de pendurar a bandeira da logomarca do Circuito carioca de Feiras Orgânicas (Figura 5), para compor a identidade visual do evento. Se caso for utilizado bonés, aventais ou crachás, o feirante deve usá-lo com a logomarca da feira.



Figura 5: Feira da Praça do Ó, na Barra da Tijuca
Fonte: Autora, 2016

Nem todas as feiras seguem o mesmo padrão com relação a cor da lona. A feira de Jacarepaguá se destaca como uma feira agroecológica e não simplesmente orgânica. Suas barracas possuem listras verde escura e o nome “feira agroecológica” estampada, como observado na figura 6. Da mesma forma, identifica-se a feira da Ilha do Governador. Por este motivo, eles limitam a participação para somente de aqueles produtores que seguem uma corrente agroecológica e orgânica.



Figura 6: Feira da Freguesia em Jacarepaguá
Fonte: Autora, 2016

As feiras da Ilha do Governador e de Jacarepaguá são as únicas feiras do circuito que objetivam se destacar como agroecológicas, pois suas gestoras, AULA e Rede Carioca de Agricultura Urbana, fazem parte da corrente de pensamento que acredita que a agricultura orgânica não é agroecológica.

3.1.2 A organização e distribuição dos feirantes nas feiras

Na disposição das feiras, os feirantes são identificados por autorizações que lhes dá o acesso a barracas. O número de barracas de cada feira do circuito é limitado a trinta e sete barracas, pelo regimento interno do circuito, conforme o Artigo oitavo. Contudo, nem todas as feiras respeitam esse limite, conforme contabilizado nos dias de trabalho de campo, no levantamento de dados em cada feira e exposta na tabela 5. Observando essa tabela, percebe-se que das dezenove feiras, apenas três excede o número máximo de barracas ²⁹ por feiras estipulado pela SEDES, sendo a maior delas a feira de Ipanema com quarenta e duas barracas, o que demonstra falta de fiscalização dos responsáveis.

O total do número de barracas não corresponde ao total do número de autorizações de feirantes para cada feira, além de não ser delimitado o número máximo de barracas que cada um pode ter. O que é acordado é que a preferência pelo número maior de barracas é para o

²⁹ Número de barracas observado no dia da entrevista nos levantamentos de trabalho de campo.

produtor que estiver no período de safra de sua plantação, por precisar de um número maior de barracas para expor sua produção. Assim, com relação ao número de autorizações, a maior participação de feirantes ocorre nas feiras do Bairro Peixoto, Afonso Pena e Jardim Botânico, ambas com dezoito autorizações, e todas têm como gestora a ABIO. O maior número de feirantes, contudo, não significa concentração de barracas por autorização, sendo que essas feiras citadas têm em média duas barracas por feirante autorizado. Há outras feiras em que a média é próxima de três barracas por autorização, principalmente nas férias da gestora Essência Vital.

Tabela 5: Número de Barracas que cada feira orgânica possui

Feira Orgânica		N.º Barracas	N.º: Autorizações	Barracas/ Autorização
ABIO	Glória	33	16	2,1
	Ipanema	42	16	2,6
	Bairro Peixoto	38	18	2,1
	Afonso Pena	38	18	2,1
	Arpoador	16	12	1,3
	Jardim Botânico	35	18	1,9
	Leblon	20	11	1,3
	Olaria	8	6	1,3
	Praça do Ó (Barra)	31	13	2,4
	Parque das Rosas (Barras)	21	10	2,1
AS-PTA	Freguesia (Jacarepaguá)	5	6	0,8
AULA	Ilha do Governador	22	15	1,5
Essência Vital	Flamengo	24	9	2,7
	Botafogo	20	8	2,5
	Urca	19	8	2,4
	Laranjeiras	21	8	2,6
	Xavier de Brito	30	12	2,9
	Grajaú	19	7	2,7
	Leme	31	14	2,2

Fonte: Autora, 2016.

A característica principal dos feirantes que comercializam os produtos nas feiras analisadas nessa pesquisa é a organização em grupos de produtores que compartilham o selo do Sistema de Garantia Participativa (SPG). Existem grupos que possuem a experiência de trabalhar com as quatro gestoras do circuito, como o grupo de Agricultores Familiares Orgânicos do Brejal (GP Brejal), no município de Petrópolis, ou com três gestoras, como o grupo Itaboraí, trabalhando com onze feiras.

Os produtores rurais que compartilham o selo SPG também se ajudam nas cadeias de comercialização em que estão inseridos. Na logística de transporte, o grupo pode compartilhar o aluguel do transporte do local da produção até as feiras, ou, quando o carro é próprio, o valor do combustível e pedágios são divididos entre o grupo, ou um produtor se responsabiliza para isso e, como pagamento, cobra a percentagem da venda da produção.

Quanto à venda na feira, no caso de grandes grupos, como é o GP Brejal, que há uma média de 40 famílias, eles se dividem para comparecer a todas as feiras. Quanto maior o grupo, mais famílias compartilham o selo SPG e em maior número de feiras eles conseguem participar (Tabela 6), por que possuem um volume de produção conjunta para tal. Já um grupo pequeno não possui produção suficiente para participar de várias feiras, de acordo com a pesquisa.

Tabela 6: Organização de grupos de feirantes e atuação nas feiras do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas

Organização de grupos de feirantes e atuação nas feiras do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas			
Autorização	Feiras	Autorização	Feiras
AAT - agricultura	1. Afonso Pena 2. Jardim Botânico	Itaboraí	1. Afonso Pena 2. Bairro Peixoto 3. Glória 4. Ilha do Governador 5. Ipanema 6. Jardim Botânico 7. Leblon 8. Parque das Rosas 9. Praça do Ó 10. Olaria 11. Urca
Agroprata	1. Ipanema 2. Afonso Pena 3. Ipanema 4. Praça do Ó 5. Jardim Botânico 6. Jacarepaguá 7. Leblon 8. Parque das Rosas 9. Bairro Peixoto		
Alimenterra (nome Fantasia)	1. Jardim Botânico 2. Bairro Peixoto		
André luiz	1. Leme	Marco Antônio de Souza Pereira	1. Praça do Ó 2. Bairro Peixoto 3. Ipanema
Andreia	1. Arpoador		

Associação Agroecológica de Teresópolis	1. Barra 2. Copacabana 3. Olaria 4. Afonso Pena		4. Jardim Botânico 5. Afonso Pena 6. Leblon
		MPA (Movimento de pequenos agricultores)	1. Ilha do Governador
Brejal (Separado do GP Brejal)	1. Xavier de Brito 2. Urca 3. Laranjeira 4. Flamengo 5. Botafogo	Mudas	1. Ilha do Governador
		Naturalmente Orgânicos	1. Xavier de Brito 2. Urca 3. Leme 4. Grajaú
Chácara Lelanderon	1. Glória 2. Jardim Botânico 3. Ipanema	Nova Friburgo	1. Glória 2. Bairro Peixoto 3. Jardim Botânico
Com amor	1. Arpoador	Orgânico da Serra	1. Praça do Ó 2. Leblon 3. Jardim Botânico 4. Ipanema
Cultivar Brasil Alimentos	1. Copacabana 2. Barra 3. Praça do Ó 4. Parque das Rosas 5. Glória		Orgânicos da Fátima
		Paulo Abreu Associação Agroecológica de Teresópolis	1. Praça do Ó
		Quintal da Vanessa	1. Ilha do Governador
Delicias da Roça	1. Jardim Botânico 2. Ipanema 3. Praça do Ó 4. Freguesia 5. Leblon 6. Olaria 7. Afonso Pena 8. Bairro Peixoto 9. Parque das Rosas	Quitanda Natural	1. Praça do Ó 2. Botafogo 3. Bairro Peixoto 4. Olaria 5. Leblon 6. Grajaú 7. Xavier de Brito 8. Flamengo 9. Urca 10. Leme 11. Arpoador 12. Laranjeiras 13. Jardim Botânico
			Representante Comercial da Bioart, Herbia, Suavite
Domicilio Orgânico	1. Flamengo 2. Afonso Pena 3. Ipanema 4. Botafogo 5. Bairro Peixoto 6. Laranjeiras 7. Glória	Rio Urbano	1. Afonso Pena 2. Arpoador 3. Bairro Peixoto 4. Flamengo
Douglas Borges	1. Barra 2. Olaria 3. Jardim Botânico		

Douglas Silva Gomes	<ol style="list-style-type: none"> 1. Praça do Ó 2. Jardim Botânico 3. Afonso Pena 4. Olaria 		<ol style="list-style-type: none"> 5. Glória 6. Ilha do Governador 7. Ipanema 8. Jacarepaguá 9. Jardim Botânico 10. Laranjeiras 11. Leblon 12. Olaria 13. Parque das Rosas 14. Praça do Ó 15. Urca 16. Xavier de Brito 17. Botafogo 18. Leme 19. Parque Garota de Ipanema
Empresa Loja Orgânica	<ol style="list-style-type: none"> 1. Botafogo 2. Flamengo 3. Urca 4. Laranjeiras 5. Xavier de Brito 6. Leme 7. Grajaú 		
Empresa São Sebastião	<ol style="list-style-type: none"> 1. Flamengo 2. Urca 3. Xavier de Brito 4. Leme 5. Botafogo 		
Fátima	<ol style="list-style-type: none"> 1. Jardim Botânico 2. Jacarepaguá 	Serra Mar	<ol style="list-style-type: none"> 1. Praça do Ó 2. Leblon 3. Jardim Botânico 4. Afonso Pena 5. Bairro Peixoto
Fazenda da Floresta	<ol style="list-style-type: none"> 1. Leme 2. Arpoador 		
Fazenda Delisé	<ol style="list-style-type: none"> 1. Parque das Rosas 		
Fazenda do José	<ol style="list-style-type: none"> 1. Parque das Rosas 2. Arpoador 	Serra orgânico	<ol style="list-style-type: none"> 1. Glória 2. Ipanema 3. Leblon 4. Bairro Peixoto
Fazenda Pedra Altas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Bairro Peixoto 2. Praça do Ó 3. Leme 4. Glória 5. Leblon 6. Afonso Pena 	Shitaki do Roberto	<ol style="list-style-type: none"> 1. Arpoador
		Shitaki na Tora	<ol style="list-style-type: none"> 1. Leme 2. Ipanema 3. Leblon 4. Jardim Botânico 5. Parque das Rosas 6. Grajaú 7. Praça do Ó 8. Glória
GP Brejal	<ol style="list-style-type: none"> 1. Afonso Pena 2. Arpoador 3. Bairro Peixoto 4. Flamengo 5. Glória 6. Ilha do Governador 7. Ipanema 8. Jacarepaguá 9. Jardim Botânico 10. Laranjeiras 11. Leme 12. Leblon 13. Olaria 14. Parque das Rosas 	Sítio Bela Vista	<ol style="list-style-type: none"> 1. Niterói 2. Jardim Botânico 3. Copacabana 4. Leblon 5. Tijuca
		Sítio Cachoeira	<ol style="list-style-type: none"> 1. Grajaú 2. Leme
		Sítio Campo Claro	<ol style="list-style-type: none"> 1. Grajaú
		Sítio Esplendor	<ol style="list-style-type: none"> 1. Bairro Peixoto

	15.Praça do Ó 16.Urca 17.Xavier de Brito 18.Parque das Rosas	Sítio do Zico	1. Praça do Ó 2. Arpoador 3. Ilha do Governador
		Sítio Sosltício	1. Parque das Rosas 2. Arpoador
		Sítio Tapera	1. Botafogo
		SPG Seropédica	1. Glória
		Tinguá Orgânico	1. Jardim Botânico 2. Ipanema
		Viva com Suco	1. Praça do Ó 2. Glória 3. Ipanema 4. Afonso Pena 5. Olaria 6. Parque das Rosas 7. Flamengo 8. Bairro Peixoto 9. Jardim Botânico
Grupo SPG Magé	1. Afonso Pena 2. Xavier de Brito 3. Urca 4. Leme 5. Jacarepaguá 6. Praça do Ó 7. Botafogo		
Grupo verdejar	1. Olaria 2. Ilha do Governador		
Horta Mix - comerciante	1. Arpoador		
Horta Narural de Silva Jardim	1. Ilha do Governador		
Instituto Maniva	1. Xavier de Brito 2. Jardim Botânico 3. Laranjeiras 4. Urca		
INT	1. Ilha do Governador	Vivo Orgânico	Ipanema Jardim Botânico

Fonte: Autora, 2016

Alguns feirantes produtores relataram que nem todos os produtores gostam de participar na venda da feira. Por isso, alguns produtores trabalham na comercialização destes produtos, recebendo uma percentagem do valor das vendas como uma comissão, ou compram a produção com o preço “de roça³⁰” para a revenda. Isto causa conflito entre os produtores da feira, pois essa prática descaracterizaria a venda direta típica do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas e representaria a figura do atravessador. Por outro lado, essa prática poderia significar uma relação em que os produtores se ajudam e se completam, uma vez que aquele que revende não recebe grandes lucros dessa atividade, portanto, é mais uma ajuda de custo para a logística.

Dos produtos que compartilham o selo de SPG, existem aqueles que são vendidos na feira por conta própria arcando com todas as despesas, como o aluguel da barraca, o valor do fundo de feira, o pagamento do administrador, quando houver, e a logística de transporte de sua área de produção até a feira.

³⁰ Um preço inferior ao da feira, exemplo, a alface pode ser comercializada a R\$ 2,00 numa feira orgânica, mas vale entre R\$0,80 a R\$1,00 na roça.

O grupo GP Brejal, localizado na Região Serrana do estado do Rio de Janeiro, é um dos que comporta maior número de famílias de produtores com o selo de SPG que, segundo os entrevistados, são quarenta famílias. O grande número de participantes contribui para se ter a quantidade necessária de produtos para participar de todas as feiras; além da possibilidade de criar uma logística favorável, conseguiram comprar um caminhão para transportar a produção e ter uma mão de obra familiar em grande número para vender a produção nas feiras, embora nesse grupo haja caso de produtores que preferem arcar com as despesas da feira sozinhos, e também aqueles que estão saindo do grupo, migrando para uma OCS.

Os grupos que compartilham o selo SPG são compostos por famílias que tem suas produções no mesmo município, como o grupo de Seropédica, que possui mais de quinze famílias, e o grupo de Agricultores Familiares Orgânicos do Brejal (GP Brejal). No entanto, ainda há grupos que podem ser compostos por famílias de agricultores localizadas em mais de um município, geralmente próximos, como o grupo Orgânico Serra e Mar, com agricultores de Bom Jardim, Duas Barras e Sumidouro, e o grupo de Itaboraí, que se compõem com agricultores de Cachoeira de Macacu, Paty de Alfeires e Itaboraí.

A marca Quitanda Natural é a segunda a participar na maior quantidade de feiras, treze no total. Ela é representada por um grande produtor rural, a Fazenda Dom Bosco, em Silva Jardim, e é a maior produtora agrícola do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, possuindo o selo por auditoria INT. Por ser uma grande produtora, ela tem produção para vender em treze feiras do Circuito e arcar com as suas despesas.

Os demais produtores, que trabalham em pelo menos 50% das feiras orgânicas, são: grupo Itaboraí, com onze feiras, Viva Suco, Agroprata e Delícia da Roça, com nove feiras, Fazenda Pedras Altas e Shitake na Tora, com oito feiras, e Domicílio Orgânico, Loja Orgânica e grupo Magé, com sete feiras. A fazenda Pedras Altas também merece destaque por não fazer parte de grupo de SPG e conseguir participar das oito feiras comercializando produtos *in natura*. Já o Delícias da Roça vende salgados como empadão, empadas, geleias, entre outros, produzidas em uma propriedade em Petrópolis.

Por fim, destacamos o selo do grupo Rio Urbano, que possui certificação da SPG da ABIO, que não são produtores rurais, mas, sim, produtores urbanos, que produzem na cozinha de suas casas os salgados, tortas, pães, biscoitos e outros produtos caseiros. São produtores independentes, e levam seus produtos para a venda. Nesse grupo também há os produtores de Shitake do Rio de Janeiro.

Os produtores que não compartilham o selo orgânico arcam com as despesas do selo. São maioria os maiores produtores rurais ou empresas de processadoras de alimentos.

Não foi possível apurar quantas pessoas participam do grupo Rio Urbano, mas os entrevistados que fazem parte desse grupo apontaram haver um total de 30 pessoas no grupo, todas elas moradores da cidade do Rio de Janeiro. Esse grupo consegue participar de todas as feiras por ser formado por pessoas independentes entre si, que moram nos bairros onde as feiras são localizadas. Mas há aqueles que trabalham entre uma a três feiras, em dias da semana diferentes e até em mais, contratando um funcionário para vender, ou tendo um membro da família para cumprir com a atividade da venda em diferentes feiras. É o caso do Shitake na Tora, uma empresa maior, que consegue atuar em quase todas as feiras, contratando funcionários, e o Viva Suco, que embora não seja uma grande empresa, da mesma forma, consegue participar de nove feiras.

3.1.3 A relação das feiras com a área de produção

Não foi possível realizar um levantamento das áreas de produções de cada produtor que comercializa no circuito, pois tivemos dificuldades de contar o número de famílias que compartilham o selo orgânico. Por outro lado, foi possível localizar quais os municípios que produzem e abastecem o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. A região Serrana é a que comporta mais municípios, com nove no total, sendo a principal região principal produtora. Em seguida, encontra-se a região metropolitana do Rio de Janeiro, com cinco municípios, e as regiões Centro Sul e Lagos, com quatro municípios (tabela 7).

Tabela 7: Localização dos estabelecimentos de produção orgânica de feirantes/produtores Circuito de Feiras Orgânico Carioca/ Por região

Localização dos estabelecimentos de produção orgânica de feirantes/produtores Circuito de Feiras Orgânico Carioca/ Por região		
Região Metropolitana	Região Serrana	Região Centro Sul
Rio de Janeiro	Bom Jardim	Engenheiro Paulo de Frontin
Itaboraí	Cachoeira de Macacu	Paraíba do Sul
Magé	Cordeiro	Paty dos Alferes
Nova Iguaçu	Duas Barras	Vassouras
Seropédica	Nova Friburgo	Total:4
Total: 5	Petrópolis	Região dos Lagos
	São José do Vale do Rio Preto	Araruama
	Sumidouro	Casimiro de Abreu
	Teresópolis	Saquarema
	Total: 9	Silva Jardim
		Total: 4

Fonte: Autora, 2016

A Região Serrana é uma das regiões do estado do Rio de Janeiro que se destaca, tradicionalmente, a nível estadual, como produtora de hortaliças e onde o movimento de agricultura orgânica deu seus primeiros passos no estado e no Brasil. Já a região metropolitana é foco de campanhas para o desenvolvimento de agricultura urbana que vem ganhando força com o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, principalmente na cidade do Rio de Janeiro.

Um desses movimentos para o incentivo da prática de agricultura urbana é o “Quintal Orgânico”, que tem como um dos seus incentivadores a Rede Carioca de Agricultura Urbana. Este projeto vem dando um saldo positivo, tanto que, atualmente, há produtores orgânicos que cultivam em seus quintais o suficiente para vender no circuito, principalmente nas feiras da Ilha do Governador e da Freguesia. Esta última foi inaugurada pela AS-PTA para servir de canal de comercialização de agricultores em Vargem Grande, na cidade do Rio de Janeiro, e que acabou atraindo outros produtores próximos à feira da Freguesia, como da Taquara, Curicica e Colônia Julião Moreira, que fazem parte do perímetro urbano da cidade.

A localização das produções está espacialmente próxima da região metropolitana do Rio de Janeiro, figura 7. A concentração beneficia os produtores de verduras, legumes e frutas, produtos altamente perecíveis que, por se localizarem próximo ao mercado consumidor, que é a capital do estado do Rio de Janeiro, onde as feiras do circuito são sediadas, se beneficiam com a logística de transporte para escoar suas produções rapidamente e com um baixo custo, sem necessidade de tecnologias no transporte para isso ou de acondicionamento especializado, como câmaras climatizadas.

Localização das Produções do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas

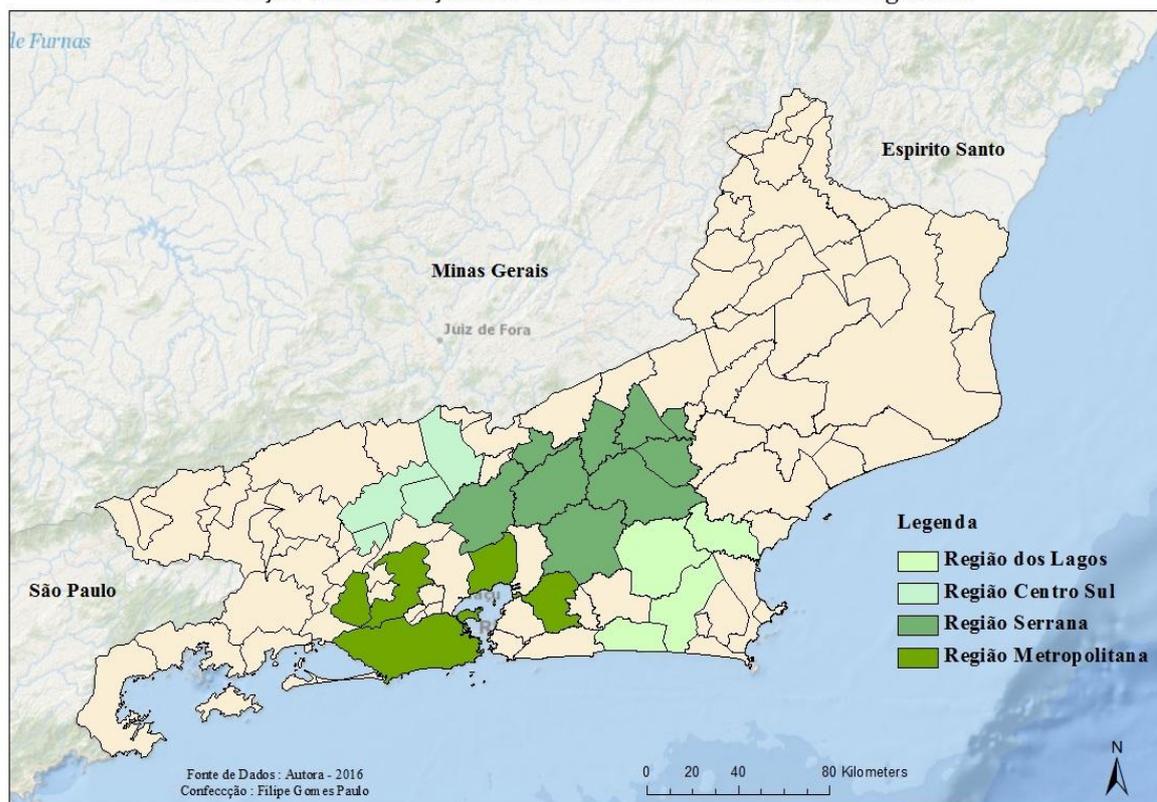


Figura 7: Mapa da Localização dos Produtores do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas.
Fonte: Autora, 2016.

A proximidade da área de produção à região metropolitana do Rio de Janeiro parece com a lógica de proximidade de Von Thunen, na qual a produção de gêneros altamente perecíveis tendia a se concentrar em uma área próxima do mercado consumidor, no nosso caso, a cidade do Rio de Janeiro, sendo que os produtos devem ser transportados em tempo rápido entre a área de produção e o mercado (Von Thunen apud Diniz, 1984).

No entanto, a lógica de Von Thunen tem sido criticada por não ser aplicada na maioria dos casos do cenário entre a área de produção e comercialização dos dias atuais. A entrada da tecnologia na questão da infraestrutura de conexões entre área de produção, produto, mercado, o meio de transporte, armazenamento e acondicionamentos para preservação dos produtos, em geral, sofreu grandes progressos. Isso permite que áreas mais distantes consigam escoar seus produtos para determinados mercados sem sofrer com os danos ligados à perecibilidade dos produtos, desde que a demanda e preços se façam atraentes. Esse fato poderia trazer uma grande competitividade com produtos paulistas, como já ocorridos em comercialização de produtos orgânicos em passado recente no Rio de Janeiro (FERES, 2012).

Exatamente por isso, para evitar esse problema, nas feiras do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas só podem ser comercializados produtos oriundos do estado do Rio de Janeiro. A limitação da figura do comerciante, até dois por feira, funciona como um fator de protecionismo para os produtos e agricultores do estado do Rio de Janeiro.

Pensamos que aproximação da produção com a área de comercialização que compõem o cenário do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas pode ser explicado e justificado pelo fato de que os próprios produtores que criaram as feiras orgânicas estão localizados nessas regiões. A produção já existia, principalmente na região serrana, e a maior oportunidade de mercado para a comercialização orgânica sempre foi o Rio de Janeiro. A formação do circuito e a venda direta foram estratégias dos produtores em suplantar problemas de concorrência e de intermediações, a partir de experiências próprias com feiras antecedentes ao circuito.

3.2 Os comerciantes do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas

3.2.1 Os diferentes tipos de feirantes nas feiras do circuito

Os feirantes são os atores que atuam diretamente na venda dos produtos orgânicos. Em virtude da diversidade dos perfis dos feirantes, esses atores foram agrupados inicialmente em duas categorias: o feirante produtor, representando 52% dos feirantes, e o feirante não produtor, representando 24% dos feirantes. No decorrer da análise, foi possível identificar que essas categorias também são diferenciadas, criando-se uma tipologia, observando uma subdivisão entre elas (figura 8).

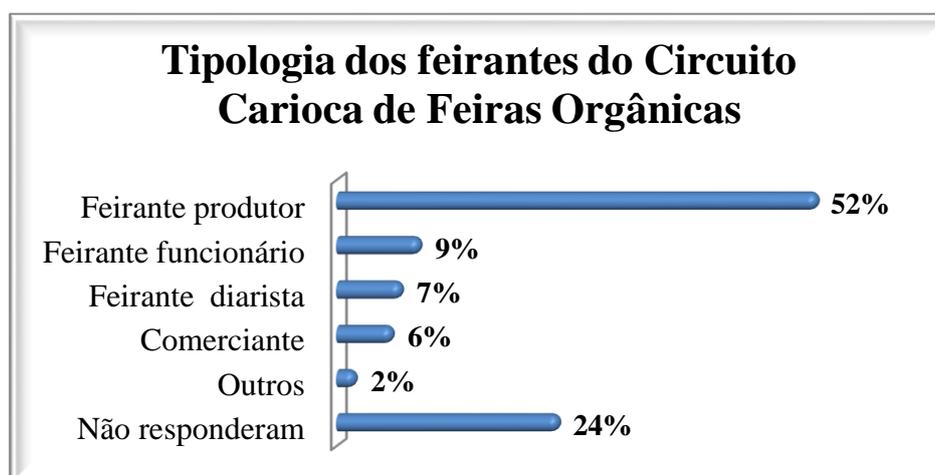


Figura 8: Tipologia dos feirantes do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas
Fonte: Autora, 2016

Dentre os feirantes identificados, o feirante produtor é o mais comum nas feiras do circuito. Eles são o que constroem e caracterizam o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas como um circuito curto. Mesmo assim, dentro dessa tipologia, foram encontradas diferenças entre eles, decidindo-se subdividi-los em: produtores rurais, produtores de processamento doméstico em pequena escala e produtores rurais que, na feira, também trabalham para terceiros. Os feirantes que não foram identificados como produtores inicialmente foram vistos como comerciantes, mas, no decorrer da análise, observamos diferenças entre eles, o que permitiu identificar os seguintes tipos de feirantes trabalhando exclusivamente na comercialização: comerciantes, diaristas e feirante funcionário.

Dentre os feirantes produtores, os produtores rurais representam 76% dessa categoria, e são aqueles que produzem e vendem seus próprios produtos na feira, *in natura*, como frutas, legumes, verduras, ovos e frangos. Nessa categoria também está inserida a mão de obra familiar, quando o membro da família trabalha na lavoura ou exerce outra função na cadeia produtiva, ajudando a família vendendo os produtos nas feiras, sem receber um salário por isso. É o caso de filhos ou pais, sogros, ou sobrinhos de agricultores rurais que se identificaram como produtores quando inqueridos. É de se esperar que essa relação ocorra no circuito, pois a maioria dos produtores rurais do circuito é agricultor familiar.

Os produtores de processamento doméstico e com produção em pequena escala comercializam, entre outros materiais, bolos, tortas, café, pão, biscoito, ou mesmo suco de frutas feito na hora, e podem ser considerados produtores artesanais de alimentos. Nesses casos, o próprio produtor é o feirante, ou coloca um membro da família para exercer essa função, quando participa de mais de uma feira no mesmo dia.

Há casos de agricultores que, além de produzirem em suas propriedades, também são contratados para trabalhar na produção de terceiros, e vendem ambas as produções, a dele e a de seu patrão nas feiras do circuito, compartilhando o selo de SPG.

Em virtude de as barracas muitas vezes representarem o grupo de famílias que compartilham o selo de SPG, foram relatados casos de produtores rurais que não gostam de viajar até a cidade do Rio de Janeiro para vender seus produtos nas feiras, e, por isso, passa a produção para os representantes do grupo SPG para vender para eles, sendo apenas descontado o valor do transporte e os custos com as feiras orgânicas, como aluguel de barracas, por exemplo. Ou, então, eles vendem suas produções ao preço da roça, para outro membro do SPG revender na feira orgânica. Esse tipo de caso é duramente criticado por alguns produtores rurais que vendem suas próprias produções nas feiras orgânicas, alegando que essas pessoas se

tornaram revendedores, fugindo do propósito da criação das feiras orgânicas. Por um lado, realmente perde-se a característica principal da feira, que é a do próprio produtor rural vender seus produtos, venda direta. Mas por outro, não é todo o produtor rural que está preparado para arcar com as despesas do deslocamento de sua produção até a feira, investir no aluguel da barraca semanalmente e, dependendo da gestora da feira, também investir no pagamento ao gerente, ou ainda, que mesmo que tenha recursos para esse investimento, não possui o perfil para vender na feira orgânica e entrar em contato com o consumidor. Por isso, a compra e a revenda nas feiras orgânicas podem beneficiar esse tipo de produtor, pois é uma forma de vender sua produção. A figura do atravessador da feira orgânica surgiria para preencher esse hiato. Os atravessadores, identificados pela autora, não são de fora do contexto da produção rural, mas, sim, os que possuem vínculo familiar com o produtor rural.

Caso similar ao descrito, a gestora da AULA apresentou, em entrevista, produtores rurais que foram convidados a comercializar seus produtos na feira orgânica, mas não o fazem por não conseguir levar seu produto até o local da comercialização. Para solucionar essa lacuna, a gestora relatou que vem pedindo ajuda para a prefeitura para disponibilizar um veículo para buscar esses produtores e produtos ou um parceiro que faça isso como voluntário. A dinâmica da própria feira permitiu que os feirantes criassem laços com outros, por isso há mais casos de feirantes com permissão para trabalhar na feira que dividindo a barraca com outros produtores, ou feirante comercial que vende seu produto junto com o feirante produtor artesanal de alimentos.

Os feirantes comerciantes são aqueles que o regimento do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas classifica como mercador, aquele que compra e revende os produtos orgânicos de outros estados para comercializar nas dezenove feiras orgânicas, somando 6% do total dos feirantes.

Os feirantes funcionários são aqueles que trabalham para terceiros, sejam para o produtor rural ou para uma empresa de processamento artesanal. Eles representam 9% dos feirantes. Quando são empregados de um produtor rural, também trabalham na lavoura ou fazem parte do contexto rural da produção, como motorista que faz a entrega das produções. Quando trabalham para uma empresa de processamento, eles trabalham na produção ou cumprem outras funções na empresa, como na área administrativa. Eles foram agrupados por receberem um salário mensal, trabalhando nas feiras para cumprir seus horários de trabalho.

Já os feirantes diaristas são aqueles contratados para vender os produtos orgânicos no dia da feira. Eles não estão envolvidos ou não fazem parte da cadeia produtiva orgânica e não

são funcionários de empresa, contudo eles são sensibilizados e se identificam com o movimento orgânico. Nesse tipo de feirantes, foram identificados estudantes universitários, desempregados ou amigos do dono da barraca, que utilizam o trabalho do dia da feira como complemento de sua renda. Eles são 7% dos feirantes das feiras.

Durante as entrevistas aos feirantes, foram encontrados casos de voluntários, amigos do dono da barraca e de representantes comerciais, que foram agrupados como outros, representando 2% dos inqueridos. O restante dos feirantes, 24%, não aceitou dar entrevista, ou por algum motivo não se identificaram como feirante produtor, funcionários, diaristas ou comerciantes.

3.2.2 O Perfil dos Feirantes Produtores Rurais

Para entendermos a feira como um fator de estímulo à produção rural, principal preocupação da presente pesquisa, focamos analisar o perfil dos feirantes produtores rurais, os agricultores ou os donos da produção orgânica, através do levantamento de seus perfis, levando em consideração o nível de escolaridade, o gênero, a idade, o que os motivaram a comercializar nas feiras orgânicas, se eles conseguem sobreviver exclusivamente da atividade agrícola orgânica e de que maneira eles realizam a logística de transporte de suas produções.

Considerando que o circuito se caracteriza como mão de obra familiar, cada membro da família tem sua função e atividade dentro do núcleo familiar para o êxito da atividade agrária, assim a função de ir à feira e vender o produto agrícola é realizada predominantemente por homens 75% (figura 9).

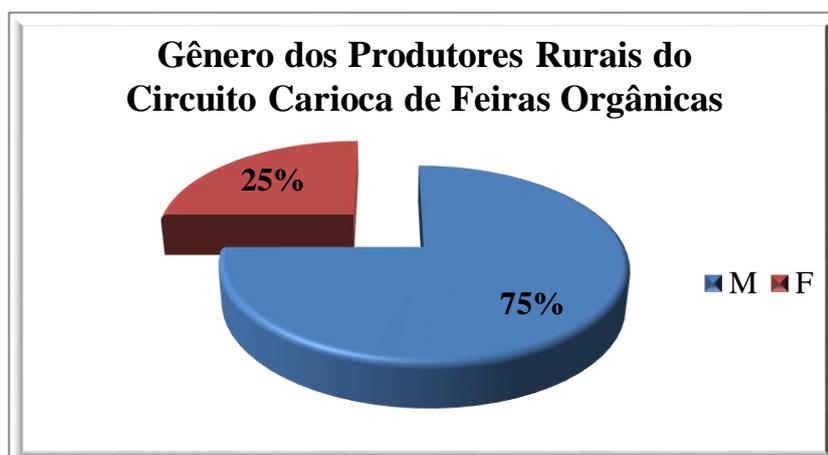


Figura 9: Gênero do Produtores Rurais do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas
Fonte: Autora, 2016

Algumas mulheres acompanham o marido ou o pai; outras cobrem outra feira enquanto o cônjuge está em uma. Poucas são produtoras rurais, donas da produção. Desta forma, justifica-se como masculina a atividade do comércio no Circuito. A predominância das mulheres como produtoras está na tipologia apresentada de feirante produtor de alimentos artesanais, como pães, tortas, biscoito, geleia e outros, as quais não estão nesses 25%.

Com relação à idade, são predominantes os feirantes entre 46 e 55 anos, que representam 28% (figura 10) dos feirantes produtores rurais. Segundo entrevista, nessa faixa etária estão os agricultores que começaram a primeira feira orgânica da cidade do Rio de Janeiro, a feira da Glória, em 1994, há vinte e dois anos atrás. Em seguida, e com percentagens próximas, estão os jovens de até 25 anos, 21%, e os adultos entre 26 a 35 anos, com 19%. Já na faixa entre 56 a 66 anos estão os 17% dos feirantes. As de menores incidências estão os da faixa etária entre 36 a 45 anos, com 9%, e os maiores de sessenta e seis anos, com 6%. A menor presença de idosos na atividade comercial das feiras pode-se esperar, mas não tivemos informações para explicar o comportamento da classe etária de 36 a 45.

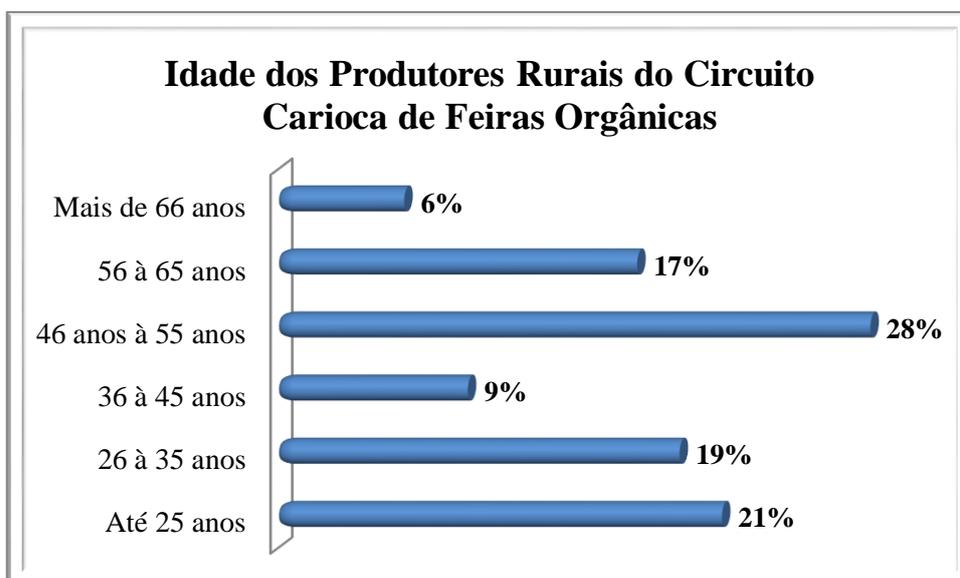


Figura 10: Idade dos Produtores Rurais do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas
Fonte: Autora, 2016

Os jovens na faixa etária de até 25 anos são os que vendem os produtos orgânicos produzidos pelos pais, ou os que herdaram a vocação de agricultores dos pais, ou sentiram motivados com o êxito das suas vendas, resolvendo iniciar também sua própria produção orgânica, dessa forma, filhos viraram sócios dos seus pais, caracterizando a mão de obra familiar. A gestora Essência Vital vem incentivando os filhos de agricultores a investir na

agricultora orgânica, tanto que, na feira do Leme, há exemplos de jovens agricultores que foram estimulados pela gestora. Isto é muito positivo, pois em pesquisa da monografia da autora destinada aos produtores rurais, em 2013, muitos agricultores reclamaram que seus filhos resolveram seguir caminhos diferentes das atividades agrárias, fazendo com o que o campo perca mão de obra. Ou seja, passados três anos, já começamos a perceber o retorno para as atividades rurais, um impacto positivo que o circuito consegue fomentar, e que será melhor trabalhado no próximo capítulo.

A última faixa etária, de mais de 65 anos, é composta predominantemente de aposentados, que resolveram investir na atividade agrícola, ou seja, são de origem urbana. Há, também, aposentados que estão trabalhando para ajudar os filhos ou genros.

Quanto ao nível de escolaridade dos feirantes, a pesquisa indicou que a maioria, 32% dos entrevistados, estudou até o ensino médio, incluindo ensino técnico (figura 11). Dessa porcentagem, alguns já estão cursando o nível superior, mas que ainda não terminaram seus estudos, e também aqueles que começaram a estudar e não concluíram, pois saíram da faculdade por algum motivo.

Em seguida, estão os produtores rurais com formação de nível superior, somando 30% dos entrevistados, mas que podem ser divididos entre somente o ensino superior, com 13%, e a pós-graduação, com 17%. Nessas faixas estão produtores formados em economia, direito, geografia, agronomia, psicologia, marketing, e pós-graduação nessas áreas ou em gestão ambiental e ecologia humana, alguns até exercendo também essas atividades. Com 27%, estão aqueles com formação de nível fundamental e, com 13%, fundamental ainda incompleto, seja por terem abandonado a escola, seja por nunca ter frequentado uma.

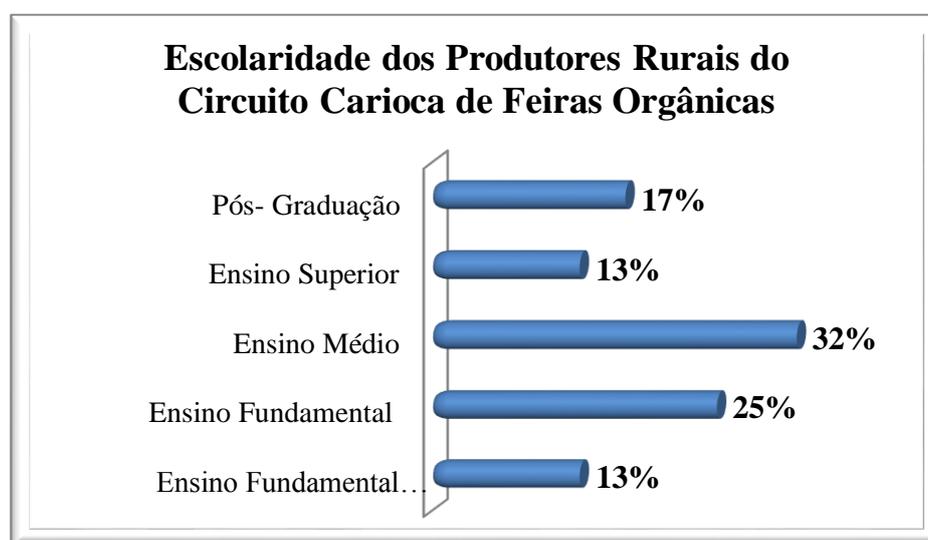


Figura 11: Escolaridade dos Produtores do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas
Fonte: Autora, 2016

Os produtores agrícolas que sobrevivem exclusivamente com os rendimentos da atividade agrícola urbana e possuem grau de escolaridade entre fundamental e médio somam 63% (figura 12). Os de nível superior, em maioria, não vivem exclusivamente da comercialização dos produtos agrícolas; muitos deles estão como produtores artesanais de bolo, pães e biscoitos e moram na cidade, compartilhando o selo do Rio Urbano.

Os produtores agrícolas que não conseguem viver exclusivamente da renda da feira, 22%, são aposentados, agricultores, que exercem outra atividade não agrária, ou então contribuem com outros membros da família em outra atividade não agrícola. Também há aqueles produtores que iniciaram a produção orgânica a pouco tempo e que, por isso, ainda não conseguem atingir o rendimento necessário para sobreviver somente da agricultura, mas tem objetivo de fazê-lo. E por fim, há também os produtores que viram a produção orgânica como oportunidade de negócio como uma renda extra, mas que possui uma atividade remunerada principal; são, predominantemente, produtores com nível superior.

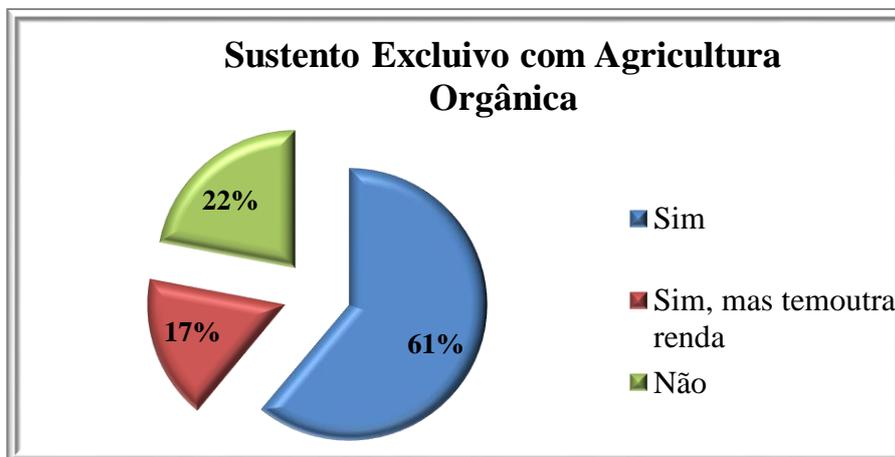


Figura 12: Sustento Exclusivo com a Agricultura Orgânica
Fonte: Autora, 2016

Produtores que podem viver exclusivamente da feira, mas possuem uma segunda atividade somam 17%. Por algum motivo não identificado, talvez por objetivar uma melhor segurança financeira, preferem manter outras atividades além da agrícola.

A formação do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas tem como um de seus objetivos atrair e estimular a produção orgânica no estado do Rio de Janeiro com os agricultores que já estavam no meio rural. De fato, isso ocorreu com destaque aos filhos de produtores que voltaram para a atividade da agricultura, conforme mencionado anteriormente. Contudo, a pesquisa indicou que o circuito também incentivou os chamados “novos rurais”, produtores

com nível superior, muitos deles da cidade, mas foram para o meio rural em busca de uma qualidade de vida melhor, similar aos pioneiros da agricultura orgânica, iniciando e estimulando a expansão do movimento orgânico no estado do Rio de Janeiro e no Brasil. Uma parte destes “novos rurais” migraram para o meio rural para produzir orgânicos, buscando uma vida mais saudável, sim, mas também, em menor percentagem, os que enxergaram a produção orgânica como uma oportunidade de mercado e de lucro, fugindo, portanto, do perfil em questão.

O transporte mais utilizado pelos feirantes para conectar a área de produção com a feira orgânica é o carro próprio, somando 84% dos feirantes (figura 13). Desses produtores com o transporte próprio, cerca de 25% conseguiram comprar um veículo com a ajuda de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)³¹.

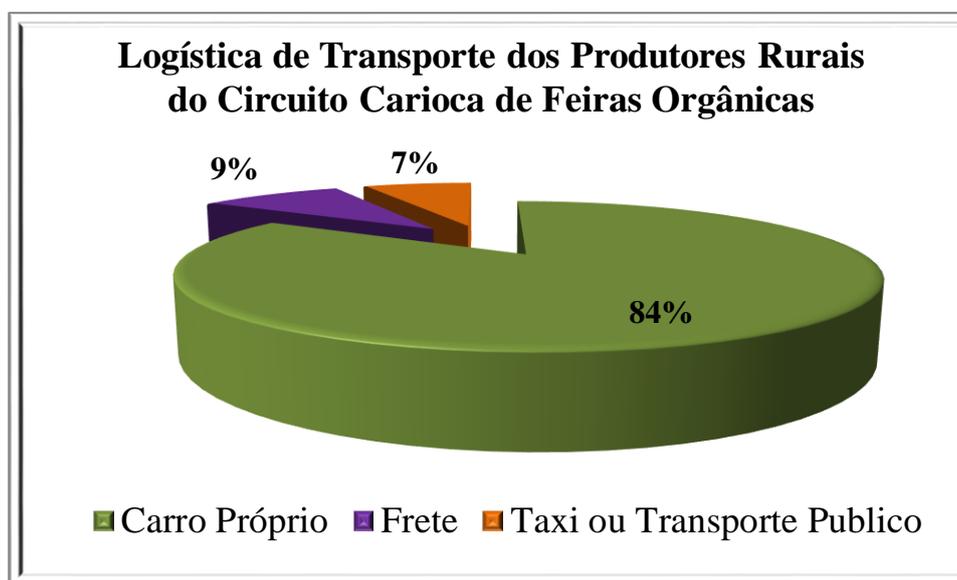


Figura 13: Logística de Transporte dos Produtores Rurais do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas
Fonte: Autora, 2016

Com um número bem reduzido, 9% dos feirantes fretam um caminhão. Desse número, uma parte dos grupos de SPG divide o valor do frete do transporte, que varia entre R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), quando alguém da feira já tem um carro e faz um preço amigo, e até R\$ 2000,00 (dois mil reais), quando esses valores são divididos para cinco ou seis pessoas, o que normalmente acontece, ficando mais acessível, saindo para cada um de R\$300,00 (trezentos reais) a R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

³¹O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas.

Há feirantes agricultores que utilizam taxi, transporte público ou vans. O agricultor que utiliza esse meio de transporte é o que vive próximo as feiras orgânicas, dentro do perímetro urbano da cidade do Rio de Janeiro, em lugares como Taquara, Curicica e Colônia Julião Moreiras. São os produtores que foram incentivados pelo programa Quintal Orgânico, já mencionado anteriormente.

Retomando os principais pontos deste capítulo, a localização das produções orgânicas está na região Serrana, próxima a região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, e também nessa última região. Essa localização pode ser explicada pelo fato da maioria dos produtos comercializados na feira formarem o chamado mercado nervoso (frutas, legumes e verduras) denominado por Campos (2002). Portanto, a necessidade de escoar a produção com maior rapidez.

Os produtores orgânicos, em sua maioria, estão organizados por grupos que compartilham o selo de garantia orgânica ou que atuam sozinhos. O perfil dos feirantes que trabalham nas feiras livres orgânicas é, em maioria, de produtores agrícolas, mas há uma grande participação de feirantes contratados pelos produtores para vender seus produtos nas barracas das feiras. A presença de pessoas com níveis de escolaridade mais alta contribui para a solução de problemas seja na produção, seja na comercialização, uma vez que a maioria participa de grupos organizados que atuam nas feiras.

Ainda no que tange ao perfil dos feirantes, há a predominância de pessoas com o nível de escolaridade do ensino médio, embora exista um caso de um agricultor que não sabe ler e nem escrever e outro que possui o diploma de mestre em biologia. A maioria dos feirantes consegue o êxito com o trabalho com os produtos orgânicos que tem sido estimulado com a criação e expansão do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas.

IV. OS IMPACTOS DO CIRCUITO CARIOCA DE FEIRAS ORGÂNICAS NA AGRICULTURA ORGÂNICA

Esse capítulo pretende analisar os impactos do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas na produção orgânica do estado do Rio de Janeiro, observando se houve um real estímulo ao aumento deste tipo de produção com comercialização em circuito curto de alimentos orgânicos na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Preocupou-se analisar de que forma as feiras livres beneficiam os agricultores para o aumento de sua produção e comercialização, no caso, agricultores familiares orgânicos do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. As feiras são o ponto de contato de produtores e consumidores através da comercialização e essa relação repercute tanto na área de produção quanto no local da comercialização, além de entre os atores envolvidos.

A primeira parte do presente capítulo traz uma breve contextualização histórica da importância das feiras livres, bem como suas características que as distinguem como circuito curto, propiciando o desenvolvimento do espaço rural local quando há êxito em sua comercialização.

A análise da relação das feiras com a área de produção de agricultura orgânica no estado do Rio de Janeiro foi investigada através da comparação das formas de escoamento dos produtores anteriores e após a participação de produtores no circuito, apresentando as principais vias de comercialização e através da percepção dos produtores sobre a influência das feiras em suas produções, considerando o tempo de participação no circuito, volume e controle das vendas.

Como não há registro preciso de dados da quantidade da evolução produtiva de cada produtor, a pesquisa utilizou dados qualitativos, da experiência e visão que cada produtor tem com relação ao volume de suas produções. Assim, analisamos por meio de percentagem dita pelos envolvidos o quanto suas produções cresceram ou não. Para completar tais dados, preocupamos em analisar de que maneira eles conseguem perceber a evolução do volume das suas produções e como os produtores controlam suas vendas no circuito. Nessa parte da pesquisa, as perguntas foram focadas somente nos feirantes produtores.

4.1 A feira como canal alternativo à produção de pequenos produtores

Historicamente, as feiras representam um importante canal de comercialização de produtos de diferentes regiões, com origem na troca de mercadorias à longa distância, como do Oriente para o Ocidente, como Souto Maior (1978) destaca na formação das feiras da idade média. As feiras livres também recebem importância por estimular o desenvolvimento das cidades devido às realizações de intercâmbios de mercadorias e consequente abastecimento da população durante este período (WEBER, 1979; VEDANA, 2004).

Atribui-se à idade média a formação oficial das feiras livres motivadas pelo aumento da produção agrícola. Sua existência e formação relacionam-se com o excedente de produção, que, com as sobras de uns e a falta de outros, fez com que surgisse o intercâmbio de mercadorias entre os diferentes grupos da população. Segundo Lopez (2014),

No século XIII, algumas regiões rurais aumentaram suas produções agrícolas estimulando as famílias camponesas a produzir mais do que o necessário para subsistência. Este fato contribuiu para trocas de alimentos e, posteriormente, para venda dos excedentes agrícolas. (LOPEZ, 2014, p. 30)

No Brasil, as feiras livres surgiram com o processo de colonização, diferentemente de outros países da América Latina, onde já existiam antes da chegada dos colonizadores (ANJOS *et. al.*, 2005), cumprindo duas funções primordiais: abastecimento de alimentos aos primeiros adensamentos humanos e o papel de elemento estruturante da organização social e econômica das populações (ANJOS *et. al.*, 2005; VEDANA, 2004).

Atualmente, as feiras livres são identificadas como elementos importantes na estrutura social do meio urbano (VEDANA, 2004). Segundo Mascarenhas e Dolzani (2008), a feira livre no Brasil “(...) constitui modalidade de mercado varejista ao ar livre, de periodicidade semanal, organizada como serviço de utilidade pública pela municipalidade e voltada para a distribuição local de gêneros alimentícios e produtos básicos” (MASCARENHAS e DOLZANI 2008, p.75). Maria Clara Pieri *et al* (2009) acrescenta que as feiras livres são eventos periódicos, que ocorrem em espaços públicos, como praças e ruas, onde os feirantes e produtores realizam trocas comerciais de mercadorias para garantir suas condições materiais de vida.

Há opiniões de que, dentro da lógica capitalista moderna, as feiras livres possuam características de mercado que oferecem a melhor oportunidade para que o pequeno agricultor familiar possa comercializar o excedente de sua produção, adquirindo, assim, a independência econômica, com o objetivo de disponibilizar e valorizar o acesso a alimentos de qualidade oriundos da produção familiar (BRASIL, 2007b). Essa visão está na base dos princípios

fundadores do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, haja vista os atores envolvidos e as normas regulatórias do seu funcionamento que reforçam o papel favorável das feiras junto a produtores com menor escala de produção.

As vantagens do mercado das feiras para os produtores, de uma maneira geral, são: a entrada/saída de feirantes não altera os preços praticados; os preços são fixados de acordo com os concorrentes; o valor recebido pelo produtor é igual ao pago pelo consumidor; grande oscilação de preço entre o início e fim da feira; vendas feitas geralmente em dinheiro; volume comercializado pequeno, em comparação a grandes redes de supermercados, Ceasa ou outros meios de comercialização e a fidelização pela qualidade (FIGUEIREDO *et al.*, 2003). A proposta do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas envolve esses elementos, visando, essencialmente, maior rapidez na negociação com a venda direta e a eliminação de intermediários e redes varejistas dos supermercados.

Para o pequeno agricultor, as feiras possuem a maior certeza de venda da produção por serem canais alternativos de mercado, pois não são hostis ao produtor agroecológico (LOPES, 2014). Dessa forma, as feiras tornam-se pontos chave na comercialização dos produtos agroecológicos, devido a capacidade de promover a aproximação com os consumidores (LOPES, 2014; TOFANELLI *et al.*, 2009; ROCHA *et al.*, 2010)

Por isso que Maria Clara Pieri *et al* (2009) e Anjos *et al.*, (2005) destacam que as feiras livres podem colaborar com programas e estratégias de desenvolvimento local. Seguindo a linha de pensamento exposta pelos citados autores, o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas possui os atributos necessários para ser um canal eficaz de venda, tendo como consequência o incentivo da produção orgânica do estado do Rio de Janeiro.

4.2 A relação do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas com a produção agrícola

Partimos do pressuposto de que o tempo de existência da comercialização direta na cidade do Rio de Janeiro deva interferir no impacto da comercialização na produção agrícola, e que a abertura do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas estimularia a produção. Nesse sentido, é necessário salientar três pontos. Primeiramente, o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas teve suas primeiras feiras inauguradas em 2010, o que explica o maior percentual de feirantes trabalhando há seis anos nas feiras do circuito. O segundo ponto é que a feira do Gloria foi inaugurada no ano de 1994, e incorporada ao circuito em 2010, por isso 7% (figura 14) dos

produtores responderam que trabalham na feira orgânica há vinte e dois anos. O último ponto a ser ressaltado é que um ano antes da abertura do circuito, foram realizadas feiras temporárias orgânicas na rua do Lavradio no bairro da Lapa, e que, por isso, 2% dos entrevistados responderam que trabalham nas feiras orgânicas há cerca de sete anos, antes da inauguração do circuito.

Sem dúvida, com Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, a atração às novas feiras na cidade foi imediata, tanto que os produtores que trabalham no circuito há cerca de seis anos representam 25% dos feirantes produtores. Isso em si demonstra uma demanda reprimida por novos postos de comercialização e a existência de potencial de produção para expansão da oferta de produtos orgânicos. O sistemático aumento de novos produtores feirantes nos anos seguintes, à medida que se abriam novas feiras a cada ano, é outro indicador desse potencial, tanto que 66% dos feirantes inseriram-se no circuito a partir do segundo ano de funcionamento do circuito.

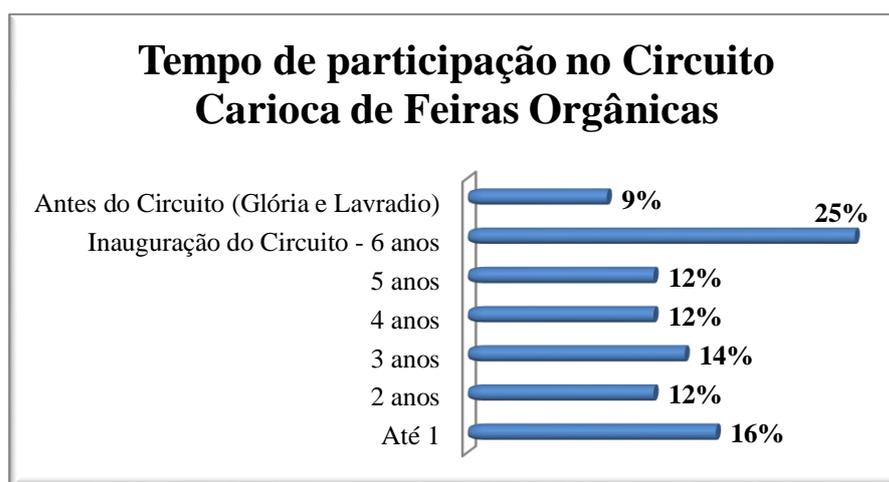


Figura 14: Tempo de participação no Circuito Carioca de Feiras Orgânicas
Fonte: Autora, levantamento direto nas feiras 2015 e 2016.

A cada feira inaugurada, entram novos produtores vendendo seus produtos. No último ano, nota-se um aumento considerável de participação ligado ao incentivo a participação dos filhos dos produtores no circuito, vendendo suas produções como seus pais. A feira do Leme, uma das últimas feiras inaugurada, caracteriza-se por ter um grande número de filhos de produtores que decidiram trabalhar na agricultura e vender suas produções. Já as feiras do Bairro Peixoto, Glória, Ipanema, Leblon e Jardim Botânico são aonde estão os produtores mais antigos do circuito.

Antes da inauguração do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, 28% dos produtores escoavam suas produções para lojas, restaurantes, Ceasa, supermercados e hortifrútiis, enquanto 25%

vendiam diretamente de suas propriedades, seja na porta de casa, por entrega em domicílio, incluindo pedidos por internet e cestas ou somente para amigos e familiares (figura 15). No caso de participação em feiras, 20% dos atuais feirantes produtores vendiam em outras feiras, sejam elas convencionais ou orgânicas e não apenas no Rio de Janeiro, como também em Itaipava e Friburgo. A comercialização direta e próxima caracterizando um circuito curto sempre foi uma modalidade na cadeia de produção orgânica no estado do Rio de Janeiro, tanto que apenas 9% vendiam para os atravessadores.

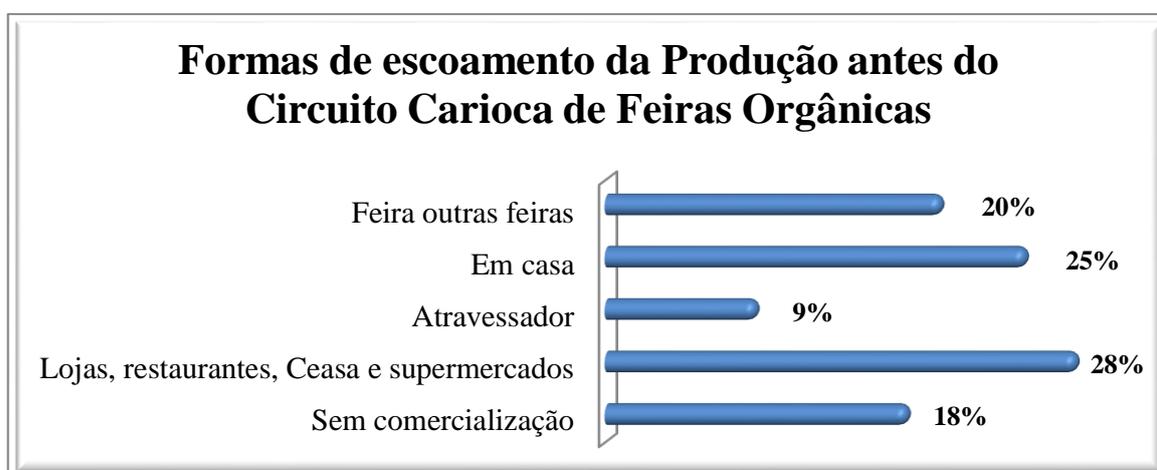


Figura 15: Formas de escoamento da Produção antes do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas
Fonte: Autora, 2016

Um número considerável de produtores, 18%, começou a vender seus produtos, ou mesmo iniciou suas produções orgânicas com a inauguração do circuito, sendo eles incentivados pelo circuito a produzir os produtos agrícolas. Esse fato já indica que o circuito está sendo favorável para o aumento das produções agrícolas.

Os impactos do circuito na agricultura orgânica no estado do Rio de Janeiro são também analisados a partir do aumento da produção agrícola destinada à venda nas feiras neste evento. Para tanto, foi perguntado aos produtores o quanto eles avaliam que suas produções cresceram com sua inserção ao Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. Essa pergunta foi objetiva, oferecendo quatro opções de respostas: 0%, para nenhum crescimento, 25%, 50%, 75% e 100% de crescimento.

Dos entrevistados, 43% acredita que sua produção aumentou em cerca de 75% depois que eles passaram a participar do circuito e 7% afirma ter dobrado a sua produção. Somados, representam 82% de produtores que associam a ampliação das feiras orgânicas a um forte e positivo impacto sob suas produções. Também significativo que 36% consideram a importância das feiras para um crescimento entre 25% a 50% da produção (Figura 16).

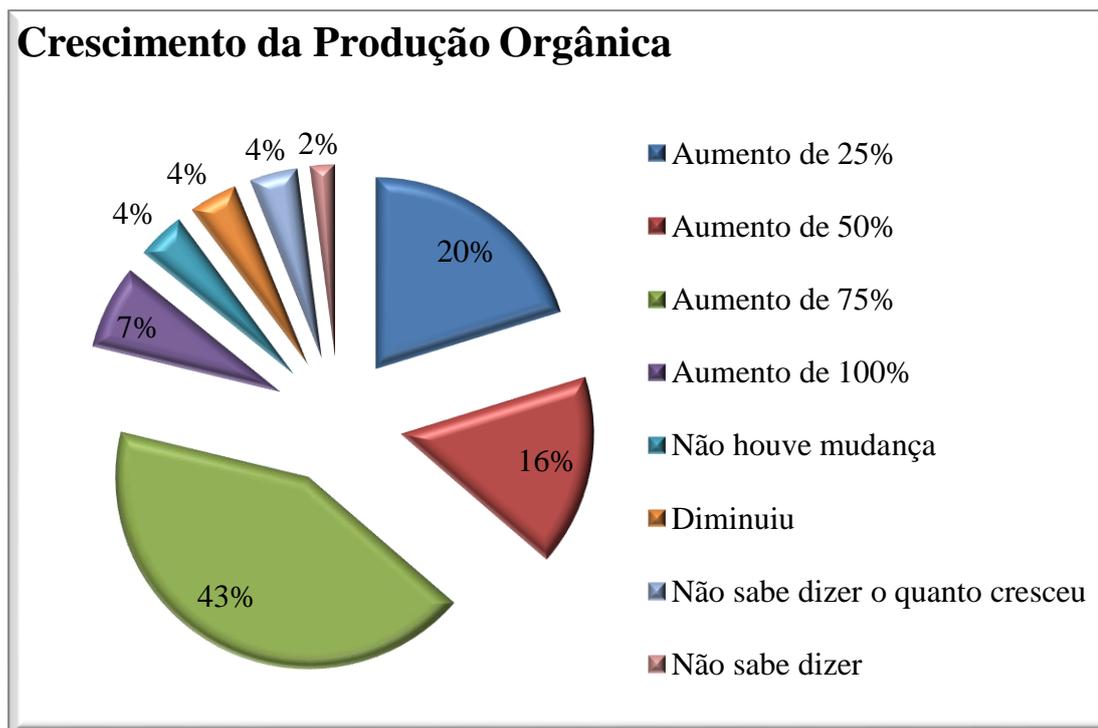


Figura 16: Crescimento da Produção Orgânica
 Fonte: Autora, 2016

Aqueles que relataram que teve um crescimento de 100% em suas produções viram no circuito uma oportunidade de investir, pela primeira vez, em agricultura orgânica, ou havia parado de produzir e se motivaram a fazer, ou plantavam somente para o consumo próprio e resolveram ampliar suas produções para a comercialização. Há o registro de que 4% dos feirantes produtores que acreditam que após a inauguração do circuito houve uma redução em sua produção são o que trabalham apenas na feira da Glória. Segundo eles, isso ocorreu porque suas vendas diminuiriam devido a abertura de outras feiras orgânicas, pois seus compradores ficaram divididos, uma vez que passaram a frequentar as feiras mais próximas de suas casas, o que ocasionou um desestímulo também na produção.

Para melhor aferir sobre a visão dos entrevistados, quanto a relação do circuito sobre a produção agrícola, após terem respondido, quanto à produção, se cresceu ou não, foi perguntado, de forma aberta, como os produtores registram sua produção e seu fluxo de comercialização, e como percebem que suas produções cresceram.

Com relação a maneira como os produtores se organizam, as respostas deles foram agrupadas da seguinte maneira: romaneiro, caderneta, planilha no computador, fluxo de caixa, geralmente realizado pelos próprios produtores ou por terceiros, que são membros das famílias dos produtores de que foi entrevistado ou funcionários dos produtores industrializados ou processamento doméstico, e, por último, aqueles que não fazem controle, conforme figura 17.

Todos os feirantes são obrigados a fazer o romaneiro e entrega-lo ao gerente da feira, uma lista onde os feirantes escrevem quais os produtos, e suas quantidades, que eles levam para comercializar nas feiras. A gestora precisa entregar este relatório à SEDES, para que essa saiba o fluxo de vendas de cada feira.

Além disso, a ABIO utiliza o romaneiro para a rastreabilidade dos produtos vendidos nas feiras sob sua gestão e administração, já que os produtores são afiliados a Associação e são certificados pelo sistema participativo de conformidade orgânica. Há, assim, o compartilhamento da responsabilidade de garantia do selo orgânico e a ABIO tem que aferir a lista que cada produtor orgânico possui de produto com selo orgânico com o que ele está comercializando na feira. Sabendo-se se o produto está ou não em sua lista de selo orgânico do produtor, pode indicar se o produto é ou não é orgânico.

O romaneiro não recebeu 100% das indicações porque muitos feirantes o encara como uma obrigação a fazer somente perante as gestoras das feiras. O interesse no momento foi o registro a produção para o uso do próprio produtor.

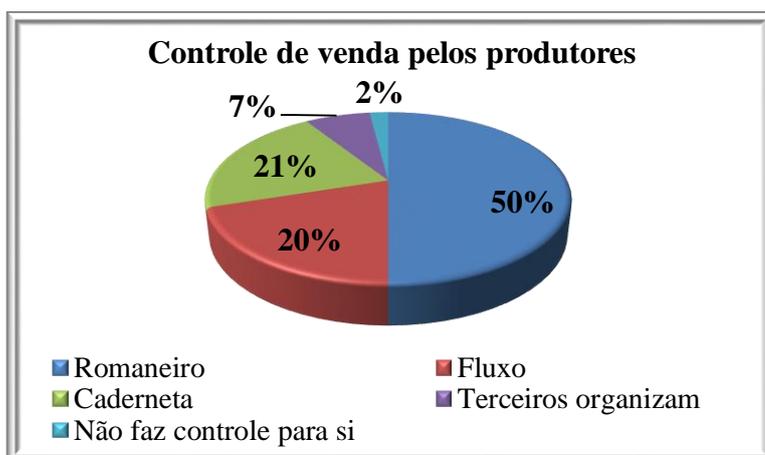


Figura 17: Controle de venda pelos produtores
Fonte: Autora, 2016.

A diferença entre caderneta, fluxo de caixa e planilha no computador é que, na primeira, os feirantes escrevem quais produtos levam para a feira e anotam o valor total de suas vendas; no segundo, os feirantes anotam os valores de cada produto e a relação de quantidade/, sendo esta a mais detalhada; já a última é igual ao fluxo de caixa, destacando-se pela a tecnologia como uma ferramenta. Os feirantes relataram que passaram a fazer o fluxo de caixa quando os estudantes de economia da PUC fizeram um trabalho nas feiras, analisando a importância do mesmo para seus lucros e como fazê-lo.

As respostas foram: romaneiro, com 50%, caderno, com 21%, planilha no Computador (PC), com 11%, fluxo de caixa, com 9%, terceiros organizam, com 7% e não faz controle, com 2%. Os feirantes relataram que o romaneiro os ajudam a se organizar, alguns chegam a aguardá-lo para fazer comparação no final do ano de quanto suas vendas ou produção aumentaram ou não.

A organização das vendas contribui para averiguar se com o circuito ocorreu ou não aumento na produção agrícola. Como a maioria dos agricultores não controla o quanto eles plantaram a cada mês, a organização dos registros das vendas permite que os produtores consigam relacionar a quantidade de venda com o aumento na produção. Essa foi a resposta à pergunta ao feirante produtor sobre como ele sabe, ou sente, o movimento da sua produção. O fluxo de caixa com o romaneiro somam 15% das respostas de que esses registros permitem observar a relação da comercialização com a produção para os produtores feirantes. Se houve aumento das vendas é porque a produção aumentou (Tabela 8). Outra forma de observação relatada pelos feirantes produtores foi o aumento da quantidade dos produtos que passaram a levar para vender nas feiras e a diminuição da quantidade de produtos não vendidos e que retornam com o feirante. Segundo os produtores, cada vez menos produtos voltam para as áreas de produção, o que os motiva a aumentar a produção para abastecer as feiras.

Tabela 8: Indicadores sobre às percepções do impacto do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas na produção agrícola

Indicadores do impacto do circuito na produção	%
Percepção com referência à produção	
Aumento da área da produção	23%
Quantidades de mudas e sementes que compra	9%
Aumento na quantidade que produz	8%
Aumento do trabalho	4%
Antes plantava somente para o consumo próprio	2%
Mecanização no preparo da terra	2%
Percepção com referência à comercialização	
Romaneiro, Planilha ou fluxo de Caixa	15%
Aumento de produtos a comercializar nas feiras	11%
Aumento do número de funcionários	8%
Aumento do ponto de vendas	6%
Aumentou as vendas	4%
Reduziu o total das vendas	2%

Percepção com referência à qualidade de vida	
Melhoria da qualidade de vida	6%

Fonte: Autora, 2016

Outros indicadores utilizados para inferir sobre a produção foram, primeiramente, com relação à área de produção, se tem havido aumento e se tem havido investimentos e intensificação no uso de determinados insumos e, em segundo, sobre a percepção de melhorias na qualidade de vida, tendo em vista um aumento na renda refletido em um maior poder de compra (Tabela 8). As perguntas direcionadas aos produtores foram abertas e, diante das respostas, foram organizados em três grupos de assuntos: a comercialização já comentada e os que passamos a analisar, com referência ao sistema produtivo e com referência à qualidade de vida.

O maior indicativo, para os agricultores, do crescimento de sua produção foi o aumento da área de produção, somando 23% das respostas. A maioria dos produtores respondeu que, para abastecer as feiras ou para participar de mais feiras, tiveram que plantar em maiores áreas. Um produtor contou que antes produzia em apenas 30% de sua propriedade, e agora produz em 80% dela. Outra forma de aumentar a área plantada foi através da compra de áreas, ou arrendando terras.

Outro indicador que se mostra importante é a quantidade de mudas e sementes que eles passaram a comprar a mais, caso de 9% dos entrevistados. No âmbito de técnicas e insumos, alguns apontaram também o uso de tratores para fazer canteiros. Futuramente a mecanização poderá ser mais comum na intensificação da produção, pois 2% dos inqueridos informaram que o poder público do Brejal comprou trator para contribuir para o aumento da produção. Esse trator é compartilhado entre as famílias locais.

Logo em seguida, com 8% dos entrevistados, está o aumento do número de trabalhadores e o aumento da quantidade da produção, percebida por eles. O primeiro caso ocorre quando a necessidade de produzir é grande e, para aumentar a produção, tiveram que contratar mais trabalhadores, sendo que cerca de um quarto dos produtores aumentaram sua área de produção, o que em si demanda trabalho, embora muitos produtores relataram que falta mão de obra no campo.

Retomando a indagação sobre o impacto do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas na produção agrícola, pode-se afirmar que o circuito está conseguindo cumprir com seu objetivo de estimular a produção orgânica do estado do Rio de Janeiro. O circuito além de ajudar a

produção de quem já está nessa atividade, também estimulou a entrada de novos produtores ao perceber o circuito como uma oportunidade de trabalho e negócio.

O efeito na produção agrícola justifica a resposta de alguns produtores, que disseram que o circuito propiciou o aumento da qualidade de vida, o poder de compra que cada produtor passou a ter e o aumento do ponto de vendas, ampliando a participação no número de feiras.

A característica da comercialização por circuito curto e direto que está na base das feiras orgânicas associa-se ao estímulo à produção agrícola e foi averiguada ao se procurar saber sobre quais as vantagens e desvantagens em trabalhar em feiras do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. Dos inqueridos, 48% responderam que o fato de não ter atravessador é a maior vantagem, como indica a figura 18. Essa resposta pode ser explicada porque os agricultores que já trabalhavam com a produção orgânica e vendiam seus produtos para os atravessadores antes da formação do circuito obtinham menores ganhos, pois os lucros ficavam com estes e com grandes varejistas como os supermercados, como já exposto no capítulo 2.

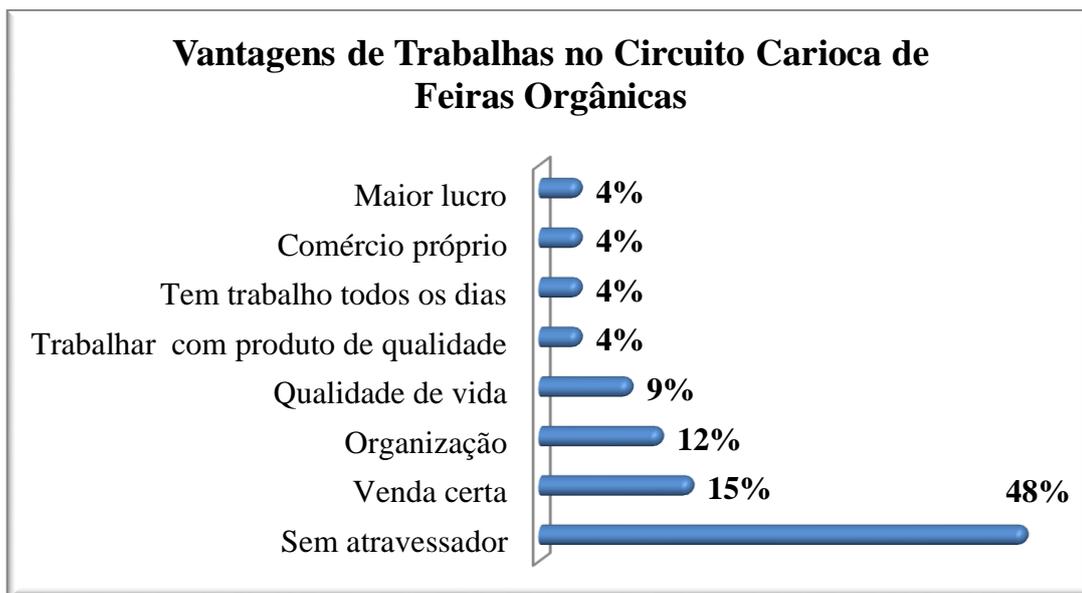


Figura 18: Vantagens de participar no Circuito Carioca de Feira Orgânica
Fonte: Autora, 2016.

Dentre outras vantagens apresentadas, está a venda certa, ou seja, o circuito transmite segurança para quem necessita escoar a produção e a boa organização que reforça a segurança e, juntas, expressam a opinião de 27% dos entrevistados. Em termos econômicos, foi ainda considerado o trabalho com um produto de maior qualidade ter um trabalho para todos os dias, ser o dono do próprio comércio. Todas essas condições refletem na obtenção maior de lucro.

As garantias econômicas contribuem para a melhoria da qualidade de vida devido ao aumento do poder de compra, como já abordado, porém, aspectos relativos ao trabalho são acrescidos e sobressaídos na avaliação do circuito. O trabalho no circuito é relacionado a uma maior qualidade de vida, pelo contato com os clientes, o produto ser de ótima qualidade e as amizades que se formam.

Com relação as desvantagens de trabalhar nas feiras orgânicas, 36% dos entrevistados relataram que não há nenhuma desvantagem como indica a figura 19. Esse resultado pode ser explicado pelo fato dos produtores terem vivenciado no passado experiências negativas com outras formas de comercialização, como já foi explicado no capítulo 2.

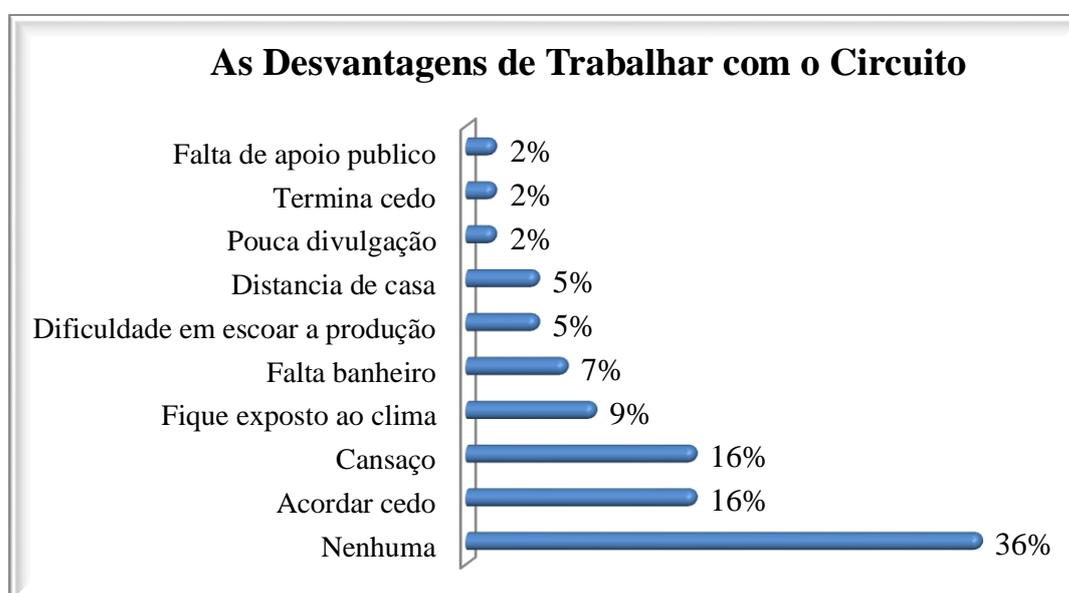


Figura 19: Desvantagens em Trabalhar nas feiras do Circuito.
Fonte: Autora, 2016.

Apesar de ter sido enfatizada a vantagem do circuito para a melhoria da qualidade de vida, ao pensarem em desvantagens, foram enumerados vários aspectos da rotina do trabalho como: acordar muito cedo para ir fazer a feira e, decorrente, o cansaço, somados representam 32%, e ficar exposto ao clima.

Nas feiras do Leblon e da Urca a desvantagem é a dificuldades de venda. A primeira, localiza-se na rua Humberto de Campos, uma área do bairro onde não transitam muitas pessoas. Antes desse local, a feira ficava num outro lugar de fácil acesso, mas, devido às obras do metrô, a feira foi deslocada, não se sabendo se retornará ao seu local inicial. Na feira da Urca, os feirantes estão com dificuldades de parar seus veículos para descarregar a produção, pois entram em conflito com a Universidade Federal do Rio de Janeiro que não permite o uso de seu estacionamento, mesmo sendo a feira realizada no sábado fora de horário regular de

funcionamento da universidade, há uma demanda por parte dos feirantes para mudança de local da feira.

Outros aspectos mencionados são ligados a discordância com atuação das gestoras e administradoras das feiras do circuito e quanto ao pouco apoio público. Foi alegado haver pouca divulgação, quesito de responsabilidade das gestoras, como ABIO, Essência Vitae e AS-PTA/ Rede Carioca de agricultura urbana, questões já analisadas no capítulo 3. Outras opiniões foram quanto ao horário das feiras, que terminam cedo, falta de apoio público e falta de banheiro, que são ações que dependem da prefeitura, e constam do regulamento das feiras.

De fato, o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas está conseguindo cumprir com seus objetivos: a pesquisa demonstrou que os produtores rurais aumentaram suas produções agrícolas orgânicas, atraiu novos produtores através da oportunidade de negócio positiva que o circuito oferece, pelo preço justo para quem produz, e, também, por fazer retornar para a atividade agrícola os filhos de produtores rurais que seguira caminhos divergentes da atividade agrícola.

Os agricultores também conseguiram aumentar sua qualidade de vida através da comercialização dos produtos orgânicos nas feiras livre do circuito, por ela ser um canal direto de comercialização, ponto positivo para o pequeno e médio produtor rural (LOPES, 2014), oferecendo um preço mais justo e a maior certeza de venda da produção, o que comprova que as feiras livres podem colaborar com programas e estratégias de desenvolvimento local, de acordo com Clara Pieri *et al* (2009) e Anjos *et al.*, (2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa analisou o processo de formação e de expansão do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas e como as feiras orgânicas têm favorecido a comercialização direta da produção orgânica na cidade do Rio de Janeiro, contribuindo para a expansão da produção orgânica no estado Rio de Janeiro e para um melhor retorno ao produtor rural.

Procurou-se compreender quais são as estratégias dos produtores rurais e as políticas associadas, bem como quem são os atores da criação e expansão do circuito e de que forma as feiras estão sendo realizadas.

O Circuito Carioca de Feiras Orgânicas foi criado através de uma ação em conjunto de três atores: ABIO, SEDES e a associação de moradores de Copacabana em maio de 2010, há seis anos. As primeiras feiras do circuito localizam-se na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, onde já existia comercialização de produtos orgânicos, mas que é expandida com a criação de novas feiras em diferentes bairros. A partir de 2013 houve um rápido aumento no número de feiras orgânicas pela cidade, saindo da Zona Sul para bairros da Zona Norte e Zona Oeste da cidade. Nesse movimento, entraram mais quatro atores, as gestoras Essência Vital, AS-PTA, Rede Carioca e AULA. A cada inauguração de uma feira, novas associações de moradores são agregadas como atores do Circuito, seguindo o regimento da SEDES para a criação de novas feiras.

As novas gestoras e associações de moradores diversificam as práticas do funcionamento das feiras e do circuito, antes concentrada nas ações da ABIO como foi a primeira e única gestora quando da criação do circuito. A diversificação de atores fez com que fosse criado um conselho gestor do circuito composto pela SEDES, ABIO, Essência Vital, AS-PTA (representada pela Rede Carioca de Agricultura Urbana) e AULA. Este conselho discute problemas, buscando direcionar soluções às questões que envolvem o funcionamento das feiras em si e as relações entre os diferentes atores, e apresentam novas propostas para o melhor desenvolvimento do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. Do conselho gestor criou-se a Minuta do Circuito Carioca de Feiras Orgânica, um regimento interno, pautado no DECRETO N° 35064 de 25 de janeiro de 2012 e na Resolução Conjunta SEDES-SEOP n° 001, de 09 de maio de 2012. A minuta do Circuito é o dispositivo de poder que dispõe sobre o funcionamento e normas que visam à preservação e manutenção da política pública, delimitando regras para a melhor convivência entre os feirantes e o consumidor. Além de estabelecer os objetivos do circuito.

Como o objetivo do circuito é incentivar e dinamizar a produção agrícola orgânica do estado do Rio de Janeiro através da comercialização das feiras orgânicas, seus mentores pretendem aumentar o número e a diversificação de consumidores. Quanto à diversificação dos consumidores, o circuito vem alcançando gradualmente esse seu objetivo, à medida que novas feiras orgânicas são inauguradas fora do mercado pioneiro da Zona Sul, que, hoje, representa 57% das dezenove feiras que pertencem ao circuito, enquanto que 26% das feiras estão localizadas na Zona Norte e 15% na Zona Oeste da cidade. O processo de expansão das feiras ocorre com o êxito do circuito, o qual incentiva a inauguração de novas feiras em diferentes bairros da cidade do Rio de Janeiro.

Antes da inauguração do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, 28% dos produtores escoavam suas produções para lojas, restaurantes, Ceasa, supermercados e hortifrúteis, enquanto que 25% vendiam diretamente de suas propriedades, seja na porta de casa, por entrega em domicílio, incluindo pedidos por internet e cestas, ou somente para amigos e familiares. Dos atuais feirantes produtores, 20% vendiam em outras feiras, sejam elas convencionais ou orgânicas e não apenas no Rio de Janeiro, como em feira de Itaipava e Nova Friburgo; 9% vendiam para atravessadores. É importante ressaltar que um número considerável de produtores, 18%, começou a vender seus produtos, ou mesmo iniciou suas produções orgânicas com a inauguração do circuito, sendo eles incentivados pelo circuito a produzir os produtos agrícolas.

Tal incentivo e o crescente número de feiras demonstram que o circuito está sendo favorável para o aumento das produções agrícolas, o que é confirmado quando 43% dos feirantes produtores acreditam que sua produção aumentou em cerca de 75% depois que eles passaram a participar das feiras orgânicas do circuito e 7% dos produtores afirmam ter dobrado a sua produção. Somados, representam 82% de produtores que associam a ampliação das feiras orgânicas a um forte e positivo impacto sob suas produções. Somente 4% dos produtores reclamaram que suas produções diminuiriam. Esses produtores são os que trabalham na feira da Glória, a primeira feira livre orgânica, da cidade do Rio de Janeiro, que com o aumento do número de feiras, teve seus consumidores divididos entre os novos bairros que sediam as novas feiras.

Como a maioria dos agricultores não controla o quanto eles plantam a cada mês, eles conseguem perceber que sua produção aumentou através da observação de três aspectos: a produção, a comercialização e a qualidade de vida que eles levam, sendo o mais indicado pelos produtores à observação do aumento da área de produção. Para abastecer as feiras ou para

participar de maior número de feiras os produtores tiveram que plantar em maiores áreas, ampliando sua plantação em seus próprios terrenos, arrendando terras ou comprando novas áreas.

A pesquisa indicou que 61% dos produtores rurais conseguem viver exclusivamente do sustento agrícola, comercializando nas feiras ou utilizando outros canais, mas apontaram que a feira é o principal canal para a comercialização. Já 22% dos agricultores apontaram que não conseguem viver exclusivamente com a renda da feira e 17% relatou que conseguiria, mas tem uma segunda renda.

Os produtores que relataram que conseguiriam viver da agricultura orgânica somam 78% (61% os que conseguem viver da exclusividade da feira e mais 17% os que poderiam viver, embora tenham outra fonte de renda) relatam que a qualidade de vida deles melhorou com a comercialização no Circuito Carioca de Feiras Orgânica e parte do rendimento da comercialização foi investida para o desenvolvimento de suas produções e melhoria de suas propriedades. Para aumentar a produção, houve o aumento na compra de sementes orgânicas, o que também atingiu aqueles que vendem sementes orgânicas.

O êxito das vendas do circuito estimulou a prefeitura de Petrópolis um município com muitos produtores rurais de orgânicos a comprar tratores para disponibilizar, sem custo, aos produtores o seu uso, contribuindo para aumentar a produção. Além disso, o êxito da comercialização também estimulou o retorno a produção rural de alguns produtores que haviam migrado para outras fontes de renda e até mesmo de filhos de produtores rurais que haviam decidido trabalhar com outra fonte de renda, mudaram seus planos para se dedicarem exclusivamente à agricultura como seus pais.

Todos esses fatores com reflexo na produção e pela percepção de melhorias vistas pelos produtores permite dizer que o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas vem alcançando seus objetivos e está contribuindo para o desenvolvimento local. Uma vez que as feiras orgânicas ampliam as possibilidades de produção via nova forma de comercialização, amplia renda e traz maior independência ao produtor aproximando-o de consumidores ao eliminar a figura do atravessador, a contribuição ao desenvolvimento rural nas áreas de produção de alimentos orgânicos no estado do Rio de Janeiro, pode ser visto como se pautando nas ideias de Singh (2009). Este autor ressalta que o desenvolvimento rural visa estabelecer três elementos: primeiro, o acesso aos elementos básicos para o provimento da vida, que ocorre quando a população rural consegue somente de sua atividade agrária arcar com os elementos básicos para

a sobrevivência e prosperidade; segundo, viver com respeito, dignidade e honra com seu trabalho dentro da área rural e, por último, viver em liberdade.

Sendo assim, concluímos sobre a importância da comercialização de canais curtos e diretos articulando áreas de produção e de consumo estabelecidos com o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, beneficiando diretamente não apenas os produtores envolvidos, mas também, através deles, as áreas onde residem e trabalham, que dentre essas, sobressai a Região Serrana Fluminense que concentra a maioria dos produtores feirantes do circuito. Mas apontamos a inserção de produtores de agricultura urbana que estão sendo atraídos para as feiras orgânicas, de forma que o circuito passa, também, a desempenhar um papel na complementação de renda de população residente em enclaves agrícolas na cidade, geralmente população de baixa renda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e uso do solo**. São Paulo em Perspectiva, 1997, v. 11, n.2, 73-78p.
- AGUIAR, D.; MARQUES, P. V. **Comercialização de produtos agrícolas**. São Paulo: EDUSP, 1993. 295p.
- ALMEIDA, A. M. P. **Sistemas de canais de distribuição**. Caderno de Pesquisa em Administração, São Paulo, v.1, n.8, p. 51-60, 1999.
- ALTAFIN, I. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar, sem data.
- ALTIERI, M. A. & NICHOLS, C. I. **Agroecologia: resgatando a agricultura orgânica a partir de um modelo industrial de produção e distribuição**. Revista Ciência & Ambiente, Santa Maria, 2003.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- ALVES, E.J. *Situación del cultivo de plátano en Brazil*. In: Aspectos Socioeconômicos. Brasília: EMBRAPA-SPI, 1997. p.507-543.
- ANJOS, F. S. dos; GODOY, W; CALDAS, N. **As feiras livres de Pelotas sob o império da globalização: perspectivas e tendências**. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2005.
- ASSIS, R. **Agricultura orgânica e agroecologia: questões conceituais e processo de conversão**. Seropédica: Embrapa Agrobiologia, 2005. 35 p.(Embrapa Agrobiologia. Documentos, 196).
- ASSIS, R. L. de. **Diagnóstico da agricultura orgânica no Estado do Rio de Janeiro e propostas para sua difusão**. 1993. 63p. Dissertação (Mestrado em Agronomia) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Itaguaí, RJ, 1993.
- ASSIS, R.; ROMEIRO, A. R. **Agroecologia e Agricultura Orgânica: controvérsias e tendências**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, v. 6, 2002. p. 67-80.
- ÁVILA, J. C. **Princípios Básicos Do Método Biodinâmico** (2000). Disponível em: < <http://www.sab.org.br/agric-biod/>> Acesso: 01/03/2013.
- BAPTISTA, A.; CRISTÓVÃO, A.; *et al* (2013). **Recomendações de Medidas de Política de Apoio aos Circuitos Curtos Agro-Alimentares: período de programação 2014-2020 (Relatório Preliminar)**, ISA, UE, UTAD, Junho 2013.

- BARBÉ, L. **Caracterização de consumidores e produtores dos produtos agroecológicos / orgânicos em campos dos Goytacazes**. Dissertação de Mestrado. Tecnologias agropecuárias da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes 77p, 2009.
- BARROS, G. S. C. (2006) **Economia da Comercialização Agrícola**. CEPEA/LESESALQ/USP. Piracicaba/SP. 221p.
- BARROS, R. C. **Agricultura orgânica no Rio de Janeiro: exemplo da interação rural-urbana**. Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Apostila, sem data. 16p.
- BARROS, R.C. **Sustentabilidade na Agricultura e Geografia Agrária: O contexto da Agricultura Orgânica no Rio de Janeiro**. Revista Espaço Aberto. Vol. 1, n. 1, p. 63-86, 2011.
- BAVA, S. **Circuitos Curtos de Produção e Consumo** (2011) In: Um Campeão visto de perto, Uma análise do modelo de desenvolvimento Brasileiro. editado por Heinrich Böll Foundation. Série Democrata. p.178-186, 2011.
- BICALHO, A. M. **Desenvolvimento rural sustentável e geografia agrária**. In: XII Encontro Nacional de Geografia Agrária. 8, 1998.
- BICALHO, A.M. **A comercialização da produção Familiar: canais da distribuição da hortifruticultura no abastecimento urbano**. In: OLIVEIRA, M.. COELHO, M.C. & CORRÊA, A. (orgs) O Brasil, a América latina e o mundo: espacialidades contemporâneas (II). Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj, Anpege, 2008.
- BICALHO, M., FERES, M. **Participatory Guarantee Systems as a tool for the Empowerment of small organic farmers in Brazil**. In: The changing face the contemporary countryside. BICALHO, M., LAURENS, L. orgs. 1º ed. Rio de Janeiro, Garamond, 2014.
- BICALHO, M. **Different routes to organic farming and building partnership networks in Rio de Janeiro State, Brazil**. Proceedings of conference on land use and rural sustainability. Aberdeen Scotland. 2004
- Brasil, Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário oficial. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 24 DE JULHO DE 2006.
- BRASIL, Resolução Conjunta SEDES-SEOP n. 001, de 09 de maio de 2012.
- BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 de dez. 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 de dez. 2003, Seção 1, p. 8.

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Feiras livres da agricultura familiar: Roteiro de implantação, 2007b.
- CAMPOS, F. F. de. **A comercialização de frutas, legumes e verduras (FLV) orgânicos e a inserção do agricultor no estado do Rio de Janeiro**. 2001. 107p Dissertação de mestrado. PPGG-UFRJ, Rio de Janeiro 107p, 2001.
- CRISTÓVÃO, A. e TIBERIO, L. (2009). **Comprar Fresco, Compre Local: será que temos algo a aprender com a experiência americana?** In MORENO, L. (org.). Cultura Inovação e Território, O agroalimentar e o Rural, p 27-34. Lisboa: SPER, 2009.
- DAROLT, M. R. **As principais correntes do movimento orgânico e suas particularidades**. Disponível em: <www.planetaorganico.com> Acessado em 20/07/2013. S/D.
- DAROLT, M., LAMINE, C., BRANDEMBURG, A., **A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês**. Agriculturas, v.10. n. 2, 2013. Disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Revista-Agriculturas-V10N2-Artigo-1.pdf> Acesso: 10/05/2014.
- DINIZ, José A. F. **Geografia da Agricultura**. São Paulo: Difel, 1984. 278p.
- EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. Guaíba: Agropecuária”, 1999. Disponível em: < http://pt.scribd.com/doc/2364902/Por-que-Sir-Albert-Howard-e-considerado-o-pai-da-Agricultura-Organica-EHLERS-1999 > Acesso: 01/03/2013.
- FERES, A. **A reorganização da agropecuária orgânica do estado do Rio de Janeiro em face da legislação brasileira atual e a formação do Sistema Participativo de Garantia da ABIO**. Dissertação de mestrado. PPGG-UFRJ, Rio de Janeiro 130p, 2012.
- FIGUEIREDO, A.S.; PANTOJA, M.J; MELO, M.F; DIAS, R.L. **Conhecendo seu canal de distribuição de Hortaliças**. Universidade Católica de Brasília, DF, Emater: Universa, p. 52, 2003.
- FONSECA, M. **“A institucionalização dos mercados de orgânicos no mundo e no Brasil: uma interpretação**. Seropédica: UFRuralRJ. ICHS. CPDA. 2005. 476p.
- FONSECA, M. **A Construção social do mercado de alimentos orgânicos: estratégias dos diferentes atores da rede de produção e comercialização de frutas, legumes e verduras (FLV) in natura no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2000. 235 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).
- FONSECA, M. et al. **Agricultura orgânica: regulamentos técnicos para acesso aos mercados dos produtos orgânicos no Brasil**. Niterói: PESAGRO-RIO, 2009.
- FONSECA, M. *et al.* **Circuito carioca de feiras orgânicas: a expansão da venda direta de alimentos orgânicos, o controle social, a regulamentação da agricultura orgânica e os princípios do comércio justo e solidário**. III Colóquio Agricultura Familiar e desenvolvimento Rural, 2011. Porto Alegre.

- GOODMAN, D., SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- Guayasamín, P. et al. **Value chains for organic products in neighboring municipalities of Rio de Janeiro, Brazil**. 2016. In: AGROECOLOGY AND SUSTAINABLE FOOD SYSTEMS, 2016, V. 40, N. 4, 352–380p.
- GUIMARÃES, A.P. A crise agrária. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- GUIVANT, J. **Sociologia do Meio Ambiente Rural: Hibridismo da Sociologia Ambiental com a sociologia Rural**. In MARTINS, C.B.; MARTINS, H. T. S. (Org.). Horizontes das ciências sociais no Brasil. São Paulo: Anpocs/Editora Barcarolla/Discursos Editorial/ICH, 2010. p. 375-403.
- INFOAN. Disponível em: <http://ec.europa.eu/agriculture/organic/organic-farming/what-organic_p> Acesso: 30/03/2013.
- INFOAN. Disponível em: <http://ec.europa.eu/agriculture/organic/organic-farming/what-organic_p> Acesso: 30/03/2013.
- IYAMA, Joaquim T. **Avaliação Socioambiental da Agricultura Química e sua Comparação com a Agricultura Natural** 2005. 159 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.
- KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceito e medida**, Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, 2004.
- LOPEZ, L. H. **Feiras livres em Florianópolis – SC: práticas sustentáveis na comercialização de frutas, legumes e verduras in natura**. Santa Catarina, 2014. 138 p. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
- MAIOR, A. Souto. **História Geral**. São Paulo, Editora São Paulo, 1978, p. 190.
- MAMAOT, 2013. **Estratégia para a Valorização da Produção Agrícola Local**. Relatório Final do Grupo de Trabalho GEVPAL. Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território, Lisboa, 2013.
- MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Indicação Geográfica, 2014. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/indicacao-geografica>> Acesso: 10/05/2014.
- MASCARENHAS, G; DOLZANI, M.C.S. **Feira livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea**. Revista Eletrônica Ateliê Geográfico, v. 2, n. 4, agosto/2008, UFG/IESA p.72-87.
- MORGAN, K., MARSDEN, T., & MURDOCH, J., 2006. **Worlds of food. Place, power and provenance in the food chain**. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- MORO, E. **O mercado que separa Agricultura Orgânica e Agroecológica**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE RESPONSABILIDADE E RECIPROCIDADE,

Fundação Antonio Meneghetti & Faculdade Antonio Meneghetti, 2011. Atos do Congresso Responsabilidade e Reciprocidade, 2011, Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://reciprocidade.emnuvens.com.br/rr/article/view/8>>. Acesso: 10/01/2016.

- MORO, E. **O mercado que separa Agricultura Orgânica e Agroecológica**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE RESPONSABILIDADE E RECIPROCIDADE, Fundação Antonio Meneghetti & Faculdade Antonio Meneghetti, 2011. Atos do Congresso Responsabilidade e Reciprocidade, 2011, Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://reciprocidade.emnuvens.com.br/rr/article/view/8>>. Acesso: 10/01/2016.
- MULLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC-EDUC, 1989.
- NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. Estudos avançados, v.15, n.43, São Paulo, 2001.
- NEVES, M. C. P., **Agricultura Orgânica E Produção Integrada: Diferenças E Semelhanças**. EMBRAPA: Caderno de Ciência e Tecnologia, Vol. 23, n.2/3 - maio/dez., 2006 Disponível em: < <http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8649/4840>> Acesso: 17/06/2013.
- NEVES, M. C. P., **Cadeia de Produtos Orgânicos: Aspectos Relacionados com a Qualidade e o Mercado**. Seropédica: Embrapa Agrobiologia, 2004. 16 p.
- OKADA, M. **A outra Face da Doença**. Fundação Mokiti Okada. São Paulo: FMO, 2002.
- PIERRI, M. C. Q. M.; VALENTE, A. L. E. **A feira livre como canal de comercialização de produtos da agricultura familiar**, (sem data). Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/234.pdf>> (Acesso: 10/08/2015)
- PIZA, C. T.; Welsh, R. W. (1968). **Introdução à Análise da Comercialização**. Série Apostila n. ° 10. Departamento de Economia - ESALQ/USP, Piracicaba. 221p.
- PLOEG, J. D. et al. **Rural development: from practices and policies towards theory**. Sociologia Ruralis, v. 40, n. 4, p. 391-408, 2000.
- REIS, A. J. dos; Sette, R. de S. (1992) **Comercialização agrícola e marketing rural**. Informações Econômicas, São Paulo, 36 (3) p.33-62.
- RETIÈRE, M. **Agricultores inseridos em circuitos curtos de comercialização: modalidade de vendas e adaptações dos sistemas agrícolas**. 2014. 115p. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, escola superior de agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba 115p., 2014.
- ROCHA, H. C., COSTA, C., CASTOLDI, F. *et al.* **Perfil socioeconômico dos feirantes e consumidores da Feira do Produtor de Passo Fundo, RS**. Ciência Rural. 2010; 40,2593-2597.
- SAKAKIBARA, C. O. **Fundamento da Agricultura Natural**. 1. Ed. Traduzido pela Fundação Mokiti Okada. São Paulo: FMO, 1998. Tradução de: Humberto Shiguelo Matsimura e Andrea Gomes Santiago Tomita.

- SAKAKIBARA, C. O. **Fundamento da Agricultura Natural**. 1. Ed. Traduzido pela Fundação Mokiti Okada. São Paulo: FMO, 1998. Tradução de: Humberto Shiguo Matsimura e Andrea Gomes Santiago Tomita.
- SANTANA, A. C.; Campos, A. C. **Avaliação dos impactos econômicos de mudanças nas margens de comercialização setoriais no Brasil**. Revista de economia e sociologia rural, Brasília, 31 (4). p 309-325, 1993
- SCHNEIDER, S. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas ligações externas**. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 6, n. 11, p.88-125, 2004.
- SINGH, K. **Rural Development: Principles, Policies and Management**. Terceira edição. Índia, Editora *SAGE Publications Pvt. Ltd* , 2009.
- SIXEL, B.T. (ed.), **Biodinâmica e Agricultura**. Botucatu: Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica, 2003. Disponível em: <<http://biodinamica.org.br/abd/apresentacao>>
- TERLUIN, I. J. **Differences in economic development in rural regions of advanced countries: an overview and critical analysis of theories**. Journal of Rural Studies, Oxford, v. 19, p. 327-344, 2003.
- TOFANELLI, M.B.D.; FERNANDES, M.S.; CARRIJO N.S.; FILHO, O.B.M. **Levantamento de perdas em hortaliças frescas na rede varejista de Mineiros**. Hortic. bras.v.27, n1, 2009.
- VEDANA, V. **“Fazer a Feira” estudo etnográfico das artes de fazer de feiras e fregueses da feira livre da Epatur no centro da paisagem urbana de Porto Alegre**. 2004. 251p. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, URS, Porto Alegre, 2004.
- VIAL, L. M. et al. **Arranjos produtivos locais e cadeias agro-alimentares: revisão conceitual**. (2009). GEPROS. Gestão da Produção, Operações e Sistemas – Ano 4, nº 3, p. 105-12, 2009.
- WEBER, M. **Conceitos e Categorias da cidade**. In: O fenômeno Urbano. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.
- ZOLDAN, P.; KARAM, K. F. (2004) **Estudo da dinâmica da comercialização de produtos orgânicos em Santa Catarina**. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 181p



MINUTA: REGIMENTO INTERNO

CIRCUITO CARIOCA DE FEIRAS ORGÂNICAS

Capítulo I – DEFINIÇÃO DO CIRCUITO CARIOCA DE FEIRAS ORGÂNICAS

Art. 1º - O presente Regimento Interno, do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, dispõe sobre o seu funcionamento e normas, elaboradas para a preservação e manutenção da política pública instituída através do Decreto Municipal nº 35064, de 25 de janeiro de 2012 e na Resolução Conjunta SEDES-SEOP nº 001, de 09 de maio de 2012.

Art. 2º - O Circuito Carioca de Feiras Orgânicas é uma cadeia curta de produção, comercialização e consumo, de base agroecológica, organizado em uma rede de feiras destinadas à venda direta de produtos orgânicos, conforme definidos pela Lei Federal nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003 que rege a agricultura orgânica no Brasil. O circuito é resultado da parceria entre a Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário – SEDES da Prefeitura do Rio de Janeiro e organizações e/ou entidades ligadas ao tema da produção orgânica de base agroecológica que assumem a gestão das feiras.

Parágrafo único - Será permitida a venda de artesanatos produzidos apenas por agricultores familiares a partir de produtos orgânicos de produção própria.

Art. 3º O Circuito Carioca de Feiras Orgânicas possui um Conselho Gestor cujas reuniões ordinárias configuram o espaço de diálogo e deliberação sobre detalhamento dos objetivos, resultados atingidos, cronogramas de ações conjuntas, critérios de avaliação de desempenho de parceria e cooperação, indicadores de resultados, novas feiras, novas organizações gestoras, entre outros.

Parágrafo único – O Conselho Gestor é composto por representantes da SEDES e das organizações que firmam parceria com a Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário para realizar a gestão das feiras orgânicas.

Art. 4º - Todos os participantes do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas assumem o compromisso com o cumprimento das disposições da legislação



pertinente e deste regimento, sendo as infrações punidas de acordo com as legislação vigente e as cláusulas aqui contidas.

Capítulo II – DOS OBJETIVOS

Art. 5º - São objetivos do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas:

- a) Criar canais de venda direta de produtos orgânicos, contribuindo, assim, para a viabilização econômica dos produtores orgânicos do Estado do Rio de Janeiro;
- b) Aumentar o acesso da população da cidade do Rio de Janeiro aos alimentos orgânicos, através de uma cadeia de produção de venda direta, sem atravessadores, aproximando quem produz de quem consome.
- c) Viabilizar a ampliação da agricultura orgânica no Estado do Rio de Janeiro;
- d) Divulgar informações e conhecimentos que ajudem a conscientizar e instruir a sociedade sobre a importância dos alimentos orgânicos para a preservação do meio ambiente e da saúde humana.
- e) Incentivar a integração entre os diferentes segmentos da cadeia produtiva e de consumo de produtos orgânicos e a regionalização da produção e comércio desses produtos.
- f) Ser reconhecido como um “Sistema Alimentar Sustentável”, estimulando a compreensão sobre o atual modelo de produção, distribuição, consumo de alimentos e promovendo a Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional do Município do Rio de Janeiro.

Art. 6º - É objetivo deste regimento criar um código de conduta nas feiras orgânicas, objetivando o exercício das melhores práticas e observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, pactuando um acordo de funcionamento entre as organizações parceiras do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas que firmam parceria com a Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário - SEDES;

Art. 7º - São pertencentes ao Circuito Carioca de Feiras Orgânicas as feiras cuja realização está formalmente reconhecida pelo Conselho Gestor através da assinatura do Termo de Parceria e Cooperação Técnica com a SEDES e posteriormente decretadas pelo Prefeito do Rio de Janeiro.



Capítulo III – DO FUNCIONAMENTO DAS FEIRAS ORGÂNICAS

Art. 8º - As organizações gestoras devem garantir que as feiras orgânicas de base agroecológica sejam realizadas conforme o estabelecido na Resolução Conjunta SEDES-SEOP nº 001, de 09 de maio de 2012, seguindo as seguintes diretrizes:

- a) Respeitar o limite máximo de 37 autorizações por feira;
- b) Manter em cada feira orgânica uma barraca institucional que funcionará como ponto de referência para distribuição de materiais de divulgação e pedagógicos, informações em geral, reclamações e fiscalização;
- c) Deverá ser reservado o mínimo de 10 % do total das barracas existentes de cada feira para os produtores orgânicos do município do Rio de Janeiro;
- d) Poderão participar das feiras do circuito os agricultores familiares e pequenos produtores submetidos a algum dos mecanismos de garantia (certificação por auditoria, sistemas participativos de garantia e controle social para a venda direta) previstos no Decreto 6.323, de 27 de dezembro de 2007, e mercadores devidamente legalizados;
- e) O produtor feirante pode se organizar individualmente, em seu núcleo familiar, ou em grupo. Entende-se como grupo de produção, formal ou informal, o conjunto de produtores e agricultores familiares que trabalha de forma associativa de acordo com o modelo de funcionamento de associação de produção ou cooperativa como expresso na legislação brasileira.
- f) Grupos de produção, formal ou informal, devem estar cadastrados junto a SEDES, assim como os produtores individuais que o constituem, apresentando ao Conselho Gestor seu modelo de gestão que ateste seu funcionamento como associação ou cooperativa de acordo com a legislação brasileira.
- g) Não deve ocorrer concorrência entre o feirante mercador de in natura e o produtor de in natura com a exposição e venda simultânea de produtos similares. A prioridade de venda deverá sempre ser a do feirante produtor. Caso não haja produção local, é facultado ao feirante mercador a venda destes produtos previamente acordado com os feirantes produtores e o responsável da organização gestora.



- h) O feirante mercador deverá ter conhecimentos tanto de comércio quanto do universo de produtos orgânicos a fim de complementar a feira do ponto de vista da diversidade e da regularidade.
- i) Os feirantes mercadores devem fomentar as boas práticas do comércio justo e solidário, assim como previsto no DECRETO 7.358, de 17 de novembro de 2010.
- j) Garantir que cada feirante produtor ou mercador, seja individual ou associação, tenha apenas uma licença para exercício de atividade em cada feira.
- k) Garantir o cadastro atualizado dos feirantes e seus prepostos, organizado por feira, junto a SEDES e a SEOP.
- l) Cada feira indicará uma representação, que responderá pela feira e pela organização gestora, tendo como local de base a barraca institucional. Cada organização gestora definirá os mecanismos de gestão participativa adotados nas feiras por ela coordenadas respeitando este regimento interno.
- m) No caso da criação de novas feiras, terão prioridade os produtores, ou candidatos a feirante mercador, que ainda não participem de outras feiras do circuito.
- n) Os produtores que se candidatarem a participar do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas serão prioritariamente alocados em feiras já programadas e ainda não instaladas.
- o) Nas feiras orgânicas deverá ser incentivado ao máximo o uso de sacolas retornáveis ou materiais naturais biodegradáveis, evitando sacolas plásticas, isopor e filmes de PVC.
- p) Quando houver venda de produtos a peso, é obrigatório o uso de balanças eletrônicas que estejam aferidas corretamente;
- q) O feirante deve cumprir rigorosamente os horários de funcionamento da feira.
- r) É proibido aos feirantes fumar no espaço da feira orgânica;
- s) Os participantes das feiras devem primar pelas boas práticas de higiene no asseio pessoal, na manipulação, transporte, carregamento, acondicionamento e exposição dos alimentos e produtos.



- t) Em cada barraca deverá estar exposto o nome do grupo produtor, associação, cooperativa ou do produtor individual, o romaneio com a origem e a lista dos produtos comercializados na feira, e o documento que comprova a certificação orgânica do produtor, de acordo com normativa do Ministério da Agricultura. Os certificados e declarações na validade devem ficar em poder do feirante, cabendo à organização gestora monitorar a disponibilidade desses documentos para os consumidores e para os órgãos fiscalizadores.
- u) Qualquer denúncia ou reclamação em relação ao pleno cumprimento das normas estabelecidas na Lei Federal 10.831 de 23 de dezembro de 2003, cuja fiscalização deve ser realizada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, deve ser comunicado imediatamente ao representante da organização gestora da feira, para que seja encaminhada para apuração junto ao Conselho Gestor.
- v) Não obstante a fiscalização já prevista em lei, cada organização gestora de feiras orgânicas do circuito será responsável pela qualidade orgânica dos produtos comercializados.
- w) Garantir o respeito às práticas do comércio justo e solidário e a apropriação do preço justo pelo produtor de acordo com o art. 2º do DECRETO 7358 de 17 de novembro de 2007 que define o preço justo como valor do produto ou serviço, construído a partir do diálogo, da transparência, e da efetiva participação de todos os agentes envolvidos na sua composição que resulte em distribuição equânime do ganho na cadeia produtiva.

Art. 9º - Sobre a identidade visual das feiras orgânicas:

- a) Qualquer material confeccionado para uso nas feiras do circuito devem respeitar o manual de aplicação da marca fornecido pela SEDES para cada organização gestora.
- b) É obrigatório o uso das seguintes peças que compõem a identidade visual do circuito: placa sinalizadora da origem dos produtos; forro dos tabuleiros de acordo com regulamentação da vigilância sanitária; bandeira com a logomarca e avental. Outras peças como camisetas; protetor de cabeça (boné ou lenço) e crachá, de uso não obrigatório e quando disponíveis, devem respeitar a identidade visual do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas.
- c) É proibido expor produtos em qualquer outro espaço que não sejam as barracas ou que não estejam pré-definidos na identidade visual do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas.



Art. 10º - Cabe a organização gestora e ao grupo gerencial das feiras orgânicas:

- a) Fiscalizar o funcionamento e qualidade dos serviços prestados nas feiras orgânicas.
- b) Relatar o funcionamento e as atividades em curso nas suas respectivas feiras orgânicas.
- c) Articular localmente com a associação de moradores, administração local (RA/Subprefeitura), órgãos públicos e demais entidades envolvidas na implantação de novas feiras, estas já aprovadas no planejamento do conselho gestor do circuito e com acompanhamento da Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário-SEDES.
- d) Providenciar planta baixa do espaço pretendido para realização de cada feira orgânica.
- e) Fiscalizar e relatar a prestação do serviço de instalação dos banheiros químicos.
- f) Organizar a disposição das barracas no local pré-escolhido e aprovado pelo conselho gestor, sem que haja prejuízo da circulação dos moradores e do público visitante.
- g) Solicitar o cuidado e a manutenção de todas as peças de identificação visual do circuito.
- h) Fiscalizar e garantir que os feirantes estejam devidamente identificados de acordo com os requisitos expressos neste regimento interno, como Certificado de Conformidade Orgânica, crachá de identificação, entre outros documentos exigidos neste regimento interno ou pela Prefeitura a Cidade do Rio de Janeiro.
- i) Zelar pelo cumprimento deste regimento interno, principalmente nos itens de horário de funcionamento, nível de ruído, vestimentas dos feirantes, padrão e estado de conservação das barracas utilizadas.
- j) Instituir e fiscalizar procedimentos de gestão de resíduos, visando eliminar ou, ao menos, tornar mínimo a existência de resíduos após as realizações, a fim de que haja o reaproveitamento por parte de cada um dos produtores daquilo que não foi efetivamente vendido.



- k) Sugerir estratégias e procedimentos a fim de aperfeiçoar os serviços prestados nas feiras orgânicas, bem como atividades que contribuam para a qualificação dos produtores.
- l) Encaminhar ao Conselho Gestor do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas propostas de credenciamento ou descredenciamento de candidatos ou de participantes das feiras.
- m) Fiscalizar o feirante mercador, de modo que este tenha uma função complementar, ofertando somente produtos sem similar no local.
- n) Fazer com que a informação sobre a disponibilidade dos produtos circule entre os feirantes, visando manter os feirantes informados sobre os produtos disponíveis e em falta.
- o) Orientar o preenchimento e recolher os romaneios a fim de que o movimento das feiras tenha registro e os preços praticados permaneçam adequados a circunstancia de venda direta.
- p) Gerir as finanças da feira orgânica sob sua responsabilidade, prestando contas aos feirantes da mesma.
- q) Estar atendo ao comportamento dos feirantes em relação ao bom atendimento aos consumidores e a convivência social no ambiente da feira orgânica.
- r) Zelar para que os preços das mercadorias estejam expostos em cada barraca.

ANEXO I



UFRJ

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Programa de Pós Graduação em Geografia
Desenvolvimento do Território
Orientadora Ana Bicalho
Orientanda: Tainá Valença
Tema: O Circuito Carioca de Feiras Orgânicas

Questionário destinado para a SEDES

- 1) Nome do entrevistado
- 2) Formação
- 3) Cargo/ Função na SEDES
- 4) Há quanto tempo trabalha na SEDES?
- 5) Como Foi o processo de formação do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas? De quem partiu a ideia para a criação de feiras e do circuito?
- 6) Quais foram as pessoas, órgãos, ou ONGs envolvidos no processo de formação e inauguração do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas? Por que? Como foi?
- 7) Existe algum registro do processo de inauguração e participação dos envolvidos? (pode me passar?) Houve reuniões? Poderia consultar as atas das reuniões para entender o processo?
- 8) Houve a participação dos moradores dos bairros previstos para as feiras? Como foi essa participação? Existe algum registro da participação deles? (pode me passar?)
- 9) Houve participação de produtores orgânicos no processo e criação? Produtores de onde? Como foi essa participação? Existe algum registro da participação deles? (pode me passar?)
- 10) Qual é o interesse da prefeitura com o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas?
- 11) Qual é a participação da SEDES na gestão, ampliação e deveres com o Circuito?
- 12) Hoje, o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas vem se expandindo. Como é esse processo? Há um planejamento pela SEDES? Quem define e a criação de uma nova feira e o local? Há um planejamento? Por parte de quem?
- 13) As instituições precisam de algum registro para inaugurar uma feira? (pode me passar?)
- 14) O que é preciso ter ou ser para inaugurar uma feira? Uma empresa privada pode inaugurar e administrar uma feira?
- 15) Quais são os direitos, deveres e obrigações das instituições/ ONGs / administradoras ao inaugurar uma feira? Existe registro dessas obrigações?(pode me passar?)
- 16) Existe alguma fiscalização do cumprimento dessas regras? Há algum registro?(pode me passar?)
- 17) A Sedes participa da reunião com os administradores? Qual é a sua função nessa reunião?
- 18) A próxima reunião, eu posso participar como observadora?
- 19) Qual é a participação da ABIO, ASPTA e Essência Vital no processo de inauguração e gestão do Circuito?
- 20) Como a SEDES articula a participação das três administradoras do circuito?

- 21) Como é a relação da sedes com as administradoras? Já teve algum atrito entre a SEDES e as administradoras? De que tipo e como foi resolvido?
- 22) Há alguma relação das feiras do circuito com feiras orgânica de outros municípios? Se positivo, explique.
- 23) Como a SSEDES avalia o circuito de feiras orgânicas, há problemas, quais e como resolvê-los?
- 24) Qual é o maior desafio que a SEDES enfrenta com o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas?
- 25) Como é a relação entre as organizadoras/administradoras do circuito?

Anexo II



Universidade Federal do Rio de Janeiro

PPGG

Orientanda: Tainá Valença

Orientadora: Ana Maria Bicalho

Tema: O Circuito Carioca de Feiras Orgânicas

Roteiro do questionário destinado para as Administradoras: ABIO, Essencial Vital, AULA e AS-PTA

- 1) Qual foi a motivação para a criação da AS-PTA/Essencial Vital/ABIO/AULA?
- 2) Onde é a origem da AS-PTA/Essencial Vital/ABIO e sua razão social? Onde se localiza a sede e as filiais?
- 3) Quais são os objetivos da organização?
- 4) Quem a AS-PTA/Essencial Vital/ABIO atende? Quais atividades a organização desempenha? E desde quando atua no Rio de Janeiro?
- 5) Qual é a relação com o circuito carioca de feiras orgânicas?
- 6) Por que vocês participam do circuito carioca de feiras orgânicas? Qual é o interesse de vocês com o circuito?
- 7) Quando vocês começaram a participar do circuito carioca de feiras orgânicas? Como foi esse processo? Vocês fizeram parte da inauguração do circuito Carioca de Feiras orgânicas? Qual foi a atuação de vocês no processo de implementação?
- 8) Quais são os procedimentos para ser um administrador das feiras? O que é preciso ser ou ter?
- 9) Como as feiras são organizadas?
- 10) Quem pode vender os produtos em suas feiras? Existe um cadastro dos feirantes de cada feira? Que tipos de informações são cadastrados? Posso consultar o cadastro?
- 11) Existe alguma regra e conduta para as feiras? Existe um documento?
- 12) Como essas regras são cumpridas?
- 13) Vocês tem alguma intenção de inaugurar mais feiras orgânicas? Onde? Vocês atuam apenas no circuito?

- 14) Como é a relação de vocês com os outros administradores das feiras? E com a SEDES?
- 15) Vocês tem uma regularidade de se reunir com os demais administradores e a SEDES? Qual é o objetivo? O que cada um ganha com esse contato?
- 16) Como é a relação com os produtores e feirantes?
- 17) Como é a escolha dos bairros ou dos locais para inauguração das feiras?

ANEXO III



UFRJ

Universidade Federal do Rio de Janeiro
PPGG
Orientadora Ana Bicalho
Orientanda: Tainá Valença
Tema: O Circuito Carioca de Feiras Orgânicas

Questionário direcionado ao feirante

Feira: _____ Local: _____ Data: _____
Nome do feirante entrevistado: _____ - Grupo: _____
Quantas famílias participam desse grupo: _____ Local de residência: _____
Característica: () somente feirante () feirante e produtor - neste caso local da produção _____
Perfil:
Gênero: (F) ou (M) ; Quantos anos: _____
Escolaridade: Primeiro Grau (Completo) ou (Incompleto); Segundo Grau (completo) ou (Incompleto)
Nível Superior: (Completo) ou (Incompleto) – Em que? _____ Exerce? (Sim) ou (Não)
Pós Graduação: (Completo) ou (Incompleto) – Em que? _____ Exerce? (Sim) ou (Não)

Feirantes

1. Por que você é feirante? Desde quando é feirante de feira orgânica?
 - 1.1 Por que você participa das feiras do circuito carioca de feiras orgânicas?
 - 1.2 Qual a sua relação e participação com a feira?
 - 1.3 Participou do processo de formação do circuito carioca de feiras orgânicas?
 - 1.4 Há quanto tempo você participa das feiras?
 - 1.5 Você participa de outras feiras? Quais?

1.6 Por que você participa dessas feiras?

1.7 Qual foi o seu critério de escolha para atuar nessas feiras?

Diferenças entre as feiras

2. Você observa diferença entre as feiras do circuito? Quais?

2.1. Qual a feira você vende mais? E qual a que você vende menos? Há muita diferença entre o volume das vendas de produtos entre as feiras?

2.2. Quais os produtos você comercializa nas feiras? Há produtos diferenciados em cada feira? Como é essa variação? Qual produto você acredita que vende mais em cada feira?

Vendas

3. Como é a sua estratégia de venda? Você conversa com os consumidores? (acredita que isso é uma estratégia de venda?) Qual é a sua estratégia para convencer e fidelizar o consumidor?

3.1. O que você objetiva divulgar nas feiras? São seus produtos ou outras coisas, como saúde ou proteção ambiental?

3.2. De qual maneira você organiza a venda de seus produtos? (como é realizado o controle de suas vendas?) Eu posso ter acesso ao seu fluxo de caixa? Se sim, contato.

3.3. Você acredita que suas vendas melhoraram com o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas? Você poderia mensurar: () 100% - () 75% - () 50 % - () 25 % - () não houveram mudanças significativas.
OBS.:

3.4. Como e porque você acredita que suas vendas melhoraram? De quais maneiras você consegue observar isso?

3.5. Antes do circuito carioca de feiras orgânicas, como vendia a sua produção, para quem, como? Quais as vantagens da feira em relação à forma de comercialização anterior?

Produção Orgânica

4. Há quanto tempo trabalha como agricultor orgânico? Ou sua família?

4.1. Há quanto tempo trabalha com produtos orgânicos? Quais os motivos que te levaram a trabalhar com produtos orgânicos?

4.2 Você consegue viver apenas da produção orgânica? Se não, como você complementa sua renda? Com o que ganha mais, produção agrícola ou como feirante?

4.3 Qual a vantagem e desvantagem de participar da feira?

4.4 De qual maneira você transporta sua produção até a feira?

4.5 Você autorizaria visitarmos sua propriedade? Caso sim, contato?

ANEXO IV

Anexo V